



SANDRA MARIA CARDITA SILVEIRINHA CAMPOS

SISTEMAS PRISIONAIS EUROPEUS

Dissertação com vista à obtenção do grau de Mestre em Direito e Segurança

Orientadora:

Doutora Cristina Montalvão Sarmiento

Professora do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Universidade de Lisboa

Março de 2015

Epígrafe

“Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei” (Art.º 13.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa.)

“A grande ciência da vida é aprender a recomeçar. Recomeçar com confiança e entusiasmo” (Dorina Gouveia Nowill)

“A prisão não são as grades, e a liberdade não é a rua; existem homens presos na rua e livres na prisão. É uma questão de consciência.” (Ghandi)

“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim” (Chico Xavier)

Dedicatória

Antes de darmos início a este estudo, gostaria de dar uma palavra de apreço e reconhecimento a todos os funcionários dos diferentes sectores e carreiras profissionais que compõem o nosso sistema prisional e de reinserção social. São eles que diariamente com grande esforço físico e psicológico cuidam e reeducam os nossos presos tendo em vista a sua plena reinserção na sociedade.

Agradecimentos

É com uma enorme satisfação que não posso deixar de expressar o meu sincero e profundo agradecimento a todos aqueles que contribuíram para que a realização deste trabalho fosse possível.

Antes de mais gostaria de agradecer à Professora Doutora Cristina Sarmento, a orientadora desta tese, pelo apoio, incentivo e disponibilidade demonstrada ao longo de todo este trabalho que culminou na sua concretização.

Ao Cesar Santos e Sónia Lomba, um Muito Obrigada por todo o carinho e amizade que me manifestaram. Agradeço, de forma especial, a ajuda, o apoio e a preocupação, nos momentos de maior aflição.

À Minha Família, em especial aos Meus Pais e Irmãs, aos Meu Sogros e ao Meu Marido e Filhos, um enorme obrigada por acreditarem sempre em mim e naquilo que faço e por todos os ensinamentos de vida. Espero que esta etapa, que agora termino, possa, de alguma forma, retribuir e compensar todo o carinho, apoio e dedicação que, constantemente, me oferecem. A eles, dedico todo este trabalho.

Resumo

Ao longo dos últimos anos a reforma dos sistemas prisionais e a eficácia da reinserção social têm vindo a integrar as agendas políticas dos governos dos países europeus. Esta reforma deriva de vários problemas e carências com que se debatem os diversos sistemas prisionais, nomeadamente a sobrelotação, o ambiente propício à violência, o consumo de drogas, a inactividade do recluso e o elevado índice de reincidência criminal. Porém, qualquer reforma que se venha a delinear compreende matérias muito complexas que vão desde os direitos humanos aos recursos humanos e financeiros, imperativos legais, bem como a conciliação entre a punição e a ressocialização. Estas matérias não dependem apenas da vontade política, mas igualmente da sociedade, a qual ainda ergue barreiras à reinserção, tratando o ex-recluso como um excluído da sociedade. Neste sentido, os estudos universitários constituem um elemento chave na procura de soluções para esta problemática, na medida em que se servem das várias áreas do saber para de alguma forma contribuir com possíveis soluções, tendo em vista a melhoria de todo o sistema prisional e a eficácia da reinserção social.

Esta dissertação tem assim como objectivo apresentar os principais modelos de sistemas prisionais adoptados em países europeus e efectuar uma comparação entre estes. Pretende-se retirar os aspectos mais relevantes de cada sistema e que têm contribuído para a melhoria das condições dos reclusos e do aumento da reinserção destes na sociedade, bem como na diminuição da taxa de reincidência criminal.

Palavras-chave

Sociedade, Sistemas Prisionais, Reinserção Social, Reincidência Criminal, Recluso.

Abstract

Over the last years, the prison reform as well as the efficiency of the social rehabilitation have been performing a major role on the political agendas of the European governments. This need to reform is due to the several problems and shortcomings that the various prison systems have been suffering, such as overcrowding, the atmosphere favorable to violence, drug use, the prisoner's inactivity and the high recidivism rate. However any reform that may arise comprises very complex issues that go from human rights to human and financial resources, legal requirements as well as the conciliation between punishment and rehabilitation. These issues don't depend only on political will, but also on society, which still stands barriers to the reintegration, treating the former prisoner as a social outcast. This is why academic studies are an important key in the search for the best solutions for this problem, for they take advantage of the different knowledge areas trying to contribute with possible remedies to improve all the prison system and the efficiency of the social reintegration.

This study aims to present the main prison models adopted in European countries and compare them in order to find the most important aspects of each system, which have contributed to improve the prisoner's conditions and to increase the reintegration rate, as well as reduce the recidivism rate.

Keywords

Society, Prison Systems, Social Reintegration, Criminal Recidivism, Prisoner

Lista de Siglas e Abreviaturas

CEE – Comunidade Económica Europeia

UE – União Europeia

SPS – Serviços Prisionais Escocês

NIPS – Northern Ireland Prison Service

NOMS - National Offender Management Service

S.M. – Sua Majestade

DGRSP – Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

CGP – Corpo de Guardas Prisionais

PIB – Produto Interno Bruto

RSP – Reforma do Sistema Prisional

PIR – Plano Individual de Readaptação

CEP – Código de Execução das penas

PGR - Procuradoria – Geral da República

TEP - Tribunal de Execução de Penas

ÍNDICE

Epígrafe	i
Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resume	iv
Abstract	v
Lista de siglas e Abreviaturas	vi
Introdução	1
Dificuldades na elaboração do trabalho	2
Metodologia	3
Caminho a seguir: tipo de pesquisa	3
O SISTEMA PRISIONAL	4
1. A Institucionalização da pena: As prisões	5
1.1 Evolução do conceito da pena	5
1.2 As prisões: como surgiram	12
2. O sistema prisional na Europa	14
2.1 Mandado de detenção europeu	18
2.2 Transferência de pessoas condenadas	21
2.3 Liberdade condicional e sanções alternativas	22
2.4 Decisão europeia de controlo judicial	23
2.5 Regras penitenciárias europeias	25
3. Organismos reguladores e fiscalizadores do sistema prisional	27
3.1 Comité europeu para prevenção da tortura	27
3.2 Ex-offenders Community of practise	28
3.3 Observatório Europeu sobre execução penal	28
SISTEMAS PRISIONAIS EUROPEUS	30
1. O sistema prisional britânico	31
1.1 Caracterização do sistema prisional	33
1.2 Formação prisional	37
1.3 Da punição à reinserção	38
2 O sistema prisional francês	41
2.1 Caracterização do sistema prisional	44
2.2 Formação prisional	48
2.3 Da punição à reinserção	49
3. O sistema prisional norueguês	51
3.1 Caracterização do sistema prisional	53
3.2 Formação prisional	59
3.3 Da punição à reinserção	60

O SISTEMAS PRISINAL PORTUGUÊS	62
1. Apresentação geral do país	62
2. A prisão e as alternativas	64
2.1. Suspensão provisória do processo	64
2.2. Suspensão de execução de pena	65
2.3. Pena de multa	66
2.4. Substituição de multa por trabalho	66
2.5. Conversão da multa não paga em prisão subsidiária	66
2.6. Prestação de trabalho a favor da comunidade	66
2.7. Prisão por dias livres	67
2.8. Regime de semi-detenção	67
2.9. Liberdade condicional	67
2.10. Vigilância electrónica	68
2.11. Substituição da execução do internamento	69
2.12. Liberdade para a prova	69
3. Caracterização do sistema prisional	69
3.1 Gestão do sistema prisional	73
4. Lei dos Estrangeiros – Crimes cometidos por estrangeiros em território nacional e vice-versa	80
5. Formação dos guardas prisionais	82
6. Análise comparativa dos sistemas prisionais	84
6.1 A reinserção criminal	84
7. A realidade portuguesa	87
7.1 Níveis de ensino da população prisional	91
Conclusão	94
Bibliografia	98
Anexos	103

Introdução

As formas de punição, também essas, foram evoluindo ao longo dos tempos, tendo sido iniciadas com a expulsão do grupo (o que significava a morte), castigos físicos (até à morte), à privação de liberdade e, nos dias de hoje, na reintegração social e profissional do indivíduo.

As próprias prisões evoluíram consoante foram evoluindo as formas de punição, desde verdadeiras antecâmaras da morte até aos dias de hoje, onde as mesmas, apenas a falta de liberdade distingue o cidadão do recluso.

Entre os diversos países europeus existem muitas diferenças não só a nível territorial, populacional, socioeconómico e cultural que se refletem na forma como estão organizados os seus sistemas prisionais.

Este estudo pretende dar a conhecer a evolução do conceito de pena de prisão e das próprias prisões ao longo dos tempos, da actualidade das medidas privativas de liberdade na União Europeia, assim como apresenta uma comparação entre os sistemas prisionais de quatro países europeus (Portugal, França, Inglaterra e Noruega) a fim de proporcionar uma visão conjunta entre os sistemas prisionais, cujo objectivo fulcral incidirá na reintegração do recluso.

Sendo o objectivo final do estudo dar um contributo para a reforma do Sistema Prisional Português, este terá como objecto os sistemas prisionais dos quatro países referidos e iniciar-se-á com uma investigação sobre cada um dos países mencionados. A sua caracterização geral, formação dada aos trabalhadores, e a maior incidência no factor punição ou reinserção, por forma a retirar de cada um os seus pontos fortes e a sua aplicabilidade no sistema prisional português.

A pergunta chave para este trabalho foi:

Dos sistemas prisionais em comparação qual deles é o que apresenta melhores resultados na prevenção da reincidência criminal e na reinserção social?

Para responder a esta questão foi feita a análise aos sistemas prisionais de quatro países europeus, bastante diferentes entre si, mas com pontos positivos e negativos em todos, havendo sempre algo que podemos aprender com cada um deles e, quem sabe, aplicar ao caso português.

Este tema foi escolhido, porque sendo a minha área de trabalho, tenho algum conhecimento na área e é uma questão que me interessa e que gostaria de desenvolver por forma a dar o meu contributo para uma reflexão sobre o sistema prisional português.

No Capítulo I será apresentado o que é um sistema prisional, dando especial importância à evolução do conceito de pena, a génese e desenvolvimento das prisões, terminando com uma breve história do sistema prisional na Europa.

No Capítulo II serão apresentados os quatro países analisados neste estudo: Grã-Bretanha, França, Noruega e Portugal, sendo em cada um deles apresentada uma caracterização geral do país, tal como a sua situação geográfica, população, língua, um pouco da história e vários outros factores considerados relevantes para este estudo. De seguida é feita uma caracterização do seu sistema prisional, sob que tutela está e de que forma se organiza. Foi também analisada a formação do pessoal prisional e para finalizar qual o objectivo de cada sistema: a punição ou a reinserção.

No Capítulo III será feita uma análise comparativa entre os sistemas prisionais dos quatro países, de forma a verificar como é encarada a reincidência criminal e reinserção social.

No final deste estudo será apresentada a conclusão desta dissertação onde se apresentará algumas propostas para a melhoria do sistema prisional, tendo como objectivo a diminuição da reincidência criminal.

Dificuldades na elaboração do trabalho

A maior dificuldade sentida na realização deste estudo consistiu na recolha e análise dos dados estatísticos apresentados que permitissem uma comparação entre os quatro serviços prisionais. Essa dificuldade deveu-se à apresentação desses dados, uma vez que cada país possui uma metodologia diferente no que concerne à análise das variáveis temporais e etárias dos reclusos inerentes à taxa de reincidência criminal.

Outra das dificuldades sentidas refere-se à análise de documentos, nomeadamente aqueles que são apresentados no idioma norueguês, onde foi necessário um exaustivo estudo e tradução.

Metodologia

Este estudo é uma abordagem empírica de natureza qualitativa, apesar de apresentar alguns dados quantitativos, encontrando-se fundamentado na literatura disponível sobre as temáticas em análise.

De acordo com o objectivo e tentando dar resposta à pergunta de partida, optou-se pelo estudo comparativo entre os sistemas prisionais de Portugal, França, Inglaterra e Noruega, focando a legislação de cada um deles, relatórios oficiais, estudos académicos, bem como alguns dados estatísticos referentes à população prisional, capacidade de lotação e taxa de reincidência criminal de cada um destes países, como forma de verificar a eficácia dos seus sistemas prisionais e de reinserção social.

Caminho a seguir: tipo de pesquisa

Este estudo vem possibilitar a comparação entre os quatro sistemas prisionais de forma a aferir a efectividade da reinserção social, tendo como base a taxa de reincidência criminal. Assim, o presente estudo vai permitir constituir-se como uma base de partida para estudos futuros que incidam nesta temática.

Quanto a estudos que visem o sistema português, o caminho a seguir passará pela análise das políticas de reinserção social e de como estas têm efeito geograficamente, ou seja, verificar a taxa de reincidência por distrito de forma a perceber que tipo de estabelecimento prisional consegue uma efectivação da reinserção. Outro estudo que considero vir a ser importante, será verificar a capacidade e disponibilidade da sociedade portuguesa em aceitar ex-reclusos, sendo neste caso necessário proceder a questionários não só aos cidadãos como também aos responsáveis de empresas tendo em vista a inclusão de ex-reclusos no seu quadro de pessoal.

O SISTEMA PRISIONAL

“Segundo W. Churchill, o desenvolvimento social de um país poderia ser avaliado pela forma como o Estado trata aqueles que são punidos com a privação da liberdade. Nos países democráticos, com a responsabilidade de garantir um sentimento de segurança, os serviços prisionais são encarados como o culminar do processo de justiça penal. A característica que marca negativamente o nosso sistema prisional é a sobrelotação, que se traduz no facto de no contexto europeu ocidental apresentarmos o maior número de presos por 100.000 habitantes, situação que se deve à longa duração das penas¹.”

Desde que existe o Homem, ou os antepassados do Homem, que existem regras para se viver em comunidade. Regras que não eram escritas mas que todos sabiam que deviam ser cumpridas, caso contrário, sofreriam um castigo que poderia ir desde ser banido da tribo (o que em tempos imemoriais implicava a morte), ou um castigo corporal, e muitas outras alternativas, todas elas implicando habitualmente a dor ou a morte. O Homem evoluiu, essas regras e muitas outras mais passaram a ser escritas, e o Homem passou a ter a hipótese de se defender. O castigo continua a existir, mas passou a ser pronunciado não nem pela vingança de quem fora prejudicado mas sim por um tribunal, que julga de forma imparcial e castiga de acordo com o crime. Os castigos passam então a ser, cada vez menos, a morte e castigos corporais para passar pela privação da liberdade.

Surgem então os *Direitos Humanos*. E com eles, uma consciência diferente daquilo que cada ser humano poderá suportar. Surgem novas regras, regras que agora se aplicam às condições em que os castigos devem ser aplicados. Regras que diferenciam os criminosos, pelo sexo, pela idade, pela incapacidade, pelo tipo de crime, pelas próprias motivações que levaram ao crime.

¹ Luís de Miranda Pereira. Ex - Director Geral dos Serviços Prisionais. Ex-Presidente do Instituto de Reinserção Social. Ex-Presidente do Conselho de Cooperação Penológica do Conselho da Europa. Ex-Vice Presidente da Conférence Européenne de la Probation. Membro do Comité Director da Reforma do Sistema Penitenciário Russo (UE/CE). Fundador e Vice-presidente da APAV.

Começam a surgir alternativas de castigo que não passam pela privação de liberdade. Começa a colocar-se a questão da reinserção social.

E assim chegamos ao dia de hoje.

1. A Institucionalização da pena: As prisões

A prisão, consiste num espaço institucional construído a fim de acolher pessoas que foram condenadas e a quem foi decretada uma pena e uma medida de privação de liberdade preventiva, bem como a forma de evitar a fuga ou evasão dessas pessoas.

Assegurar a execução da pena de prisão implica uma tripla função, Vigiar, Punir e Reeducar. A função de vigiar prende-se com o acto de evitar não só a fuga ou evasão mas igualmente assegurar que ao recluso lhe são garantidos todos os seus direitos, liberdades e garantias, exceptuando aqueles que lhe foram retirados face à pena aplicada. Relativamente à função de punir, a punição não pode ser de carácter físico ou lesivo da pessoa, quer física como psicologicamente. Assim, a expiação dos crimes não deve incidir no corpo devendo actuar principalmente sobre o coração, para que o individuo reflita nos seus actos e modifique o seu intelecto, corrigindo a sua conduta e vontade em praticar actos criminosos. Quanto à função de reeducar, esta é porventura a mais importante sendo efectuada através da ocupação, formação e acompanhamento do recluso pelos técnicos dos serviços prisionais e reinserção social, cujo objectivo é reeducar o recluso para o direito e permitir que este seja incluído e aceite pela sociedade que o condenou.

1.1 Evolução do conceito de pena

Para os que defendem a teoria de que foi Deus que criou o Universo, a pena nasceu quando Eva, estando proibida por Deus e cedendo à tentação da serpente, resolveu comer a maçã, tudo com a participação de Adão, com o que ambos praticaram aquela que seria a primeira transgressão. Com isto, foram punidos com a pena do degredo, sendo obrigados a deixar o “Jardim do Éden” e

viver as consequências do pecado que, em tese, seriam a vergonha, o sofrimento e a morte².

Por outro lado, os partidários da teoria evolucionista tentam explicar que a pena surgiu quando os primatas, obrigados a descer das árvores (muito provavelmente devido à escassez de alimentos), se resolveram fixar na terra, em pequenos grupos. A primeira reacção tida por esse grupo contra um ataque externo, caracterizou certamente a primeira punição, portanto a primeira pena – um acto de defesa e retribuição pelo mal praticado, uma vingança.

Alguns autores dizem que a história da pena atravessou seis períodos: vingança privada, vingança divina, vingança pública, humanitário, científica, nova defesa social³.

Período da vingança privada: é a fase mais primitiva da história da pena. A punição era imposta exclusivamente como vingança e não guardava qualquer medida com a pessoa do criminoso com o crime cometido. Trata-se da lei do mais forte, ficando a sua extensão e forma de execução a cargo da pessoa do ofendido. O transgressor podia ser morto, escravizado ou banido. A pena ultrapassa a pessoa do infractor para se concentrar na sua família ou inteiramente na sua tribo, com a total dizimação desta, não se importando com a figura da culpa.

Período da vingança divina: Nesse período a pena até então aplicada ao sabor e à vontade da vítima, ou de seu grupo, como pura vingança pelo mal praticado, ou mesmo como um acto instintivo de defesa, passa a ter como fundamento uma entidade superior, a divindade. A punição existe para aplacar a ira divina e regenerar ou purificar a alma do infractor, para que assim, a paz na terra fosse mantida. O código de Manu (séc. XI a.C.) sob o fundamento de que a pena purificava o delinquente, determinava o corte de dedos dos ladrões, evoluindo para os pés e mãos no caso de reincidência. O corte da língua para quem indultasse um homem de bem; a queima do adúltero em chama ardente; as

² NETO, Pedro Rates Gomes - A Prisão e o Sistema Penitenciário - uma visão histórica. ULBRA, 2000, pag 21

³ NETO, Pedro Rates Gomes - A Prisão e o Sistema Penitenciário - uma visão histórica. ULBRA, 2000, pag 22

entregas da adúltera para animais carnívoros, principalmente cachorros. Em nome dos deuses, praticaram-se monstrosidades e iniquidade.

Período da vingança pública: Os dois períodos de vingança, tanto privada como religiosa, eram feitos pelo particular ao seu arbítrio ou pelo grupo, destruindo tribos inteiras; a vingança feita em nome dos deuses, com requintes de crueldade e sem qualquer critério de justiça, levou o Estado, então mais forte, a atrair para si a responsabilidade pelo direito punitivo. O poder público passou então a regulamentar a forma de castigo através do ente soberano e aplicado de acordo com os seus interesses. Do ponto de vista humanitário, pouco mudou. A punição continuava cruel, desproporcional, atroz e desumana⁴.

As primeiras civilizações conheceram a pena de morte, que atingia não o delinquente mas também o seu conjugue, filhos, parentes e demais membros da tribo. Na China, dois mil anos a.C., o dono da casa poderia matar o ladrão que encontrasse a roubar a sua residência. Na Grécia vigorou a pena de morte, principalmente em Esparta, bem como o açoitamento, as mutilações, os inúmeros suplícios e o desterro. Na Assíria, Caldeia e Babilônia, onde vigorava o código de Hammurabi, permitia-se a prisão por dívida, reduzindo o insolvente a escravo. A pena de morte cumpria-se por imersão na água. As demais penas consistiam em mutilações, espancamentos e multas. Na Itália, havia uma pena que se chamava *strappata* ou polé, que consistia em levantar um homem por meio de um cabresto até certa altura e depois atirá-lo ao chão, sem contudo tocar neste. Como consequência, ocorria a queda dos braços. Em Roma, foram encontrados registos de vários tipos de castigos e penas. Em certa época, a pena de morte ocorria da seguinte forma: para os patrícios, decapitação; para os plebeus, morte degradante; para os escravos, crucificação. Alguns condenados eram atirados do alto da rocha Tarpeia para o desfiladeiro, onde encontravam morte horrível. A infanticida era colocada dentro de um saco de couro juntamente com um macaco, um galo, um cão e uma cobra. Depois de cosido, o saco era atirado ao rio. Além dessas formas de suplícios existiam ainda as mutilações, a flagelação, a marcação

⁴ NETO, Pedro Rates Gomes - A Prisão e o Sistema Penitenciário - uma visão histórica. ULBRA, 2000, pag 24

com ferro em brasa, e os trabalhos forçados⁵. Na Inglaterra havia o chamado cavalo de pau ou ferro, em que o condenado era obrigado a sentar-se sobre um pedaço estreito de tábua ou de ferro, amarrado às pernas para lhe aumentar o suplício. Na França havia a pena de morte, sendo que do parricida cortava-se a mão antes de executá-lo. Havia também a fustigação, o degredo, a golilha – argola pregada a um poste, à qual se prendia o criminoso pelo pescoço. O pelourinho, as penas infamantes, as penas colectivas, das quais se destacava o ostracismo, a morte civil, que provocava a perda dos direitos civis e políticos, a confiscação geral entre outras.

Período humanitário: O povo, o mundo assistia, calado, a uma verdadeira atrocidade. Criavam-se fórmulas, as mais cruéis possíveis, para a execução dos transgressores. Uma vez sentenciado, o homem deixa de ser humano. Passa a ser tratado como um animal. Mas o que impressiona é que o povo a tudo aplaudia. Como que tomado por um torpor, um ópio alucinante, corria às execuções e acompanhava-as passo-a-passo, quando não tomava parte activa nelas, açoitando ou escarnecendo⁶.

Foi a partir desse cenário que algumas vozes começaram a surgir. Foi então que surgiu, em 1764, um homem disposto a enfrentar o sistema e o fez com a arma de que dispunha: o pensamento. Inspirado em Montesquieu, Rousseau, D'Alembert, Diderot, Buffon, Hume e Helvetius, escreveu uma obra pequena em volume mas infinita em conteúdo, que logo viria a transformar-se num grande agente de transformação, mudando radicalmente as formas de execução de penas em toda a Europa e que se encontra viva e actual ainda hoje. A obra: *Del Delliti e Delle Pene* (dos delitos e das penas). O autor: Cesare Bonesane, Marquês de Beccaria.

Na sequência da sua obra, faz referência à origem das penas e o direito de punir, entendendo que o juiz não poderia impor pena que não estivesse prevista na lei, devendo interpretá-la de forma a não cometer abusos. Critica e ataca a

⁵ NETO, Pedro Rates Gomes - A Prisão e o Sistema Penitenciário - uma visão histórica. ULBRA, 2000, pag 25

⁶ NETO, Pedro Rates Gomes - A Prisão e o Sistema Penitenciário - uma visão histórica. ULBRA, 2000, pag 34

prisão, afirmando que se atiravam na mesma masmorra, sem distinção alguma, o inocente suspeito e o criminoso convicto; que era antes de tudo um suplício e não um meio de deter um acusado; investe contra as acusações secretas e as torturas nos interrogatórios. Já naquela altura ele denunciava a lentidão dos processos, analisa as espécies de penas, insurgindo-se frontalmente contra as severas, principalmente a de morte⁷.

Com a obra de Beccaria, surgiu uma verdadeira revolução para os estudiosos do Direito Penal, passando a ser discutidas, combatidas e debatidas as várias formas e tipos de penas aplicadas, muitas delas ao livre arbítrio do julgador e do próprio ofendido. A obra foi divulgada em toda a Europa. Sob a sua influência nasceram os artigos 7.º e 8.º da declaração dos Direitos do Homem, a saber:

Art. 7º - Ninguém pode ser acusado, preso ou detido, senão nos casos determinados pela lei e segundo as formas por ela prescritas. Os que solicitam, expedem, executam ou fazem executar atos arbitrários devem ser punidos, mas todo o cidadão chamado ou atingido pela lei deve obedecer imediatamente, tornando-se culpado pela resistência.

Art. 8º - A lei só deve estabelecer penas estritas e evidentemente necessárias. Ninguém pode ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito e legalmente aplicada.

A partir desse momento a pena de morte passou a ser abolida em grande parte da Europa ou, quando não, esta não era aplicada. As penas corporais e infamantes aos poucos foram desaparecendo, cedendo lugar às privativas de liberdade, para o que se iniciou a construção de inúmeros presídios, surgindo então a possibilidade de reeducação dos criminosos que uma vez condenados e encarcerados poderiam ser ressocializados e reintegrados à sociedade após o cumprimento da pena⁸.

⁷ NETO, Pedro Rates Gomes - A Prisão e o Sistema Penitenciário - uma visão histórica. ULBRA, 2000, pag 35-36

⁸ NETO, Pedro Rates Gomes - A Prisão e o Sistema Penitenciário - uma visão histórica. ULBRA, 2000, pag 37

Em Inglaterra, surgiu John Howard, cuja preocupação maior era com a humanização do sistema penitenciário. Uma das suas maiores contribuições foi através do seu livro *State of Prisons*, onde relata a experiência colhida junto às prisões inglesas e europeias, pregando, em síntese:

- a) A higienização dos cárceres e um regime alimentar adequado;
- b) Um sistema disciplinar que fosse diverso para os acusados e condenados;
- c) Ensinaamentos de educação moral e religiosa;
- d) Obrigatoriedade de trabalho e ensino profissional.

Período científico: A partir deste período, a pena deixou de ser simples proteção jurídica encontrando a sua medida na qualidade do delito e variando de acordo com a intensidade deste. Passando assim o delito a ser considerado como um facto individual e social, representando um sintoma patológico do seu autor. Por isso, a pena passa a ser vista como um remédio e não como um castigo. E deve ser ministrada conforme a perigosidade do delinquente. A sanção e, pois um meio de defesa social. Neste período começaram a florescer as ciências penais voltadas para o estudo do criminoso, das suas características antropológicas, do crime e as suas causas, tudo com o único fim de prevenção e defesa da sociedade. Nascem a Antropologia Criminal, a Criminologia e a Sociologia Criminal, a Política Criminal e a Ciência Penitenciária. A questão da individualização da pena, da perigosidade e da medida de segurança começam a ser discutidas com maior profundidade em todos os cantos do mundo. Surge um novo movimento, chamado União Internacional de Direito Penal, que preconizava a distinção entre os diversos tipos de delinquência, a realização de estudos antropológicos e sociológicos, não se considerando a pena como único meio de combate ao crime, a eliminação das penas de curta duração e a colocação de delinquentes habituais em situação de não se tornarem nocivos, surgindo assim as penas de longa duração e o sistema de segurança máxima do criminoso com o objectivo de proteger a sociedade.

Com a Primeira Guerra Mundial tudo isto desaparece. Surgiram regimes autoritários: fascismo, nazismo e comunismo. A pena de morte é restabelecida

em Itália⁹. Decorridos vários anos e com a Segunda Guerra Mundial, surge o período actual, Nova Defesa Social.

Período actual: Nova Defesa Social: este período teve início em 1945, quando o professor italiano Filippo Gramatica fundou em Génova o Centro de Estudos de Defesa Social. Propôs a criação de um direito de defesa social e a eliminação do direito penal e do sistema penitenciário vigentes. A sua proposta era extremamente avançada e naturalmente radical. Inúmeros adeptos foram surgindo e o movimento cresceu vertiginosamente. Em 1949 nasce a Sociedade Internacional de Defesa Social. Os defensores do Movimento de Defesa Social não querem a extinção do Direito Penal ou do sistema penitenciário de forma radical.

A grande e mais significativa preocupação dos defensores do Movimento da Defesa Social é com o sistema carcerário vigente. Isto porque a prisão não regenera, nem ressocializa, antes perverte, corrompe, destrói, aniquila a saúde, a personalidade, estimula a reincidência e onera sensivelmente o Estado, sendo uma verdadeira escola de crime, paga e manipulada pelos cofres públicos. Logo, a cadeia deve ser reservada somente aos delinquentes perigosos, que não ofereçam a mínima possibilidade de recuperação imediata. Aos demais transgressores da norma jurídica, cuja infracção é de pequena potencialidade ofensiva criminal, devem-se impor medidas alternativas, substitutivas da pena privativa da liberdade¹⁰.

Podemos assim depreender que o conceito de Pena evoluiu da Pena física, lesiva do corpo para uma Pena em que a reclusão e a privação de liberdade já é um castigo suficiente. Actualmente o tempo da Pena é aproveitado para reeducar o individuo para o Direito para que este seja novamente incluído na sociedade. Cabe aos serviços prisionais e de reinserção social enveredar todas as medidas necessárias para adaptar os meios e métodos educativos face ao historial

⁹ NETO, Pedro Rates Gomes - A Prisão e o Sistema Penitenciário - uma visão histórica. ULBRA, 2000, pag 38-39

¹⁰ NETO, Pedro Rates Gomes - A Prisão e o Sistema Penitenciário - uma visão histórica. ULBRA, 2000, pag 40-42

sociocultural do recluso, procurando que a intervenção seja realizada com o seu consentimento, garantindo dessa forma a eficácia das medidas reeducativas.

1.2 As prisões: como surgiram

O termo prisão (do latim, *prensione*) significa tanto o acto de prender, de deter, de capturar o indivíduo, como o local onde o sujeito fica retido, fica preso.

O lugar ou estabelecimento em que alguém fica segregado é conhecido actualmente como cárcere, cadeia, presídio, penitenciária, casa de detenção, custódia, etc. Antigamente outros nomes também eram empregues como enxovia, aljube, masmorra, calabouço, etc.

A prisão tem dois objectivos básicos: manter o indivíduo cerceado da sua liberdade até que a sua situação se resolva pelas autoridades competentes, ou seja, libertado por força de relaxamento de prisão em flagrante, revogação de prisão preventiva ou cumprimento de pena; manter o infractor acessível à disposição da justiça, ou se o indivíduo é perigoso, garantir à sociedade contra o prosseguimento da actividade delituosa do agente; evitar manobras de que possa lançar mão o agente para estorvar a produção regular de prova e possibilitar a reabilitação social do agente transgressor da norma.

Antes de ser um instrumento de pena, a prisão, como já vimos anteriormente, destinava-se a reter o condenado até à execução da pena, que era sempre corporal ou infamante. A prisão é uma medida de coacção, uma medida de força, um sacrifício da liberdade individual, reclamada pelo interesse social porque há indivíduos que não podem ficar em liberdade¹¹.

Crê-se que as prisões ou sistemas prisionais apenas tiveram alguma importância a partir do séc. XVIII. Apesar de anteriormente as prisões serem raramente construídas com esse propósito, a maior parte das culturas utilizava gaiolas ou masmorras em estruturas já existentes para confinar os seus reclusos. Dado que o aprisionamento é tão utilizado hoje em dia como castigo, é por vezes difícil acreditar que o aprisionamento tinha um papel tão pouco importante nos regimes de punição da maior parte dos países antes do séc. XIX.

¹¹ NETO, Pedro Rates Gomes - A Prisão e o Sistema Penitenciário - uma visão histórica. ULBRA, 2000, pag 43-44

Alguns dos edifícios mais conhecidos do mundo, tal como o Kremlin e a Torre de Londres foram utilizados como prisões ao longo dos séculos. Em várias culturas encontramos referências a prisões. Há alguns milhares de anos, na Babilónia utilizavam-se os *bit kili*, lugares de encarceramento para devedores e pequenos criminosos. Na Grécia clássica e em Roma esporadicamente utilizava-se uma prisão privada, *carcer privatus*, para deter devedores e indivíduos que aguardavam julgamento ou execução. Em Atenas, havia uma prisão denominada *desmoterion*. Na Idade Média, os cárceres eram divisões especiais nos mosteiros dedicados ao “clero delinquente”. O Antigo Testamento refere o aprisionamento pelos egípcios, filisteus, sírios e israelitas. Jerusalém teria pelo menos três prisões no tempo de Nebuchadnezzar.

Nos séculos XV e XVI em Inglaterra surgiram as casas de correcção, e o Parlamento legislou que em cada distrito deveria haver uma destas casas para os indigentes e vagabundos onde aprenderiam as éticas de trabalho. Nestes locais os pequenos criminosos tinham de cumprir tarefas que ajudavam a suportar a instituição, tais como cozinhar e moagem. Ofereciam aprendizagem a homens-livres pobres, mulheres e crianças de rua em 25 profissões diferentes. Um importante passo no desenvolvimento das prisões foi a utilização do confinamento celular. Um dos primeiros exemplos surgiu em Itália, no Hospício de San Filippo. Foi a primeira tentativa de utilizar o confinamento durante 24 horas com o propósito de correcção e reforma. Outro passo importante foi a renovação da casa de correcção de Ghent em 1770, agora com celas separadas para os presos, adotando assim o sistema, de os presos partilharem um espaço durante o dia e dormirem em celas separadas durante a noite.

Em 1775, com a quebra abrupta no transporte de presos britânicos para as colónias americanas, as sobrelotadas prisões britânicas forçaram as autoridades a procurar alternativas. Em vez de construir novas prisões, utilizaram-se navios de guerra para confinar os presos. A Grã-Bretanha não foi o único país a

experimentar as colónias penais. A ilha do Diabo francesa terá sido a mais famosa¹².

No séc. XVIII as prisões eram em geral subterrâneas, embutidas nos castelos, imundas, inóspitas, insalubres, mefíticas e geradoras da chamada “febre das prisões”. Os presos eram relegados ao abandono, acabando muitos por morrerem esquecidos de todos. Em 1776, John Howard lança o livro “*The State of Prisons*”¹³, onde critica o estado deplorável das prisões da época, actuando como forma de pressão junto dos governos, levando ao estudo e consequente reforma do sistema prisional.

2. O sistema prisional na Europa

A União Europeia foi criada com o objectivo de pôr termo às frequentes guerras sangrentas entre países vizinhos, que culminaram na Segunda Guerra Mundial. A partir de 1950, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço começa a unir económica e politicamente os países europeus, tendo em vista assegurar uma paz duradoura. Os seis países fundadores são a Alemanha, a Bélgica, a França, a Itália, o Luxemburgo e os Países Baixos. Em 1957, o Tratado de Roma institui a Comunidade Económica Europeia (CEE) ou “Mercado Comum”.

A década de 60 é um bom período para a economia, favorecida pelo facto de os países da União Europeia terem deixado de cobrar direitos aduaneiros sobre as trocas comerciais realizadas entre si. A Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderem à União Europeia em 1 de Janeiro de 1973, elevando assim o número dos Estados-Membros para nove. Na sequência do breve, mas violento, conflito israelo-árabe em Outubro de 1973, a Europa debate-se com uma crise energética e problemas económicos. A queda do regime de Salazar em Portugal, em 1974, e a morte do General Franco em Espanha, em 1975, põem fim às últimas ditaduras de direita na Europa. No âmbito da política regional da União Europeia, começam a ser atribuídas elevadas verbas para fomentar a criação de empregos e de infraestruturas nas regiões mais pobres. O Parlamento Europeu

¹² ROTH, Mitchel P. - Prisons and Prison System: A Global Encyclopedia. Westport: Greenwood Press, 2006, pag xv-xvii.

¹³ NETO, Pedro Rates Gomes - A Prisão e o Sistema Penitenciário - uma visão histórica. ULBRA, 2000, pag 47-48

aumenta a sua influência na UE e, em 1979, os cidadãos passam, pela primeira vez, a poder eleger directamente os seus deputados. Em 1981, a Grécia torna-se o décimo Estado-Membro da UE, seguindo-se-lhe a Espanha e Portugal cinco anos mais tarde. Em 1993, é concluído o Mercado Único com as “quatro liberdades”: livre circulação de mercadorias, de serviços, de pessoas e de capitais. A década de 90 é marcada por mais dois Tratados, o Tratado da União Europeia ou Tratado de Maastricht, de 1993, e o Tratado de Amesterdão, de 1999. Em 1995, a União Europeia passa a incluir três novos Estados-Membros, a Áustria, a Finlândia e a Suécia. Uma pequena localidade luxemburguesa dá o seu nome aos acordos de “Schengen”, que gradualmente permitirão às pessoas viajar sem que os seus passaportes sejam objecto de controlo nas fronteiras. As divisões políticas entre a Europa de Leste e a Europa Ocidental são finalmente ultrapassadas e dez novos países aderem à UE em 2004, seguindo-se dois outros em 2007. Em Setembro de 2008 uma crise financeira assola a economia mundial, resultando numa cooperação económica mais estreita entre os países da UE. O Tratado de Lisboa é ratificado por todos os países da UE antes de entrar em vigor a 1 de Dezembro de 2009, proporcionando à UE instituições modernas e métodos de trabalho mais eficientes.

A nova década tem início com uma grave crise económica, mas também com a esperança de que os investimentos nas novas tecnologias verdes e amigas do ambiente e a cooperação europeia mais estreita tragam crescimento e bem-estar duradouros.

A luta contra a criminalidade implica um reforço do diálogo e da acção entre as autoridades judiciárias dos Estados-Membros. Consequentemente, a União Europeia (UE) estabeleceu órgãos específicos para facilitar a entajuda e a cooperação entre as autoridades judiciárias, como a Eurojust e a Rede Judiciária Europeia. A cooperação judiciária em matéria penal assenta no princípio de reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciárias dos Estados-Membros. Implica a aproximação das legislações nacionais relacionadas e a aplicação de regras mínimas comuns. As regras mínimas estão principalmente

relacionadas com a admissibilidade da prova e os direitos das vítimas de crime, assim como dos indivíduos nos processos penais.

Introduzida pelo Tratado de Maastricht em 1993, a cooperação judicial em matéria penal é regida pelo Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (Título V - Capítulo 4)¹⁴ onde é definido os moldes da cooperação judiciária em matéria legislativa regulamentar penal na União Europeia, assentando no princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais aplicadas pelos Estados-Membros.

E depois do 11 de Setembro de 2001

Nos meses posteriores ao atentado de 11 de Setembro e após a emanção do Patriot Act (lei dos Estados Unidos, que em Outubro de 2001 inaugurou o extenso e controverso pacotes de medidas jurídicas de combate ao terrorismo internacional) foram rapidamente apresentados projectos de lei instituindo normas penais de combate ao terrorismo nos parlamentos da maioria desses países – e ainda em outros – tendendo a modificar sensivelmente tal contexto. No que consta à legislação de carácter interno, os países europeus não ofereceram grandes novidades. No âmbito da União Europeia (UE), contudo, houve uma verdadeira “revolução”. Através de uma estratégia comum voltada ao combate do terrorismo delineada após o 11 de Setembro, diversas etapas do até então lento processo de cooperação policial e judiciária em matéria penal foram rapidamente alcançadas, com a geração de políticas e instrumentos jurídicos de grande impacto.

Em 21 de Setembro de 2001, poucos dias após o atentado ao World Trade Center, os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros da União Europeia, reunidos no Conselho Europeu, adoptaram um plano de ação de luta contra o terrorismo. A Posição Comum 2001/931, além de apresentar essas definições essenciais na luta contra o terrorismo em âmbito europeu, também traz consigo um dos primeiros actos concretos da União Europeia para contrastar tal fenómeno: através do seu artigo segundo “congela” os fundos, os activos

¹⁴ UNIÃO EUROPEIA [Em linha]. Consultado a 05 Janeiro 2014. Disponível na internet: <URL:http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm>.

financeiros e recursos económicos ou financeiros daqueles citados na lista em anexo à própria Posição Comum. Por fim, o artigo quarto da Posição Comum reforça a necessidade de que os Estados-membros prestem-se reciprocamente a maior assistência possível na prevenção e combate ao terrorismo através da cooperação policial e judiciária em matéria penal, no âmbito do título VI do Tratado da União Europeia.

O ano de 2002 ficou marcado por uma aceleração significativa na produção de normas nessa matéria. Em 13 de Junho, o Conselho de Ministros adotou duas decisões-quadro. A primeira (2002/584/JAI) criou o “mandado de detenção europeu”, que tem por objectivo impedir que os terroristas possam encontrar refúgio em outro país europeu com normas mais suaves. O artigo segundo da Decisão-quadro, ao prever o âmbito de aplicação do mandado, afirma que as infracções nesse indicadas [...] caso sejam puníveis no Estado-Membro de emissão compelia ou medida de segurança privativas de liberdade de duração máxima não inferior a três anos e como tal definidas pela legislação do Estado-Membro de emissão, determinar-se-á a entrega com base num mandado de detenção europeu, nas condições da presente decisão-quadro e sem controlo da dupla incriminação do facto”. Entre as infracções citadas, consta o “terrorismo”.

A 11 de Março de 2004, Madrid se tornou alvo de atentados terroristas. A reacção da UE foi quase que imediata. Poucos dias depois, em 25 e 26 de Março, o Conselho completou o plano de acção de 2001 contra o terrorismo orientando-o em torno de sete objectivos principais:

1. Redobrar os esforços internacionais para combater o terrorismo;
2. reduzir o acesso dos terroristas aos recursos económicos e financeiros;
3. aumentar a capacidade de investigação e de procedimento penal das instituições europeias e dos Estados-Membros;
4. proteger a segurança do transporte internacional e criar sistemas eficazes de controlo das fronteiras;
5. reforçar a coordenação entre os Estados-Membros e capacitar a União Europeia para prevenir e tratar as consequências de um eventual ataque;
6. identificar os

factores que contribuem para o recrutamento de terroristas; 7. levar os países terceiros a se empenhar mais na luta contra o terrorismo¹⁵.

Na sua origem mais remota, às instituições da Comunidade Económica Europeia encarregadas de emanar normas em matéria de direito comunitário não se punham questões ligadas ao direito penal. A própria natureza das instituições comunitárias, eminentemente económica, não permitia uma extensão a esse campo da ciência jurídica. Somente com a instituição da União Europeia e a criação da Política Europeia de Segurança Comum, assim como da Cooperação Policial e Judicial em Matéria Penal, ambas na década de noventa, foi possível constatar uma crescente preocupação com este tema, em particular, no que se refere às políticas de combate ao terrorismo internacional. De igual modo JUNIOR (2006)¹⁶, refere que após os atentados ocorridos nos Estados Unidos e na própria Europa, diversos países europeus submeteram suas políticas criminais a um processo de revisão prevendo a criminalização mais ampla e severa de condutas que se demonstrassem ligadas ao terrorismo internacional, assim como passaram a prever de forma mais detalhada esta última.

2.1 Mandado de detenção europeu

O mandado de detenção europeu é uma decisão judiciária emitida por um Estado membro com vista à detenção e entrega por outro Estado membro de uma pessoa procurada para efeitos de procedimento criminal ou para cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativas da liberdade.

Este mandado é executado com base no princípio do reconhecimento mútuo e em conformidade com o disposto na presente lei e na Decisão Quadro n.º 2002/584/JAI, do Conselho, de 13 de Junho, conforme o disposto nº1 e 2 da Lei n.º 65/2003, de 23 de Agosto.

¹⁵ JÚNIOR, Arno Dal Ri - Da Europa dos mercados à Europa das prisões quando terrorismo, xenofobia e paranóia tentam entrar no direito da União Europeia. Revista Sequência, 2006, pag 173-185

¹⁶ JÚNIOR, Arno Dal Ri - Da Europa dos mercados à Europa das prisões quando terrorismo, xenofobia e paranóia tentam entrar no direito da União Europeia. Revista Sequência, 2006, pag 192-193

O mandado de detenção europeu é aplicável se:

- Existir uma sentença transitada em julgado, que condene a pessoa a uma pena ou medida de segurança privativas de liberdade de duração não inferior a quatro meses;
- A infracção for punível com pena ou medida de segurança privativas de liberdade de duração máxima não inferior a um ano. As infracções a seguir indicadas, suscetíveis de determinar a entrega sem controlo da dupla incriminação do facto são, nomeadamente: o terrorismo, o tráfico de seres humanos, a corrupção, a participação numa organização criminosa, a falsificação de moeda, o homicídio, o racismo e a xenofobia, a violação, o tráfico de veículos roubados e a fraude, incluindo a fraude lesiva dos interesses financeiros das Comunidades Europeias.

No que respeita às infracções não mencionadas, a entrega pode ficar sujeita à condição de os factos para os quais o mandado de detenção europeu foi emitido constituírem uma infracção nos termos do direito do Estado-Membro de execução (regra da dupla incriminação).

Para a prossecução do mandado de detenção europeu deve estar reunida toda uma série de informações sobre a identidade da pessoa, a autoridade judiciária de emissão, a decisão judicial definitiva, a natureza da infracção, a pena, etc. (um modelo do formulário é junto em anexo à decisão-quadro).

Procedimentos: O MDE pode ser enviado directamente à autoridade judiciária competente para o executar, no Estado onde a mesma se encontra, podendo, em qualquer caso, ser inserida a indicação da pessoa procurada no Sistema de Informação de Schengen – SIS.

A Rede Judiciária Europeia – RJE desenvolveu uma ferramenta informática que permite identificar as autoridades judiciárias de execução, a quem mandado deve ser directamente transmitido.

Esta ferramenta contém informação sobre:

- Coordenadas dessas autoridades (autoridades de execução);
- Língua em que o mandado deve ser transmitido;

- Prazo para recepção do original do mandado, na sequência da detenção da pessoa a entregar, caso a detenção tenha sido efectuada com base na sinalização do pedido no SIS;
- Coordenadas das autoridades de emissão;
- Coordenadas das autoridades centrais e respectivas competências (ex: recepção transmissão do MDE; assistência às autoridades competentes; pedidos de trânsito; casos urgentes).

Os Estados-Membros podem adoptar as medidas coercivas necessárias e proporcionais contra uma pessoa procurada. Quando uma pessoa procurada for detida, tem o direito a ser informada do conteúdo do mandado, bem como a beneficiar dos serviços de um defensor e de um intérprete.

A autoridade de execução tem o direito de decidir manter a pessoa em detenção ou libertá-la sob certas condições.

Enquanto se aguarda uma decisão, a autoridade de execução (em conformidade com as disposições nacionais) procede à audição da pessoa em causa. O mais tardar sessenta dias após a detenção, a autoridade judiciária de execução deve tomar uma decisão definitiva sobre a execução do mandado de detenção europeu. Em seguida, a autoridade judiciária de execução informa imediatamente a autoridade de emissão da decisão tomada.

O período de detenção relativo ao mandado de detenção europeu deve ser deduzido do período total da pena de privação de liberdade eventualmente aplicada.

A pessoa detida pode declarar que consente na sua entrega, de forma irrevogável e em plena consciência das consequências do seu acto. Neste caso, a autoridade judiciária de execução deve tomar uma decisão definitiva sobre a execução do mandado no prazo de dez dias a contar da data do consentimento.

Um Estado-Membro recusa a execução do mandado de detenção europeu se:

- Tiver sido proferida uma decisão transitada em julgado por um Estado-Membro pelos mesmos factos e contra a mesma pessoa (princípio *ne bis in idem*);

- A infracção for abrangida por uma amnistia no Estado-Membro de execução;
- No Estado-Membro de execução, a pessoa em causa não puder, devido à sua idade, ser responsabilizada.

Com base na apresentação de certas informações (relativas ao mandado de detenção, à natureza da infracção, à identidade da pessoa, etc.), os Estados-Membros permitem o trânsito no seu território de uma pessoa procurada que é sujeito de entrega.

O mandado é traduzido na língua oficial do Estado-Membro de execução. Além disso, é transmitido por quaisquer meios que permitam ter o seu registo escrito e verificar a sua autenticidade pelo Estado-Membro de execução.¹⁷

O regime de mandado de detenção europeia é aplicável em 22 Estados dos 27 da União Europeia, exceptuo Chipre, Irlanda, Reino Unido, Bulgária e Roménia.

2.2 Transferência de pessoas condenadas

A Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de Novembro de 2008, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade, estabelece um sistema de transferência de pessoas condenadas para o Estado-Membro da sua nacionalidade ou residência habitual (ou para um Estado-Membro com o qual tenham laços estreitos). A transferência visa facilitar a reinserção social da pessoa condenada, ao assegurar o cumprimento da pena no seu país de origem. A suspeita de que existem más condições de detenção, ou o risco de que estas não respeitem os padrões mínimos exigidos pelas regras penitenciárias europeias aprovadas pelo Conselho da Europa, pode constituir um obstáculo à transferência de reclusos. As pessoas condenadas que não desejem

¹⁷ UNIÃO EUROPEIA – Síntese de legislação [Em linha]. Consultado a 05 Janeiro 2014. Disponível na internet:
<URL:http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/judicial_cooperation_in_criminal_matters/index_pt.htm>.

ser transferidas podem tentar argumentar que, em resultado da transferência, existe um risco de serem sujeitos a tratamentos desumanos ou degradantes.

Existe o risco de que as transferências sejam utilizadas para aliviar a sobrelotação num Estado-Membro, possivelmente agravando a sobrelotação noutro. Tal poderá ser um problema, em especial quando um Estado-Membro tem uma proporção elevada de reclusos que são nacionais de outro Estado-Membro, eventualmente vizinho.

As diferenças entre as legislações dos Estados-Membros relativamente à execução das penas de prisão colocam problemas potenciais ao bom funcionamento da Decisão-Quadro. Se uma pessoa for condenada a uma pena de prisão num Estado-Membro e tiver de cumpri-la noutro, a questão de saber que parte dessa sentença terá efectivamente de cumprir é relevante. Os Estados-Membros têm regras diferentes em matéria de liberdade condicional ou antecipada, o que poderá tornar-se um obstáculo às transferências se conduzir a que a pessoa em questão tenha de cumprir uma pena mais longa no território do Estado-Membro para onde é transferida do que a que cumpriria onde foi condenada. Por outro lado e de acordo com a União Europeia¹⁸, existe ainda o risco de que o Estado de execução (responsável pelo cumprimento) tenha um sistema menos generoso de libertação antecipada do que o Estado de emissão (que proferiu a condenação).

2.3 Liberdade condicional e sanções alternativas

A Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de Novembro de 2008, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, refere-se à fase posterior ao julgamento e aplica o princípio do reconhecimento mútuo a muitas das medidas alternativas à prisão e medidas que facilitam a libertação antecipada. A decisão de liberdade condicional ou outra sanção alternativa será executada num Estado-Membro que não aquele onde a pessoa foi condenada, e pode ser executada em

¹⁸ COMISSÃO EUROPEIA - Livro Verde sobre a aplicação da legislação penal da UE no domínio da detenção. Bruxelas: Comissão Europeia, 2011, pag 5-7

qualquer Estado-Membro desde que a pessoa em causa tenha dado o seu consentimento.

A sua correcta aplicação implicaria a existência de medidas de liberdade condicional e de penas alternativas à prisão em todos os ordenamentos jurídicos da União. Neste sentido a Comissão Europeia¹⁹ salienta que estas medidas devem talvez ser promovidas a nível da União para assegurar a aplicação correcta e eficaz das normas pelos Estados-Membros.

2.4 Decisão europeia de controlo judicial

A Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de Outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva, deve ser executada até 1 de Dezembro de 2012.

A decisão europeia de controlo judicial diz respeito à liberdade provisória na fase anterior ao julgamento. Permite que uma medida de controlo não privativa de liberdade seja transferida do Estado-Membro onde o não residente é suspeito de ter cometido uma infracção para o Estado-Membro onde este reside habitualmente. Esta iniciativa permite que um suspeito seja objecto de uma medida de controlo no seu Estado-Membro de origem até à realização do julgamento noutro Estado-Membro, permitindo assim que, no futuro, se reduza o tempo de prisão preventiva dos cidadãos da União Europeia não residentes.

O controlo judicial em causa prevê vários tipos alternativos de medidas de controlo a aplicar em substituição da prisão preventiva, tais como a obrigação de comunicar à autoridade competente do Estado de execução qualquer mudança de residência para efeitos de notificação para comparência numa audiência ou no julgamento do processo penal, a proibição de entrar em determinados locais no Estado de emissão ou de execução, a obrigação de permanecer num lugar determinado durante períodos especificados, restrições no que se refere à saída do território do Estado de execução, a obrigação de comparecer em determinadas datas perante uma autoridade especificada, a obrigação de depositar uma

¹⁹ COMISSÃO EUROPEIA - Livro Verde sobre a aplicação da legislação penal da UE no domínio da detenção. Bruxelas: Comissão Europeia, 2011, pag 7

determinada quantia ou prestar outro tipo de garantia ou a obrigação de se submeter a uma cura de desintoxicação.

Os prazos de prisão preventiva variam muito entre os Estados-Membros. A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem estabelece que a prisão preventiva deve ser considerada uma medida excecional e que se deveria recorrer com maior frequência a medidas de controlo não privativas da liberdade. Contudo, na prática, os suspeitos não nacionais são frequentemente desfavorecidos quanto à libertação sob caução, por se considerar que existe um maior risco de fuga do que relativamente aos nacionais. O resultado é que os suspeitos estrangeiros veem regularmente ser negada a libertação e, em consequência, o seu direito à liberdade, simplesmente porque têm menos ligações com a jurisdição.

Alguns países não têm um prazo máximo de prisão preventiva. Noutros, uma pessoa pode ser presa preventivamente por um período máximo de 4 anos. Os prazos de prisão preventiva excessivamente longos são prejudiciais para as pessoas em causa e a sua imposição sistemática num determinado Estado-Membro pode pôr em causa a confiança mútua. As autoridades judiciais devem aplicar as medidas coercivas adequadas menos gravosas, ou seja, optar por uma medida alternativa à prisão preventiva quando isso for suficiente para eliminar o risco de fuga ou de reincidência. Em alternativa à prisão preventiva, as autoridades podem emitir um MDE para assegurar a presença no julgamento de uma pessoa que tenha sido libertada e autorizada a regressar ao seu Estado de residência. Esta possibilidade poderia permitir que os juízes utilizem a prisão preventiva de forma mais equilibrada, libertando os suspeitos que não residam permanentemente na sua jurisdição, reduzindo-se desta forma os períodos de prisão preventiva.

Os menores encontram-se numa posição particularmente vulnerável em relação à prisão preventiva. A privação de liberdade tem consequências muito negativas para o desenvolvimento harmonioso das crianças e dificulta seriamente a sua reinserção na sociedade. Um estudo recente revela diferenças em relação à forma como as crianças são tratadas nos diferentes sistemas jurídicos. Na UE, a

idade mínima da responsabilidade penal varia entre os 8 anos na Escócia e os 16 anos em Portugal. Em geral, os Estados-Membros dispõem de regulamentação específica para jovens.

A nível internacional adotou-se um conjunto de medidas de protecção dos direitos das crianças em processo penal, incluindo no que respeita à detenção. O artigo 37.º da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança determina que a prisão e detenção de uma criança devem ser utilizadas unicamente como medida de último recurso e durar o menos possível. As crianças devem ser tratadas de uma forma que tenha em conta as necessidades inerentes à sua idade, nomeadamente, serem separadas dos adultos e terem o direito de manter o contacto com a família. A nível europeu, a Comissão Europeia²⁰ especifica que as crianças privadas de liberdade têm o direito de acesso imediato a assistência jurídica e a qualquer outra assistência necessária, bem como o direito de contestar a legalidade da sua medida de privação de liberdade perante um tribunal ou outra autoridade competente.

2.5 Regras penitenciárias europeias

As Regras Penitenciárias Europeias que datam de 1987, são revistas em 2006 por Recomendação do Conselho Europeu. Estas regras provam o interesse da União Europeia pelos Direitos Humanos, fixando desde logo directrizes para a administração prisional que visam a reinserção do indivíduo na sociedade. Esta Recomendação Europeia de 1987 pode ser dividida em cinco partes:

- Primeira parte – dedicada à administração penitenciária, aos seus princípios e ao respeito pela dignidade humana;
- Segunda parte – também direccionada para a administração prisional mas referente a uma série de procedimentos que devem ter sido tidos em conta para que o tratamento ao recluso seja humano – matérias de um âmbito mais prático tais como as condições das penitenciárias, o acolhimento ao recluso, como deverá ser distribuído, a sua higiene

²⁰ COMISSÃO EUROPEIA - Livro Verde sobre a aplicação da legislação penal da UE no domínio da detenção. Bruxelas: Comissão Europeia, 2011., pag 7-12

peçoal, o seu vestuário assim como roupa de cama, as boas condições da sua alimentação, os serviços médicos mínimos (especializados e especialmente importantes no caso de grávidas ou puérperas); a disciplina (a qual deverá estar regulamentada quanto ao seu tipo e duração); os meios de coacção; os contactos com o exterior; o seu credo, devendo ser permitida a participação em actividades da sua religião; a notificação de morte ou transferência. Os direitos do recluso deverão ser-lhe informados.

- Terceira parte – dedicada ao pessoal funcionário, onde podemos encontrar referências à importância da sua formação (humana, intelectual e académica), devendo a mesma ser continuada. Também é dado um destaque às suas capacidades sociais. As condições de trabalho em que deverá ser desempenhada a sua actividade assim como qual o número de funcionário necessários.
- Quarta parte – quais as condições em que deve ser aplicado o tratamento penitenciário, sendo que “a prisão, enquanto privação de liberdade, constitui em si uma punição.” São referidos o trabalho, o ensino, a educação física, a ocupação de tempos livres, as quais deverão ser desenvolvidas com o objectivo final de integrar o recluso na sociedade.
- Quinta parte – regras especiais para reclusos especiais (os presos preventivos, os condenados em processo, alienados e doentes mentais).

As Regras Penitenciárias Europeias foram actualizadas em 2006, reforçando o papel dos direitos humanos e do objectivo final que sendo a prisão um serviço público este deve reger-se por boas práticas quer a nível ético quer a nível deontológico, baseadas na humanidade do tratamento e no respeito pela dignidade humana. Estas Regras estão divididas em nove partes: primeira parte – referente aos princípios básicos, que referem entre outros que “todas as pessoas privadas da sua liberdade deverão ser tratadas com respeito pelos seus direitos humanos”; segunda parte – as condições de reclusão, desde a admissão do recluso até às condições da sua libertação. De referir, as condições especificadas para estrangeiros e minorias étnicas e linguísticas; terceira parte – referente aos cuidados de saúde do recluso; quarta parte – onde a segurança do

estabelecimento penitenciário assim como a segurança pessoal do recluso são regulamentados; quinta parte – a administração penitenciária assim como os funcionários da prisão são aqui regulamentadas desde a sua formação, até à gestão da própria prisão; sexta parte – referente à inspecção das prisões; sétima parte – referente aos reclusos preventivos; oitava parte – reclusos condenados; nona e última parte – referente à necessidade de actualização regular destas regras.

3.Organismos reguladores e fiscalizadores do sistema prisional

3.1 Comité europeu para a prevenção da tortura

O Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e dos Tratamentos ou Castigos Desumanos ou Degradantes (CPT) foi criado pela “Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes” do Conselho da Europa, que entrou em vigor em 1989. Inspira-se no artigo 3.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que estabelece que “Ninguém pode ser submetido a torturas, nem a penas ou tratamentos desumanos ou degradantes”.

O CPT não é um órgão de investigação, constituindo antes um mecanismo não judiciário, de carácter preventivo, para proteger as pessoas privadas de liberdade contra a tortura e qualquer outra forma de maus-tratos. Complementa assim o trabalho judiciário do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Este Comité organiza visitas a locais de detenção a fim de avaliar a forma como são tratadas as pessoas privadas de liberdade. Nestes locais incluem-se as prisões, centros tutelares educativos e de acolhimento de menores, esquadras de polícia, centros de retenção para imigrantes estrangeiros, hospitais psiquiátricos, lares sociais, etc. As delegações do CPT gozam de acesso ilimitado aos locais de detenção e têm o direito de neles se movimentar sem restrições. Conversam, em privado, com as pessoas privadas de liberdade e podem entrar em contacto livremente com qualquer indivíduo ou entidade que lhes possa fornecer informações. Após cada visita, o CPT envia um relatório pormenorizado ao Estado em questão. Este relatório reúne as conclusões do CPT, assim como as

suas recomendações, comentários e pedidos de informação. O CPT solicita também uma resposta detalhada sobre as questões levantadas no seu relatório. Aqueles relatórios e estas respostas fazem parte do diálogo contínuo com os respetivos Estados. O Estado pode solicitar a publicação do relatório do CPT, assim como da sua própria resposta. Até ao presente, a maioria dos Estados decidiu autorizar a publicação destes documentos. Segundo a Comissão Europeia²¹ caso um Estado não coopere ou se recuse a melhorar a situação à luz das recomendações do CPT, o Comité pode decidir fazer uma “declaração pública”. Além disso, o CPT elabora e publica anualmente um “Relatório Geral” sobre as suas actividades.

3.2 Ex-offenders Community of practise

O organismo Europeu Exocop (Ex-Offenders Community of Practice) tem como atribuição principal partilhar sistemas de boas práticas nas várias áreas temáticas ao nível prisional, entre os vários Estados membros.

De facto, realizam-se frequentemente Workshops e outras iniciativas mediante a constituição de grupo de trabalho a fim de discutir, analisar, e sobretudo propor melhorias na intervenção a nível nacional. A este nível realça-se as iniciativas do EXOCOP²² (Ex-Offenders Community of Practice) e a importância dos seus grupos de trabalho nos quais se elaboram recomendações que poderá instruir processos de produção de nova legislação com ou alterações à já existente, a um nível transnacional.

3.3 Observatório europeu sobre execução penal

Devido aos novos desafios que enfrentam os países europeus ao nível penal foi criado o Observatório Europeu sobre Execução Penal e Sistema de Justiça Criminal²³, cujos objectivos específicos são produzir um quadro da realidade da execução penal nos diferentes países europeus; verificar as novas

²¹ COMISSÃO EUROPEIA - European Committee for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment [Em linha]. Consultado a 14 Junho 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.cpt.coe.int/portuguese.htm>>.

²² EXOCOP - The Reintegration of Ex-Offenders Community of Practice [Em linha]. Consultado a 15 Junho 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.exocop.eu>>.

²³ Prison Observatory - <URL:<http://www.prisonobservatory.org/>>. Consultado a 15 de Junho de 2013.

necessidades de intervenção com vista à reinserção social, com base em estudos sobre as condições sociais e culturais nas prisões e fora delas, e na análise dos indivíduos submetidos à execução penal; verificar a coincidência das políticas nacionais e as necessidades de reinserção social; construir uma base de dados informática que permita descobrir e seguir tendências, as intervenções públicas e políticas, bem como acções de particulares e de associações, que tenham como alvo a população sujeita a execução penal.

Para concretizar esses objectivos a pesquisa irá recolher, tratar e publicar todo o tipo de informação relacionada com a execução penal com a finalidade de atingir os objectivos acima referidos. Uma vez recolhidos os dados, estes serão classificados por países, com o objectivo de permitir a exploração cruzada da informação obtida. O grupo de trabalho observará o número de prisões, número de reclusos e a respectiva percentagem em termos da população residente, as médias de tempo das penas aplicadas e as médias das penas efectivamente sofridas, as tipologias dos crimes cruzada com as diferentes razões pelas quais as pessoas são encarceradas, as tipologias das condenações, taxas de criminalidade, o número de pessoas submetidas a penas alternativas à prisão bem como a respectiva percentagem em relação à população residente total, a percentagem nas relações entre 1) guardas prisionais por população residente e por população encarcerada 2) técnicos de tratamento penitenciário por população residente e por população encarcerada 3) médicos por população residente e por população encarcerada.

Outras categorias a considerar na classificação das fontes são as actividades (trabalho, instrução, desporto); os serviços e estruturas (espaços abertos, áreas verdes, serviços sanitários, bibliotecas, condições de exercício de actividades desportivas); as condições subjectivas (imigrantes, drogas, HIV/SIDA); os regimes internos (tempos de laser, regulamentos e as suas aplicações, relações com a vigilância interna e a direcção das cadeias, relações entre o pessoal administrativo e os trabalhadores voluntários); as medidas alternativas à prisão (aplicações, concessões, modalidades de execução); as ligações entre a prisão e a sociedade envolvente (relações com as autarquias,

apoios à integração à saída da prisão, ofertas de trabalho para os reclusos e para os que estão submetidos aos regimes abertos, empresas que possam empregar ex-reclusos). Outro tema é o registo de abusos, violência doméstica e maus tratos declarados por algum organismo supranacional de direitos humanos.

Para além da possibilitação de consulta pública de documentos e relatórios preparados pelo Observatório, quer através da constituição de centros de documentação abertos ao público, quer através da utilização de recursos telemáticos dos materiais mais relevantes, também haverá lugar à publicação do Relatório sobre Execução Penal e Condições de Encarceramento na Europa. A publicação deste trabalho evidenciará os principais indicadores e tendências da execução penal, com vista a proporcionar intervenções públicas com vista à reabilitação dos condenados, a prevenção da violência e da violação dos direitos humanos.

OS SISTEMAS PRISIONAIS EUROPEUS

Ao idealizar esta dissertação foram analisados vários países onde no final se resumiram a quatro os escolhidos: Portugal, França, Reino Unido e Noruega.

Portugal seria sempre um dos países a ser analisado e alvo de comparação com os outros três, uma vez que esta dissertação visa procurar na análise e comparação dos diversos sistemas prisionais, possíveis soluções para a redução dos índices de reincidência criminal em Portugal.

Assim, a escolha dos restantes países recaiu na França devido à semelhança do seu modelo policial com Portugal, pois ambos os modelos de polícia têm origem no modelo napoleónico, encontrando-se distribuídos por duas grandes instituições distintas e complementares, a Polícia Nacional Francesa e a Guarda (Gendarmerie) Nacional, no caso francês, relativamente a Portugal temos a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana.

De seguida a escolha dos outros países em análise recaiu no Reino Unido e na Noruega. Ambos os países possuem modelos de polícia Anglo-Saxónico sendo no caso da Noruega reforçado com o facto de se tratar de um país onde são registados os índices mais baixos de reincidência criminal.

Outro factor relevante a ter em conta consiste no facto de que embora estes países façam parte do Continente europeu onde três deles são Estados-Membros da União Europeia, apresentarem culturas e formas de abordar o sistema prisional diferentes.

1.O Sistema Prisional Britânico

O Reino Unido é um país insular do noroeste da Europa, envolvido pelo oceano Atlântico, com o mar do Norte, a leste, e o canal da Mancha, a sul, abrange uma área de 244 820 km², correspondente à ilha da Grã-Bretanha e à Irlanda do Norte, bem como um grande número de pequenas ilhas. Sob o ponto de vista político, a ilha da Grã-Bretanha compreende a Inglaterra, a Escócia e o País de Gales. A Inglaterra tem uma área de 130 440 km² e ocupa dois terços da ilha; a Escócia ocupa a parte norte e tem uma área de 78 782 km²; e o País de Gales abrange 20 769 km² e situa-se a oeste da Inglaterra. A Irlanda do Norte situa-se na parte noroeste da ilha da Irlanda e ocupa 14 109 km². Entre as ilhas mais pequenas que integram o Reino Unido, menciona-se Wight, Scilly, Anglesey, as Órcades, as Hébridas e as Shetland.

As principais cidades são Londres, a capital, Birmingham, Manchester, West Yorkshire e Glasgow.

Na Grã-Bretanha o relevo não é uniforme. A Escócia é essencialmente montanhosa. Todo o Sudoeste de Inglaterra apresenta um relevo bastante acidentado, enquanto a parte oriental é plana.

O clima é temperado marítimo, chovendo ou nevando bastante mais a norte (na Escócia) e na fachada ocidental quer da Irlanda quer da Grã-Bretanha.

É uma das nações mais desenvolvidas do mundo e um dos grandes centros mundiais de comércio e finanças. Na agricultura, destacam-se as produções de trigo, beterraba açucareira, cevada, batatas e produtos hortícolas. A criação de gado, em especial ovinos e bovinos, tem igualmente relevância. Os recursos mineiros e energéticos (ferro e carvão) perderam largamente a sua importância mas foram compensados com a exploração de petróleo e gás natural no mar do Norte. Em termos industriais, há a referir os sectores eléctrico, alimentar, de

equipamento de transporte, químico, de maquinaria, têxtil e editorial. No sector terciário, o comércio, os serviços financeiros e o turismo apresentam uma dinâmica considerável. Os principais parceiros comerciais do Reino Unido são a Alemanha, os Estados Unidos da América, a França e a Holanda²⁴.

De acordo com o Banco Mundial, o Produto Interno Bruto do Reino Unido é de 2.471.784 milhões de dólares americanos, estando em 6.º lugar na lista de países do mundo por PIB.

O Reino Unido registava, em 2013, uma população de 63 395 574 habitantes. As taxas de natalidade e de mortalidade são, respectivamente, de 12,26% e 9,33%. A esperança média de vida é de 80,29 anos. Em termos étnicos, os brancos representam 92,1% da população, seguindo-se-lhes os negros (2%), os indianos (1,8%) e os paquistaneses (1,3%). O anglicanismo é a religião mais representativa, seguida do catolicismo, do presbiterianismo e do islamismo. A língua oficial é o inglês. A taxa de desemprego é de 7.7%²⁵.

Este país é caracterizado por uma longa história política e cultural com ligações a outras áreas do mundo, a maior das quais foi a que constituiu o Império Britânico. Júlio César invadiu a Britânia, tendo a ilha ficado sujeita a Roma no século I d.C. nos territórios que são hoje a Inglaterra e Gales. No século V, tribos nórdicas invadiram a Britânia e vários povos celtas habitaram o país de Gales. Guilherme da Normandia conquistou a Inglaterra na Batalha de Hastings, em 1066, e tornou-se Guilherme I. Os reis normandos estabeleceram um forte governo central e um estado feudal. Durante o reinado de Eduardo I desenvolveu-se o inglês como língua comum. Henrique VIII fundou a Igreja Anglicana e incorporou Gales na Inglaterra. O reinado de Isabel I deu início ao período de expansão colonial inglesa.

Em 1707, a Inglaterra e a Escócia formara, através de um Acto de União, o Reino da Grã-Bretanha. Em 1776, as colónias americanas tornaram-se

²⁴ INFOPÉDIA - Reino Unido [Em linha]. Porto: Porto Editora. Consultado a 13 Março 2014. Disponível na internet:

<URL:[http://www.infopedia.pt/\\$reino-unido](http://www.infopedia.pt/$reino-unido)>.

²⁵ Fundo Monetário Internacional FMI - Fundo Monetário Internacional: Dados Económicos Mundiais [Em linha]. Outubro de 2013. Consultado a 25 Janeiro 2014. Disponível na internet:

<URL:<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/02/weodata/weoselgr.aspx>>.

independentes e iniciou-se a colonização da Austrália. Após um período de guerra com Napoleão Bonaparte, ocupou o Cabo da Boa Esperança, a Malásia e Ceilão. Em 1801, uniu a Irlanda e criou o Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda. A partir de 1874 foi aumentado com os territórios do Chipre, Nigéria, Rodésia, Quênia, Zanzibar, Uganda, parte do Sudão e vários arquipélagos da Oceânia.

A Revolução Industrial teve origem no Reino Unido. A máquina a vapor trouxe o capitalismo industrial, as fábricas cresceram nas cidades e houve uma grande exploração das classes trabalhadoras. Durante o reinado da rainha Vitória, a expansão britânica atingiu o seu auge, embora o Canadá e a Austrália tenham obtido a sua independência.

O Reino Unido entrou na Primeira Guerra Mundial como aliado da França e da Rússia em 1914. A seguir à Primeira Guerra, rebentou uma revolução na Irlanda e, após a Segunda Guerra Mundial tornou-se a República da Irlanda. Em 1939 o Reino Unido entrou na Segunda Guerra Mundial e bateu-se contra os alemães e japoneses. A Índia obteve a sua independência logo a seguir à guerra, seguido de várias outras colónias e dependências. Na Irlanda do Norte, a violência e o terrorismo cresceram entre as comunidades católicas e as comunidades protestantes, que pretendiam continuar no Reino Unido.

Em 1973 o Reino Unido passou a fazer parte da Comunidade Económica Europeia.

A forma de governo é uma monarquia constitucional, o chefe de Estado é a rainha, Isabel II, e o chefe do governo é o primeiro-ministro. A monarquia e a família real britânica fazem parte da unidade e do espírito nacionais. A Constituição não está escrita. Gales e a Inglaterra estão unificadas política e administrativamente.

1.1 Caracterização do sistema prisional

Apesar do governo do Reino Unido estar em Westminster, os serviços prisionais cobrem a Inglaterra e Gales, enquanto a Escócia e a Irlanda do Norte têm os seus próprios serviços prisionais.

Os Serviços Prisionais Escoceses (SPE) são uma agência dependente do governo escocês que foi criado em 1993. O objectivo deste serviço é manter a segurança e a ordem prisional, enquanto cuidam dos reclusos com humanidade, oferecendo oportunidades que permitem reduzir a reincidência quando o recluso volta à comunidade.

Os SPE têm 13 prisões públicas e 2 geridas por empresas privadas. Estas prisões são geridas pelo chefe executivo, que dirige um quadro interno que incluiu directores não-executivos nomeados pelos Ministérios Escoceses e directores executivos. O Conselho Executivo apoia o chefe executivo providenciando liderança, direcção e controle.

Este sistema tem a sua sede em Edimburgo e conta com cinco departamentos. Emprega cerca de 4000 funcionários responsáveis por 8000 reclusos. Tem um orçamento anual de mais de £486 milhões para gerir as prisões e providenciar programas para melhorar o comportamento dos reclusos, assim como oportunidades de educação e formação²⁶.

Os serviços prisionais Norte-Irlandês (NIPS) são uma agência integrada no departamento da Justiça.

O objectivo principal dos NIPS é melhorar a segurança pública, reduzindo o risco de reincidência através da reabilitação dos reclusos. Os NIPS, através dos seus funcionários, servem a comunidade mantendo em segurança, de forma segura e com humanidade, os indivíduos condenados pelo tribunal e, trabalhando com os reclusos e outras organizações, procura reduzir o risco de reincidência, contribuindo assim para a paz e estabilidade na Irlanda do Norte.

Os NIPS estão neste momento a sofrer uma reforma estratégica, com uma duração de quatro anos, que terminará em 2015.

A sede dos NIPS está localizada em Belfast. Existem três estabelecimentos prisionais: Maghaberry, Magilligan e o estabelecimento prisional (jovens) Hydebank Wood²⁷.

²⁶ United Kingdom Government - Scottish Prison Service. [Em linha]. Consultado a 23 Junho 2014. Disponível na internet:

<URL:<http://www.sps.gov.uk/AboutUs/sp-s-about-us.aspx>>.

²⁷ United Kingdom Government, Department of Justice - Northern Ireland Prison Service [Em linha]. Consultado a 23 Junho 2014. Disponível na internet:

Historicamente os serviços prisionais estiveram ligados ao Ministério de Administração Interna mas, nos anos 80, o Governo Britânico introduziu o conceito de Agências Executivas, separando departamentos governamentais e organizações cujo papel era fornecer serviços específicos. Os departamentos aos quais as Agências pertencem definem orçamentos e padrões, e dão às Agências autoridade e responsabilidade sobre o serviço, enquanto os Ministros mantêm responsabilidade geral. Os serviços prisionais são uma Agência Executiva desde 1993.

Em 2003, o Governo publicou um relatório recomendações para que houvesse uma relação contínua entre a prisão e a reinserção social de forma a reduzir a reincidência, através da criação do Serviço Nacional de Gestão do Transgressor (National Offender Management Service – NOMS). Em termos organizacionais, isto quer dizer que os serviços prisionais não serão mais uma agência executiva mas sim parte da NOMS, e assim passará a fazer parte do Ministério da Administração Interna.

Actualmente, em Inglaterra e Gales, 128 estabelecimentos prisionais, incluindo estabelecimentos para jovens e estabelecimentos prisionais de imigrantes. Destes, 11 são privados, atribuídos a três empresas: a Serco, a G4S e a Sodexo²⁸.

Face ao aumento da população prisional no final dos anos 80, o governo viu a privatização das prisões como a solução mais eficaz para a crise. Em 1986 o Comité Parlamentar dos Assuntos Internos concluiu que a principal vantagem de contratar a construção e gestão de prisões era:

- Aliviar o contribuinte do encargo de pagar o investimento inicial da construção da prisão;
- Acelerar a sua construção;
- Maior eficiência e excelência arquitetónica.

<URL:<http://www.dojni.gov.uk/index/ni-prison-service/nips-about-us.htm>>.

²⁸ United Kingdom Government, Government Justice - Prison Finder [Em linha]. Consultado a 7 de Julho de 2014. Disponível na internet:

<URL:<http://www.justice.gov.uk/contacts/prison-finder/prisonfinder-a-z>>.

Em Abril de 1992, foi atribuído à empresa Group 4 um contrato para gerir a prisão de Wolds, uma prisão recentemente construída com 320 camas para reclusos em prisão preventiva, que tinha vários problemas financeiros.

O governo continuou o processo de privatização e em 1993 anunciou que todas as novas prisões serão construídas e geridas pelo sector privado. Mais três prisões (Doncaster, Blakenhurst e Buckley Hall) construídas com dinheiros públicos, foram contratadas para gestão privada. Também foram atribuídas a construção e gestão de mais duas prisões (Parc and Altcourse) ao sector privado²⁹.

O Reino Unido é o país europeu com o sistema prisional mais privatizado. Na Inglaterra e Gales havia, a 27 de Setembro de 2013, cerca de 16% da população prisional em prisões privadas.

No geral, as prisões privadas têm mais sobrelotação do que as geridas pelo sector público: em 2011-2012, a média no sector privado era de 30,2% comparado com 20,3% no sector público. As prisões de Forest Bank, Doncaster e Altcourse com valores particularmente altos de, respectivamente, 39,8%, 58,6% e 69,8%³⁰.

O serviço prisional de Inglaterra e Gales é regulamentado de várias formas:

- Quadro independente de monitorização: qualquer estabelecimento em Inglaterra e Gales tem o seu quadro independente de monitorização. São indivíduos independentes da comunidade local que são designados pelo Ministério para se certificar que o tratamento dado aos reclusos é tão justo como humano, assim como os programas de preparação para a sua libertação, são adequados.
- Provedor da Justiça para as Prisões e Reinserção Social: o Provedor da Justiça para as Prisões e Reinserção Social é a autoridade independente

²⁹ Prison Reform Trust - Private Sector Prisons [Em linha]. Consultado a 05 Julho 2014. Disponível na internet:

<URL:<http://www.prisonreformtrust.org.uk/ProjectsResearch/PrivateSectorPrisons>>.

³⁰ *Prison Reform Trust - Privatisation will not rehabilitate our prisons*. 21 de Janeiro de 2013.

<http://www.prisonreformtrust.org.uk/PressPolicy/News/vw/1/ItemID/179> (acedido em 7 de Julho de 2014)

de recurso para os reclusos e os supervisionados pelo Serviço de Reinserção Social. Para efeitos de investigação, o Provedor de Justiça tem acesso total a informação, documentos, incluindo material e informação classificados fornecidos aos serviços prisionais por outras organizações como a Polícia. Aos registos médicos, apenas com consentimento do recluso³¹.

- A Inspecção Geral das Prisões de S.M. para Inglaterra e Gales é um serviço de inspecção independente que reporta as condições e tratamento dos reclusos, instituição de jovens e centros de detenção de imigrantes. O seu papel é fornecer uma análise independente das condições e tratamento dos reclusos e outros detidos, promovendo o conceito de “prisões saudáveis” nas quais o pessoal trabalha para apoiar os presos por forma a reduzir a reincidência ou atingir outros resultados acordados. O Inspetor Chefe das Prisões de S. M. é nomeado pelo Secretário da Justiça fora do Serviço Prisional, por cinco anos. Reporta directamente à Secretaria da Justiça e aos ministros sobre o tratamento dos reclusos, condições nas prisões em Inglaterra e Gales e outros assuntos. Inspeciona as prisões privadas da mesma forma que as prisões do sector público. Todas as prisões privadas têm uma ligação ao NOMS³², e quem gere estas prisões são os Directores.

1.2 Formação prisional

Para se ser guarda prisional em Inglaterra ou Gales é necessário passar o exame de admissão, independentemente das qualificações académicas terá de passar um exame médico e um teste de aptidão física; deverá ser um cidadão britânico ou da EU; e residente no Reino Unido há 3 anos; não poderá fazer parte

³¹ Prison Reform Trust - Privatisation will not rehabilitate our prisons. [Em linha] 21 de Janeiro de 2013. Consultado a 07 Julho 2014. Disponível na internet:

<URL:<http://www.prisonreformtrust.org.uk/PressPolicy/News/vw/1/ItemID/179>>.

³² United Kingdom Government, Ministry of Justice - Prisons. [Em linha]. Consultado a 15 Março 2014. Disponível na internet:

<URL:<http://www.justice.gov.uk/about/hmi-prisons>>.

de um grupo ou organização que os serviços prisionais considerem racista, e deverá ter mais de 18 anos.

Todos os guardas prisionais são submetidos a um curso de formação de 8 semanas. O curso tem como objectivo dotá-los com o conhecimento necessário, capacidades e valores necessários para vir a ser um guarda prisional confiante, seguro e responsável.

O curso de formação é repartido entre o estabelecimento prisional e o local de treino, que poderá ser a Escola de formação dos serviços prisionais em Newbold Revel ou um dos Centros de Treino locais. Na primeira semana será feita uma apresentação completa do estabelecimento prisional onde ficará colocado. O objectivo desta semana é familiarizar o agente com o seu local de trabalho e conhecer os seus colegas e superiores. A segunda, terceira e quarta semana serão cumpridas na Escola de formação dos serviços prisionais de Newbold Revel, ou num Centro de Treino local – esta fase combina aulas em ambiente de sala de aula, com treino prático de exercícios para desenvolver o espírito de equipa. Os formandos são avaliados ao longo deste período para identificar os seus progressos e necessidades, com um exame escrito no final desta fase. A quinta semana, no seu estabelecimento prisional, dá-lhe a oportunidade de conhecer os seus colegas e local de trabalho. A sexta, sétima e oitava semana, de volta a Newbold Revel, ou ao Centro de Treino local, consolida a aprendizagem anterior e adquire e desenvolve novas competências e conhecimento em cenários reais. As aulas em contexto de sala continuam, com mais avaliações práticas, com um segundo exame. Na última sexta-feira de manhã haverá uma cerimónia de graduação. Existem muitos estabelecimentos que dão aos novos guarda prisionais a oportunidade de aprendizagem no local de trabalho.

1.3 Da punição à reinserção

Apesar do Reino Unido gastar uma maior percentagem do PIB em ordem pública do que os Estados Unidos ou qualquer outro país da EU, as suas prisões são ineficazes. Com cerca de 83000 presos, Inglaterra e Gales têm uma

impressionante taxa de reclusão de 150 por 100000 da população. As prisões estão sobrelotação desde 1994. Com menos de 15 prisões de regime aberto no Reino Unido, o objectivo do sistema é o “castigo” e não a reabilitação³³.

Metade dos crimes são cometidos por pessoas que já passaram pelo sistema criminal. O custo para o contribuinte pela reincidência está estimado entre os £9,5 a £13 milhares de milhão por ano.

A taxa de reincidência tem sido muito alta por muito tempo, apesar do investimento do governo na última década. Houve poucas alterações na taxa de reincidência e cerca de metade dos criminosos libertados regressam ao sistema prisional passados 12 meses.

Para reduzir quer o número de vítimas quer os custos para o contribuinte seria necessário implementar um sistema de justiça criminal duro mas inteligente que não só “castiga” os indivíduos que não cumprem a lei mas que também os apoia para que não voltem a cometer crimes no futuro.

As técnicas de reabilitação variam de acordo com a natureza do recluso, o tipo de crime cometido e a instituição em questão. Podem variar desde a formação escolar e profissional para ajudar o recluso a aprender um ofício que poderá ser útil fora da prisão, a reabilitação psicológica, lidando com os mais variados problemas de que o recluso possa sofrer. Os toxicodependentes poderão receber tratamento em algumas prisões.

A reabilitação tem lugar tanto na prisão como, em alguns casos, após a sua libertação, através de programas de reinserção, que facilitam a transição para a comunidade³⁴.

A Indústria Prisional é uma unidade dentro do NOMS que providencia uma estratégia e políticas globais para as indústrias prisionais. O seu objectivo é ocupar os presos no seu tempo fora da cela e, sempre que possível, ajudá-los a ganhar competências, qualificações e experiência de trabalho que melhorem as

³³ MUFFITT, Eleanor - The old debate: punish prisoners, or rehabilitate them? [Em linha]. The Telegraph. 18 de Dezembro de 2013. Consultado a 7 de Julho de 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.telegraph.co.uk/news/uknews/crime/10514678/The-old-debate-punish-prisoners-or-rehabilitate-them.html>>.

³⁴ United Kingdom Government, Ministry of Justice - Reducing reoffending and improving rehabilitation. [Em linha]. Gov.uk. 11 de Junho de 2014. Consultado a 15 Julho 2014. Disponível na internet: <URL:<https://www.gov.uk/government/policies/reducing-reoffending-and-improving-rehabilitation>>.

suas perspectivas de integração após a libertação, sendo sabido que o emprego é um dos factores que reduzem a reincidência.

As indústrias prisionais desempenham um papel importante nos estabelecimentos prisionais públicos. Facilitam e coordenam a produção interna e fornecem as roupas e bens para consumo interno.

Para além de produzirem uma grande variedade de bens e serviços para as prisões, as oficinas das indústrias prisionais também providenciam bens para consumo dentro do NOMS e Ministério da Justiça, incluindo o mobiliário de escritório e os serviços de impressão.

Em suma, o objectivo principal de dar trabalho aos reclusos é:

- Fornecer bens e serviços o mais eficiente e eficazmente possível – reduzindo o custo do aprisionamento, e promovendo regimes ativos que mantêm os presos;
- Acrescentar ordem e controle empregando o maior número possível de presos;
- Ajudar à integração através de competências e qualificações e quando possível criar uma contribuição financeira que compense o custo elevado da prisão.

Também é realizado trabalho para clientes empresariais que vai desde simples tarefas como preenchimento de envelopes à montagem de componentes eléctricos – este é conhecido como serviços por contrato.

Nos últimos anos o governo do Reino Unido através dos serviços prisionais, tem vindo a proceder à modernização de meios de combate e prevenção da reincidência como por exemplo fechando indústrias antigas tais como a tecelagem e introduzindo oficinas de impressão modernas³⁵. No entanto é uma mudança arriscada e cara, e por esse motivo os serviços prisionais fá-lo em parceria com o sector privado. A sua nova função é a colocação dos reclusos, estando as “Indústrias Prisionais” a desenvolver parcerias com organizações

³⁵ United Kingdom Government, The National Archives of the United Kingdom - Prison Industries. [Em linha]. Consultado a 15 Março 2014. Disponível na internet:
<URL:<http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20110206184958/>>.
<URL:<http://www.hmprisonservice.gov.uk/abouttheservice/prisonindustries>>.

voluntárias e comerciais por forma a reduzir a reincidência, desenvolvendo oportunidades de emprego para os reclusos que tenham adquirido competências, qualificações e experiência de trabalho nas suas oficinas.

2. O Sistema prisional francês

A França é um país da Europa Ocidental, banhada pelo canal da Mancha a norte, pelo Golfo da Biscaia a oeste e pelo mar Mediterrâneo e Mónaco a sul, e faz fronteira com a Bélgica e o Luxemburgo a nordeste, a Alemanha e a Suíça a este, a Itália a sudeste e a Espanha e Andorra a sudoeste. Possui uma superfície de 547 030 km² (incluindo a ilha da Córsega, no mar Mediterrâneo). As principais cidades são Paris, a capital, Marselha, Lyon, Toulouse, Nice e Estrasburgo.

Para além do território continental, a França estende-se por mais de 120 000 km² em territórios ultramarinos: a Guadalupe, a Martinica, São Pedro e Miquelão, São Martinho e São Bartolomeu ao largo da América do Norte; no Oceano Pacífico, a Polinésia Francesa, a Nova Caledónia, Wallis e Futuna e Clipperton; e no Oceano Índico: a Reunião, Maiote, as Ilhas Dispersas, as Ilhas Crozet, as Ilhas Kerguelen e São Paulo e Amesterdão. A Guiana Francesa situa-se na América do Sul e a Terra Adélia, na Antárctica³⁶.

O território francês apresenta acentuados contrastes em termos de relevo: no Sudeste e Sudoeste, respectivamente, as cadeias montanhosas dos Alpes e dos Pirenéus; na parte central, o Maciço Central; no Nordeste, relevos antigos (Jura, Vosgos, Ardenas); no Norte e Oeste, vastas planícies atravessadas por rios (Sena, Loire, Garona). É nos Alpes Franceses que se encontra o ponto mais alto da Europa Ocidental, o Monte Branco, com 4 807 metros de altitude.

A sua localização condiciona a diversidade e variação climática, que tem clima temperado marítimo, no Nordeste, e clima mediterrâneo, no Sul. Nas terras altas dos Pirenéus, dos Alpes, a queda de neve é frequente no inverno, apresentando mesmo neves perpétuas nos pontos mais elevados.

³⁶ Governo Francês - França Valores: Instituições e. [Em linha]. Website Oficial da França. Consultado a 25 Janeiro 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.france.fr/pt/instituicoes-e-valores/franca>>.

A França é um dos países mais desenvolvidos da Europa e do mundo, fazendo parte do G7, o grupo dos sete países mais ricos do Mundo. Com 3/5 de terra arável, a França é líder do sector agrícola europeu, destacando-se da sua produção os cereais, a beterraba-açucareira, os produtos vinícolas, as frutas, os vegetais e os laticínios. A silvicultura desempenha, também, um importante papel na economia francesa graças à extensa área florestada. A indústria francesa está muito bem cotada a nível mundial, sobretudo no que toca às indústrias automóvel, aeronáutica, metalúrgica e têxtil, bem como a que esta ligada aos produtos químicos e alimentares.

O sector terciário é o mais importante para a economia francesa, dado que emprega 2/3 da população activa e representa mais de 60% do PIB, tendo o turismo um papel muito importante, mas também os transportes, as comunicações e a atividade financeira. Os principais parceiros comerciais da França são a Alemanha, a Itália, o Reino Unido e a Bélgica³⁷.

De acordo com o Banco Mundial, o Produto Interno Bruto da França é de 2.612.878 milhões de dólares americanos, estando em 5.º lugar na lista de países do mundo por PIB.

A população, em 2014, é de 65 821 000 habitantes³⁸. As taxas de natalidade e de mortalidade são, respectivamente de 12,6% e 8,96%. A esperança média de vida é de 81,56 anos³⁹. A população de origem francesa representa 93,6% da população, seguindo-se-lhe as comunidades portuguesas (1,1%), argelina (1,15), marroquina (1%), italiana (0,4%) e espanhola (0,4%). Em termos de religião, domina o catolicismo (76%), seguido do islamismo e do

³⁷ INFOPÉDIA - França [Em linha]. Porto: Porto Editora. Consultado a 19 Janeiro 2014. Disponível na internet:
<URL: [http://www.infopedia.pt/\\$franca](http://www.infopedia.pt/$franca)>.

³⁸ Governo Francês - França Valores: Instituições e. [Em linha]. Website Oficial da França. Consultado a 25 Janeiro 2014. Disponível na internet:
<URL: <http://www.france.fr/pt/instituicoes-e-valores/franca>>.

³⁹ Central Intelligence Agency CIA - The World Factbook: France [Em linha]. Consultado a 25 Janeiro 2014. Disponível na internet:
<URL: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/fr.html>>.

protestantismo. A língua oficial é o francês⁴⁰. A taxa de desemprego é de 10,9%⁴¹.

A origem da França poderá ser situada no ano de 1200 a.C., quando se iniciou a ocupação do território entre o canal da Mancha e os Alpes pelos Gauleses, que foi batizado de Gália. Entre 58 e 50 a.C. a Gália foi conquistada pelos romanos. Com o declínio do Império Romano, a Gália foi ocupada pelos povos germânicos. Carlos Magno assume a regência da Gália no século VIII. Com a morte de Carlos Magno, o Império foi dividido em reinos, sendo o mais ocidental batizado de *Francia Occidentalis*, território que em 1328 incluía a maior parte da França atual. No fim do século XV, com a conquista da Bretanha e da Borgonha, o território aproximou-se da actual configuração.

Durante o século XVII, a França tornou-se uma forte potência europeia e ultramarina, sobretudo com o reinado de Luís XIV, autodenominado Rei-Sol. Em 1789, os representantes do povo nas Cortes convocadas por Luís XVI proclamaram a constituição da Assembleia Nacional, cujo clímax foi a tomada da Bastilha a 14 de Julho. Após a fraqueza de vários governos surge Napoleão Bonaparte que se tornou imperador em 1804, sendo depois reposta a monarquia. Após o fortalecimento da Terceira República através de eleições em 1789, a França só encontrou estabilidade em 1899, permitindo um período de desenvolvimento económico apenas interrompido com a Primeira Guerra Mundial, da qual saiu vencedora. Em 1939 começou a Segunda Guerra Mundial e em 1940 a Alemanha invadiu a França. Por ação dos Aliados e da resistência Francesa, a França foi libertada em 1944. Até 1947, a França foi governada por um Governo provisório, ao qual se segue o estabelecimento da Quarta República.

A década de 50 caracterizou-se por um rápido desenvolvimento económico do país e pela proliferação de movimentos independentistas nas

⁴⁰ INFOPÉDIA - França [Em linha]. Porto: Porto Editora. Consultado a 19 Janeiro 2014. Disponível na internet:
<URL: [http://www.infopedia.pt/\\$franca](http://www.infopedia.pt/$franca)>.

⁴¹ Fundo Monetário Internacional FMI - Fundo Monetário Internacional: Dados Económicos Mundiais [Em linha]. Outubro de 2013. Consultado a 25 Janeiro 2014. Disponível na internet:
<URL:<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/02/weodata/weoselgr.aspx>>.

colónias. Em 1962, após o fim das guerras coloniais, houve lugar a uma revisão constitucional, da qual constava a eleição por sufrágio universal do presidente da República. Em maio de 1969, Charles de Gaulle viu-se confrontado com graves distúrbios sociais, numa primeira fase, de origem estudantil, desenvolvendo-se para movimentos sindicalistas, que levaram à dissolução da Assembleia Nacional.

2.1 Caracterização do sistema prisional

Os serviços prisionais franceses estão sob a autoridade do Ministério da Justiça.

Existem 190 estabelecimentos prisionais e 103 serviços de liberdade condicional e reintegração (*services pénitentiaires d'insertion et de probation*) em todo o país.

O regime de execução da pena de privação da liberdade concilia a protecção da sociedade, o castigo do condenado e os interesses da vítima com a necessidade de preparar a inserção ou a reinserção da pessoa detida de modo a permitir-lhe de ter uma vida responsável e prevenir novas infrações.

A missão das nove direcções inter-regionais e dos departamentos e territórios ultramarinos é controlar e coordenar a actividade dos estabelecimentos prisionais e dos serviços de reinserção e de liberdade condicional colocados sob a sua autoridade.

Os 190 estabelecimentos prisionais estão classificados em duas grandes categorias: *maisons d'arrêt* e *établissements pour peine*.

As *maisons d'arrêt* (casa de detenção) recebem pessoas em prisão preventiva, assim como pessoas condenadas cuja pena ou pena remanescente não excede os dois anos. Todos os condenados a pena de prisão iniciam a sua sentença numa *maison d'arrêt*. Este tipo de prisões poderá incluir uma área diferenciada para indivíduos com penas muito curtas e para aqueles que apenas pernoitam e passam fins-de-semana nas prisões (*quartier semi-liberté*).

Os *établissements pour peine* (estabelecimentos para a pena) estão divididos em *maisons centrales*, *centres de détention*, *centres de semi-liberté*, dependendo do tipo de condenação.

- A *maison centrale* (casa central) é uma prisão de segurança máxima que recebe indivíduos que foram condenados a penas longas, reincidentes e criminosos considerados perigosos. O rácio recluso/guarda numa *maison centrale* poderá ser tão baixa como de um para um. O regime de reclusão nestas prisões está essencialmente assente na segurança. Existem seis *maisons centrales* no país.
- O *centre de détention* (centro de detenção) recebe detidos que apresentam as melhores perspectivas de reintegração social. Poderão alojar indivíduos condenados a penas longas, desde que a natureza do crime não seja necessariamente considerada de elevada perigosidade. Os indivíduos habitualmente são encaminhados para um *centre de détention* depois de terem estado noutras instalações, tais como a *maison centrale*. Um dos desafios dos *centres de détention* é o envelhecimento dos detidos, devido às suas longas penas. Há 25 *centres de détention* em França.
- O *centre de semi-liberté* (centro de semi-liberdade; onze em todo o país) e *centre pour peines aménagées* (centros de prisão temporária) permitem que os detidos mantenham um emprego ou participem em programas de ensino ou tratamento na comunidade, mas têm de estar nas instalações à noite e aos fins-de-semana. Apesar destes dois tipos de instalações serem muito similares, o último é mais restritivo destina-se aos indivíduos que requerem maior supervisão e demonstram menor autonomia.

Os estabelecimentos prisionais juvenis apelidam-se de *établissement pénitentiaire pour mineurs*. A gestão destas instalações resulta da colaboração entre os departamentos de Administração Prisional e a Protecção de Menores. A idade mínima de responsabilidade criminal em França é aos 13 anos e estes

estabelecimentos recebem jovens com idades entre os 13 e os 17 anos. No entanto a prisão para menores é muito rara. Em alguns casos, estas instalações estão integradas em estabelecimentos prisionais, especialmente quando esta localização facilita a colocação dos menores próximos da sua área de residência e das suas famílias.

Durante a última década, devido ao aumento da delinquência juvenil em França, o Ministério da Justiça tem aumentado o investimento em estabelecimentos prisionais juvenis (i.e., *établissement pénitentiaire pour mineurs*, ou EPM), com ênfase na “detenção educacional” cujo objectivo é ressocializar os jovens de forma a garantir uma reintegração em estilos de vida legais. Estes estabelecimentos podem acolher 60 jovens. Para estes, existem 60 supervisores, 36 professores, 2 professores técnicos e um coordenador cultural que gere o centro audiovisual. Os referidos estabelecimentos geralmente, incluem uma sala de teatro, uma biblioteca equipada com livros e filmes, uma sala de internet (com acesso restrito a *sites*), salas de aula equipadas com computadores, um ginásio totalmente equipado com música e ar condicionado, uma extensa área coberta para a prática de vários desportos (badminton, futebol, e basquetebol). Os jovens progridem através de cinco unidades durante a sua passagem. A primeira unidade, onde os jovens passam 5 a 10 dias, é utilizada para responder às necessidades individuais. Durante este período têm acesso limitado a programas de grupo. Conforme progridem dentro das unidades, há uma maior exposição às actividades e aulas em grupo. Na última fase, são colocados na quinta unidade (também apelidada de unidade de confiança), que ocorre no final da sentença. Da segunda à quinta unidade, os jovens participam em várias aulas e/ou actividades desportivas. O isolamento é pouco comum nos estabelecimentos juvenis franceses. Se algum jovem se comporta mal, normalmente passam mais tempo na sua unidade. Os problemas de comportamento incluem as ameaças ou os insultos ao pessoal, posse de cigarros e violência física. O castigo para estes comportamentos inclui cartas de desculpa, lavar pratos ou outras tarefas do mesmo género.

Existe uma unidade separada para raparigas, que também acolhe crianças num esforço para evitar separar mães e filhos. As celas que acolhem as raparigas e os seus filhos são maiores. Esta unidade inclui lavandaria onde as jovens mães podem lavar a sua roupa. A atmosfera é agradável, com as paredes e as portas das celas pintadas com cores brilhantes. Os supervisores são muito cuidadosos para não violar a privacidade das jovens mães e dos seus filhos. Tenta-se criar um ambiente que se assemelhe à vida no exterior. O espaço físico não é muito diferente das áreas suburbanas de Paris.

Os serviços de reinserção social estão sob a autoridade dos *services pénitentiaires d'insertion et de probation* (serviços de reintegração e liberdade condicional). Criados em 1999, este departamento dos serviços prisionais é responsável por todos os assuntos relacionados com a reintegração social dos indivíduos que são libertados das prisões tanto em liberdade condicional como em serviço comunitário. A missão destes serviços destaca o conceito de integração social e reintegração, realçando a necessidade de socializar indivíduos que nunca estiveram integrados de forma adequada na sociedade antes de cumprir pena. Os princípios envolvem o respeito pelas vítimas, pela sociedade e pelos infractores e a prevenção da reincidência é um dos seus objectivos.

A administração dos serviços prisionais em França reconhece a importância de manter os laços familiares dos reclusos durante o período de prisão por forma a garantir um retorno á comunidade após a libertação, com sucesso. A administração conta com várias práticas para manter estes laços, tais como a possibilidade das crianças com menos de 18 meses poderem ficar com as suas mães nas instalações prisionais e o melhoramento de espaços destinados a reuniões familiares e áreas de diversão para as crianças. Os indivíduos em prisão preventiva tem direito a três visitas semanais, e os detidos condenados têm direito, a pelo menos uma, visita semanal.

Uma das práticas mais progressivas para a reintegração, que é cada vez mais comum nas prisões francesas, é a utilização de unidades familiares, pseudo-apartamentos dentro dos estabelecimentos prisionais onde os reclusos podem passar até 72 horas com as esposas e filhos. Habitualmente destinados mas não

limitados a reclusos com penas longas, o seu objectivo é permitir aos reclusos ligarem-se de novo às suas famílias. Os guardas prisionais não entram no apartamento “privativo”; apenas supervisionam a área circundante. A primeira visita dura 6 horas; as visitas subsequentes podem durar 24, 48 e finalmente 72 horas se tudo correr bem. Os reclusos são candidatos a estes apartamentos assim que entram para as instalações e podem solicitar a utilização destas unidades de dois em dois meses. Alguns apartamentos até incluem um pequeno quintal e área para crianças.

2.2 Formação prisional

A Escola Nacional de Administração Prisional em França (*École nationale d'administration pénitentiaire*, ou *Énap*), sob alçada do Ministério da Justiça, é responsável pela preparação/formação de todo o pessoal do serviço prisional francês. Uma característica do sistema francês é que os funcionários prisionais têm de ter preparação no *Énap*. Esta preparação centralizada cria um espírito de equipa entre os funcionários de diferentes agências e estabelecimentos prisionais. Há dois tipos de cursos: preparação inicial, que inclui cursos referentes a administração e gestão, direito, segurança, e reintegração e uma preparação contínua, que inclui um vasto leque de cursos de especialização especialmente relevantes para trabalhar com a população prisional (ex: psicologia criminal, compreender o Islão, etc). Os funcionários que são responsáveis pela supervisão directa dos detidos (guardas prisionais) devem completar uma preparação de oito meses. Toda a preparação inclui componente teórica e prática, sendo que a teórica tem lugar no *Énap* e a prática em instalações prisionais. Durante a preparação, o curso alterna entre teórica e prática, Por exemplo, os formandos passam 15 dias em estabelecimentos prisionais depois das primeiras três semanas de aulas teóricas. O primeiro passo do treino prático é puramente de observação, mas os formandos vestem fardas e estão integrados na vida da prisão. Esta primeira fase prática permite aos alunos compreenderem se realmente trabalhar em estabelecimentos prisionais será o emprego indicado para eles. A segunda parte prática ocorre na 20.^a semana do curso, e nas últimas dez semanas. Nesta

fase, os formandos são colocados em contacto directo com os reclusos e é-lhes atribuída maior autonomia. Os funcionários administrativos e de gestão (directores prisionais) são sujeitos a um curso de dois anos.

Os directores prisionais em França não têm necessariamente conhecimento ou experiência anterior na área prisional ou até em gestão. Durante o curso de dois anos, os formandos recebem um ano de preparação num estabelecimento prisional, onde trabalham próximos de um director experiente. No final do curso, são integrados numa equipa de gestão, com cerca de duas a cinco pessoas na maior parte das instalações mas por vezes pode ter até quinze.

A equipa de gestão inclui um director, um adjunto de director e outro pessoal de gestão também submetidos à mesma preparação com vários níveis de experiência.

Todos os trabalhadores que exercem funções nos estabelecimentos prisionais são sujeitos a uma rigorosa preparação em combate a incêndios e primeiros socorros.

2.3 Da punição à reinserção

O acesso a oportunidades de emprego é visto como um direito básico dos reclusos em França e não como um privilégio a ser concedido por bom comportamento. Há um estabelecimento prisional em particular na região sudoeste de França que é exemplar no que se refere às oportunidades de emprego para os detidos.

Os estabelecimentos prisionais destinam-se a abrigar indivíduos com penas longas mas que não são considerados perigosos e que têm um grande potencial de reintegração. Alguns reclusos pedem para ser transferidos para estas instalações para poderem beneficiar das oportunidades de emprego. As oficinas incluem equipamento e maquinaria modernos. Os bens aqui produzidos incluem carpintaria, mobiliário, caixotes de lixo para parques públicos e até equipamento aeronáutico para uma companhia conhecida de fabrico de aviões. Ironicamente, as oportunidades para trabalhar com peças de aeronáutica está geralmente limitada a indivíduos com penas mais longas, dado que o trabalho consome

muito tempo e uma preparação dispendiosa e a companhia não pretende investir preparação em detidos com penas curtas.

A “quantidade” de liberdade que é atribuída aos reclusos deste centro é notável, especialmente dada aos que foram acusados dos crimes mais graves. Os reclusos não têm de usar uniforme. As cabines telefónicas estão disponíveis em várias áreas públicas e os reclusos podem utiliza-las em qualquer altura. Em muitas das oficinas, os detidos fazem o seu trabalho sem serem supervisionados por pessoal de vigilância (guardas prisional). Mais interessante é que em muitos dos corredores não existem câmaras de vigilância.

Nesta prisão em particular, os reclusos podem receber até 1000 euros por mês. O rendimento é utilizado como compensação às vítimas e como poupança para quando saírem em liberdade. As oportunidades de emprego oferecidas nestes estabelecimentos são únicas, e a disponibilidade de trabalho varia muito de uma prisão para outra. Estas oportunidades são raras em alguns dos outros estabelecimentos.

A filosofia francesa de “castigo” realça o princípio da redução de danos. A ideia que o objectivo do “castigo” é reduzir ou mitigar os efeitos danosos do crime futuro. A privação de liberdade é um meio para um fim e não o objectivo em si. A redução de danos também se estende às vítimas, sendo por isso que as prisões francesas dão tanta importância ao potencial de trabalho dos reclusos que ganham ordenado durante o cumprimento da sua pena de forma a pagar às vítimas. Os reclusos têm direito a documento de identidade, a votar, a casar ou registar uniões civis, e obter rendimentos mínimos enquanto estão presos. Estas medidas existem para dar ao recluso condições de vida similares às do cidadão comum e para facilitar a sua reintegração na comunidade.

Os estabelecimentos prisionais franceses funcionam de acordo com as diretivas do Conselho da Europa. Certificados de que as prisões cumprem as regras penitenciárias europeias, estão afixados nas prisões.

Uma das práticas mais inovadoras nas prisões francesas diz respeito aos assessores externos. Estes são cidadãos, representantes da comunidade, que visitam as instalações prisionais e dão uma ideia da vida nas prisões. Esta prática

foi implementada em Junho de 2011 e demonstra a tentativa do governo francês criar maior transparência nas práticas prisionais.

Em França, a administração das instalações prisionais está sob a autoridade da Direcção de Administração Prisional. O sector privado é utilizado em serviços específicos nas prisões, tais como o catering, os transportes e a manutenção. Os estabelecimentos prisionais, no entanto, não podem ser geridos por empresas privadas. As prisões francesas que tem parcerias com empresas privadas mantem-se sob a autoridade da Administração Prisional.

As celas em França (até as celas “solitárias”) são significativamente grandes. As novas prisões que seguem as regras prisionais europeias têm 9m². A sobrelotação não é um problema significativo nas instalações francesas. Na maioria das prisões que estão localizadas em áreas provinciais, raramente atingem a sua capacidade máxima. As prisões na região de Paris, por outro lado, podem estar sobrelotadas. O rácio recluso/guarda prisional é de cerca de 2 a 3 reclusos por guarda e até de um para um nas *maisons centrales*. Em muitas prisões, cada cela individual tem o seu próprio chuveiro e sanita. Algumas prisões têm uma pequena cozinha em cada andar, dando aos reclusos a oportunidade de cozinhar as suas refeições.

A secção dedicada às mulheres inclui creches equipadas e acesso a lavandarias. As actividades físicas estão disponíveis em muitas instalações. Noutras, os reclusos tem acesso a ioga, instrumentos musicais.

3. O Sistema prisional norueguês

A Noruega é um país da Europa do Norte, situado na parte ocidental da península da Escandinávia, abrange uma de 324 220 km².

A Noruega é banhada, a norte, pelo mar de Barents e, a oeste, pelo mar da Noruega e pelo mar do Norte. Faz fronteira com a Rússia e a Finlândia, a nordeste, e com a Suécia a leste.

As cidades mais importantes são Oslo, a capital, com 199 200 habitantes (2004), Bergen (213 100 hab.) e Trondheim (145 100 hab.). A Noruega é bastante montanhosa e possui uma costa recortada, com fiordes que penetram

profundamente no interior do país. Os maciços montanhosos chegam a ultrapassar 2000 metros de altitude. As únicas áreas planas situam-se em torno do fiorde de Oslo, onde se concentra grande parte da população.

O clima da Noruega é ameno dado que um ramo da corrente do golfo ameniza as temperaturas.

As explorações de petróleo no mar do Norte e os recursos em gás natural conferem à Noruega um elevado nível de vida. A produção de alumínio é igualmente importante. A pesca é também uma actividade com relevo no quadro económico. A Noruega controla 10% da frota mundial. Os principais parceiros comerciais da Noruega são o Reino Unido, a Alemanha, a Suécia e a Holanda⁴².

De acordo com o Banco Mundial, o Produto Interno Bruto da Noruega é de 499,667 milhões de dólares americanos, estando em 23.º lugar na lista de países do mundo por PIB.

A população cifra-se em 5 085 582 (julho de 2013). As taxas de natalidade e de mortalidade são, respetivamente, de 10,8% e 9,21%. A esperança média de vida é de 80, 44 anos. A maioria dos habitantes é de origem norueguesa (94,4%), havendo 3,6% de origem europeia e de outra origem 2%⁴³. A taxa de desemprego é de 3,3%⁴⁴.

O país foi habitado por populações germânicas desde a pré-história. Foi unificado em 872, por HaralFairhair, um chefe militar, que fez do país um feudo. Os Vikings invadiram a Noruega entre os séculos oitavo e décimo primeiro. O cristianismo foi introduzido no século XI por Olavo II. Com Haakon III (1217-1263) estabeleceu-se definitivamente o poder real. Em 1380. O país uniu-se à Dinamarca e em 1397 a Dinamarca e a Suécia uniram-se sob a mesma soberania. A Suécia rompeu o acordo em 1523 mas a Noruega permaneceu sob o domínio

⁴² INFOPÉDIA - Noruega [Em linha]. Porto: Porto Editora. Consultado a 19 Janeiro 2014. Disponível na internet:
<URL: [http://www.infopedia.pt/\\$noruega](http://www.infopedia.pt/$noruega)>.

⁴³ Central Intelligence Agency CIA - The World Factbook: Norway [Em linha]. Consultado a 19 Janeiro 2014. Disponível na internet:
<URL: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/no.html>>.

⁴⁴ Fundo Monetário Internacional FMI - Fundo Monetário Internacional: Dados Económicos Mundiais [Em linha]. Outubro de 2013. Consultado a 25 Janeiro 2014. Disponível na internet:
<URL: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/02/weodata/weose1gr.aspx>>.

dinamarquês até 1814, quando foi cedida à Suécia. A Noruega revoltou-se e a Suécia invadiu-a; foi então que se estabeleceu um compromisso entre os dois territórios, em que a Noruega permanecia com o seu parlamento independente mas sob a monarquia comum a ambos os países. O conflito entre o parlamento norueguês e a coroa sueca durou até 1905, altura em que o parlamento da Noruega foi declarado completamente independente e confirmado por plebiscito. O príncipe Calos da Dinamarca foi eleito rei, Haakon IV. Reinou durante 52 anos até morrer, em 1957.

A experiência da ocupação alemã entre 1940 e 1945 persuadiu os noruegueses a abandonarem a sua política de tradicional neutralidade e juntarem-se à NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) em 1949, ao Conselho Nórdico em 1952, à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) em 1960. A Noruega foi aceite como membro da Comunidade Económica Europeia, em 1972, mas, após um referendo realizado nesse ano, a proposta de adesão à CEE foi rejeitada.

Durante a Guerra Fria, conseguiu manter boas relações com a ex-União Soviética sem prejudicar o seu relacionamento com o Ocidente. Conseguiu obter estabilidade política após vários governos de coligação. A Noruega pronunciou-se, através de um referendo, contra a adesão à União Europeia em 1994.

O rei é o chefe de Estado. A forma de governo é uma monarquia constitucional com um parlamento. A Constituição norueguesa data de maio de 1814.

3.1 Caracterização do sistema prisional

O Ministério da Justiça norueguês e a polícia são o órgão governamental responsável pela manutenção e desenvolvimento das garantias básicas do Estado de Direito. O seu objectivo primordial é garantir a segurança da sociedade e de cada cidadão. Cada um dos sete departamentos do Ministério é liderado por um Director-Geral. As áreas prioritárias do Ministério da Justiça incluem a redução da criminalidade, da segurança e do Estado de Direito, da abertura e da democracia, a execução de tarefas do Sistema de Justiça Criminal, e prestação de serviço ao público.

A Direcção dos Serviços Prisionais Noruegueses é responsável pela execução da prisão preventiva e pelas sanções penais para que leve em consideração a segurança de todos os cidadãos e a tentativa de prevenir a reincidência permitindo que os criminosos, por sua própria iniciativa, alterem o seu comportamento criminoso⁴⁵.

Existem seis ramos de nível regional, da agência. Cada região é responsável pelo cumprimento de sentenças dentro de seus limites e é responsável por garantir o uso coerente de recursos e de uma cooperação eficaz com outras regiões. Os ramos regionais supervisionam e alocam recursos para as unidades locais dentro das suas fronteiras.

Devido à forma geográfica do país e à sua baixa densidade populacional, combinado com a intenção de permitir que o infractor cumpra a sua pena o mais próximo do seu local de residência, existe a necessidade de um número relativamente grande de pequenas prisões. No total, a Noruega tem cerca de 3900 celas em 43 prisões espalhadas por 61 locais. Quase dois terços são de segurança máxima. A maior prisão de Oslo tem 392 celas. A mais pequena tem 13 celas, e a média é de cerca de 70 celas. A Noruega não tem prisões especiais para prisão preventiva. A pena de prisão máxima na Noruega é de 21 anos, apesar do novo Código Penal contemplar uma pena máxima de 30 anos para crimes de genocídio, crimes contra a humanidade ou outro crime de guerra. A pena média é de cerca de 8 meses. Mais de 60% das penas efectivas são até 3 meses, e cerca de 90% menos de um ano. Existe uma política de um recluso por cela baseado no princípio da detenção humana, que tem criado alguns problemas no sentido em que a capacidade não tem sido sempre suficiente para receber o número de reclusos.

Há 17 serviços de liberdade condicional em 40 localidades. Os serviços de liberdade condicional são responsáveis pela execução de sanções da comunidade, como o serviço comunitário, o programa automobilistas intoxicados, saída temporária, prisão domiciliária, com ou sem pulseira eletrónica, e para a

⁴⁵ Kriminalomsorgen - Directorate of Norwegian Correctional Service. [Em linha]. Consultado a 15 Março 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.kriminalomsorgen.no/english.293899.en.html>>.

elaboração de relatórios pré-sentença. O serviço comunitário é imposto pelo tribunal e pode ser executado entre 30 a 420 horas. O serviço de liberdade condicional encarregue de implementar a sentença, deverá estabelecer o conteúdo na sentença. Esta pode consistir em (uma parte com) o trabalho não remunerado e outras actividades que são consideradas importantes para prevenir a reincidência do ofensor.

A pressão no sistema prisional tem aumentado nos últimos cinco anos pelo surgimento de um maior número de estrangeiros nas prisões norueguesas. Isto representa vários desafios para os guardas prisionais, tais como a língua, a religião e a cultura. Para além disso, alguns destes são criminosos mais ou menos profissionais com um determinado nível de organização que poderão ser responsáveis por problemas de segurança, actividade criminosa na e da prisão e recrutamento de novos criminosos. As condições de visita e medidas de reabilitação são muito mais difíceis e impossíveis de criar para criminosos que serão deportados para o seu país de origem após cumprirem a sua pena.

Segundo o Directorate of Norwegian Correctional Service⁴⁶, existe um grande número de reclusos que tem de lidar com problemas psiquiátricos ou outros problemas de saúde mental, muitas vezes associados a problema de dependência. Os serviços prisionais nem sempre têm os recursos e a competência para lidar com estes problemas. Existem planos para criar enfermarias especiais onde pessoas com problemas de saúde mental específicos receberão a atenção profissional de que necessitam.

Halden Fengsel

Qualquer projecto de construção de edifícios, na Noruega, reserva pelo menos 1% do orçamento para a arte. Na prisão de Halden as paredes dos corredores do prédio são cobertas por quadros enormes, de flores a ruas de Paris, e azulejos de Marrocos. A prisão foi construída numa área de floresta. A prisão já

⁴⁶ Kriminalomsorgen - Directorate of Norwegian Correctional Service. [Em linha]. Consultado a 15 Março 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.kriminalomsorgen.no/english.293899.en.html>>.

ganhou prêmios de "melhor *design* interior", com uma decoração que tem mesas de laminado branco, sofás de couro e cadeiras elegantes espalhadas pelo prédio.

A prisão tem ainda estúdio de gravação de músicas, ampla biblioteca, chalés para os detentos receberem visitas da família, ginásio com parede de escalada, campo de futebol e oficinas de trabalho para os presos. Tem trabalho (com uma pequena remuneração), cursos de formação profissional, cursos educacionais (como aulas de inglês para presos estrangeiros, porque os noruegueses em Halden já são todos fluentes). No entanto, a musculação não é um exercício permitido porque, segundo os noruegueses, desperta a agressividade nas pessoas. Promover muitas actividades desportivas, educacionais e de trabalho aos detidos é uma estratégia.

As celas da prisão de Halden não têm grades. Têm amplas janelas, com vistas para a floresta, e bastante luminosidade. As celas individuais são relativamente maiores do que a de muitos hotéis europeus, têm uma boa cama, casa de banho com sanita decente, chuveiro, toalhas brancas grandes e macias e porta. Tem, ainda, televisão de ecrã plano, mesa, cadeira e armário de pinho, quadro para afixar papéis e fotos, além de frigoríficos. As celas são separadas em blocos: oito celas em cada bloco (os blocos mantêm separados, por exemplo, os violadores e pedófilos que, também na Noruega, não são perdoados pelos demais detidos).

Cada bloco tem sua cozinha. A comida é fornecida pela prisão, mas é preparada pelos próprios detidos. Eles podem comprar ingredientes na loja da prisão para refeições especiais. Os livros mais emprestados na biblioteca de Halden são os de culinária. Os presos também podem ir à loja para reabastecer os seus frigoríficos nas celas com iogurtes e queijos, por exemplo.

Para cuidar de 245 reclusos, os 340 guardas prisionais passaram por dois anos de preparação para o cargo numa faculdade, no mínimo. E entre eles, há profissionais da saúde e professores. São homens e mulheres, ainda jovens, que percorrem "sorridentes" o *campus* da prisão de Halden em motorizadas modernas, com funções bem definidas, como as de coordenar as actividades e servir de orientadores, motivadores e modelos para os detidos. Uma

das obrigações fundamentais de todos funcionários, a começar pelo governador, é mostrar respeito às pessoas que estão ali, em todas as situações. A equipa entende que ao mostrar muito respeito ao detido, ele vai aprender a respeitar-se. Quando isso acontecer, ele vai estar preparado para respeitar os outros.

A prisão de Halden foi projectada para incorporar a ideia que os noruegueses têm de execução penal. A pena é a privação da liberdade. O objectivo é a reabilitação, não a vingança. Mas, os esforços de reabilitação não são exclusivos do sistema. MELO (2012)⁴⁷ refere que os detidos são obrigados a mostrar progressos nos cursos de qualificação profissional e de reabilitação, para ter direito a desfrutar das "prisões mais humanas do mundo". Se, ao contrário, quebrarem as regras ou se recusarem a fazer a sua parte nos esforços de reabilitação, podem regredir para prisões tradicionais.

Prisão de Bastoy

Para chegar a "paradisiaca" ilha de Bastoy, é preciso fazer uma viagem de uma hora de barco, que é conduzida quase que exclusivamente por detidos. Não há registos de tentativas de fuga de Bastoy, como não há da prisão de Halden. Os detidos dessas prisões estão a negociar o seu regresso à sociedade, não o regresso para prisões comuns

MELO (2012)⁴⁸ constatou que os detidos vivem em pequenos grupos, numa espécie de chalés espalhados pela ilha, com quartos individuais, cozinha completa, televisão de ecrã plano e todos os confortos de uma casa pequena. O lugar tem uma grande biblioteca, escola, sala de música, sala de cinema, sala de ginástica, capela, loja, enfermaria, dentista, oficinas para consertar bicicletas (o meio de transporte dos presos pela ilha) e de outros equipamentos, carpintaria, serviços hidráulicos, estábulo (onde os reclusos cuidam dos animais), campo de futebol, court de ténis e sauna. Trabalham no estábulo, na oficina, na floresta e nas instalações do prédio principal, praticam desporto, fazem cursos, pescam,

⁴⁷ MELO, João Ozorio de - Crime e Castigo [Em linha]. Consultor Jurídico. 27 de Junho de 2012. Consultado a 12 Fevereiro 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.conjur.com.br/2012-jun-27/noruega-reabilitar-80-criminosos-prisoas>>.

⁴⁸ MELO, João Ozorio de - Crime e Castigo [Em linha]. Consultor Jurídico. 27 de Junho de 2012. Consultado a 12 Fevereiro 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.conjur.com.br/2012-jun-27/noruega-reabilitar-80-criminosos-prisoas>>.

nadam na praia exclusiva da "prisão" e tomam banhos de sol no verão — para o inverno, há uma máquina de bronzear.

A comida é preparada e servida pelos detidos e todos se sentam às mesas na companhia dos guardas prisionais, funcionários administrativos e do governador da prisão. Todos os recém-chegados passam uma semana numa casa-dormitório com 18 quartos, fazendo um curso intensivo sobre como viver em Bastoy: aprendendo as regras, a cozinhar, a limpar e a conviver com os "colegas" e com a equipa de funcionários.

Todas as manhãs, os reclusos levantam-se, tomam um pequeno-almoço "reforçado", preparam um lanche para levar para o trabalho, que começa pontualmente às 8h30. Trabalham até às 14h30, almoçam a partir das 14h45 e, depois disso, estão "livres" para praticar outras actividades, até às 23h, quando se devem recolher aos seus aposentos. Os reclusos fazem reciclagem, usam energia solar e, a não ser pelos tratores, os seus meios de transporte para trabalho, diversão e tudo mais, são apenas cavalos e bicicletas. Bastoy é a prisão mais barata da Noruega.

A prisão tem uma equipa de 70 trabalhadores (35 dos quais são guardas prisionais), para cuidar de 120 reclusos. À noite, apenas cinco guardas permanecem no local. O lugar também abriga professores, enfermeiras, padre, dentista e fisioterapeuta. E tem uma creche para cuidar dos filhos dos presos, enquanto eles passam algum tempo a sós com as suas mulheres ou namoradas. As visitas são feitas um dia por semana, com três horas para presos sem filhos e todo o dia para os que têm filhos.

Na prisão, existem duas pequenas celas com grades, bem escondidas. Elas são destinadas a presos que quebram a regra cardinal: são proibidas a violência, bebidas alcoólicas e drogas.

3.2 Formação prisional

Segundo o Directorate of Norwegian Correctional Service⁴⁹, para concorrer a guarda prisional na Noruega é necessário ter ensino superior, ter 20 anos ou mais, passar um teste de aptidão física, ser saudável, ter um registo criminal limpo e carta de condução. Apenas a KRUS Academia para o Pessoal do Serviço Correccional pode educar os funcionários prisionais na Noruega, e localiza-se em Oslo. No entanto, durante dois dos quatro semestres os formandos estão a trabalhar numa prisão de formação aprovada.

O Curso de formação tem a duração de dois anos, onde recebem ordenado completo e têm disciplinas várias como psicologia, criminologia, direito, direitos humanos e ética. No primeiro ano, durante o primeiro semestre, terão aulas teóricas no KRUS sobre Educação Correccional, Direito Penal, Ética e Profissionalismo, Trabalho Ambiental, Segurança e Educação Física, onde farão dois exames. Nas seis semanas seguintes, têm actividades de formação numa prisão. No segundo semestre terão aulas teóricas e práticas, em grupos de 12 a 20 por prisão. Os formandos trabalham sob a supervisão de um tutor. As disciplinas teóricas são: Segurança, Trabalho Ambiental, o Direito Penal e são submetidos a um exame.

O terceiro semestre é semelhante ao segundo, também numa prisão de formação. As seis semanas de Verão poderão ocorrer em qualquer estabelecimento prisional do país, sendo os aspirantes distribuídos consoante as necessidades do mesmo. O último semestre (de Agosto a Novembro), é passado no KRUS, onde os formandos serão submetidos a vários exames e têm uma visita de estudo que poderá ser na Noruega, Suécia, Dinamarca ou Inglaterra.

No final, têm um estágio obrigatório de um ano. Os guardas prisionais estão desarmados e são constituídos por cerca de 40% mulheres.

⁴⁹ Kriminalomsorgen - Directorate of Norwegian Correctional Service. [Em linha]. Consultado a 15 Março 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.kriminalomsorgen.no/english.293899.en.html>>.

3.3 Da punição à reinserção

O “castigo” é a restrição de liberdade; nenhum outro direito é retirado por sentença. Assim o criminoso tem os mesmos direitos que qualquer outro indivíduo que viva na Noruega. Ninguém deverá cumprir a sua pena em circunstâncias mais rigorosas do que o necessário para a segurança da comunidade. Assim os criminosos devem ser colocados no regime de segurança o mais baixo possível. Durante o cumprimento da pena, a vida deverá ser a mais parecida possível com a vida no exterior.

A possibilidade de aplicar o princípio da normalidade está limitada por motivos de segurança, ordem na instituição e recursos humanos, de infraestrutura e financeiros. No entanto, o princípio deverá ser respeitado e qualquer desvio deverá ser justificado. É necessário uma razão para negar a um criminoso os seus direitos, não para os conceder.

De acordo com o princípio da normalidade, o objectivo ao longo da sentença deverá ser, tanto quanto possível, o regresso à comunidade. Assim o caminho a ser feito deverá ser gradual desde a prisão de segurança máxima para prisões de segurança mínima e se possível passando por casas de recuperação. A saída temporária deverá ser estimulada e os serviços prisionais deverão utilizar o seu discernimento por forma a providenciar um processo em que o cumprimento da pena é ajustado ao risco, necessidades e recursos individuais.

Os serviços prisionais têm a possibilidade de aplicar a sentença ditada pelo tribunal de diversas formas:

- Uma prisão efectiva pode ser implementada por colocação em vários tipos de níveis de segurança. Além disso, existe a possibilidade de cumprir a pena, total ou parcialmente, numa instituição de tratamento ou cuidado especial quando o sistema prisional é incapaz de lidar com o tipo específico de problemas que o infrator apresenta, como por exemplo, um vício grave.
- Até metade da sentença de prisão efectiva poderá ser cumprida em casa sob determinadas condições.

- Uma pena de prisão efectiva com um máximo até quatro meses poderá ser trocada por prisão domiciliária com pulseira electrónica. O infractor terá de ser activo durante o dia – através de trabalho, escola, ou outro – e estar em casas em horas pré-determinadas. Estar em casa quando deveria estar fora é considerada uma quebra das condições e poderá levar de volta à prisão.
- É possível ser libertado em liberdade condicional após ter cumprido dois terços da pena e um mínimo de 74 dias. O infractor poderá ter de se apresentar ao agente de liberdade condicional em datas previamente estabelecidas, abster-se de beber bebidas alcoólicas e obedecer a quaisquer outras condições específicas que lhe tenham sido atribuídas.

O próprio recluso poderá candidatar-se a várias formas de cumprir a pena. Os serviços prisionais poderão conceder ou negar o pedido com base em argumentos específicos.

O governo norueguês decidiu estabelecer a garantia de reintegração para aqueles que tenham cumprido a sua pena. Deverão ter, uma oferta de emprego, educação, alojamento adequado, algum tipo de rendimento, serviços de saúde, tratamento de toxicodependência e aconselhamento financeiro. Quaisquer outras necessidades deverão ser identificadas e incluídas de forma a otimizar o seu efeito pelos coordenadores da reintegração. Esta garantia é de carácter político e não legal.

A taxa de reincidência na Noruega é de 20% (16% numa prisão apelidada de "ilha paradisíaca", que inclui assassinos, violadores, traficantes e outros criminosos de peso). Na Noruega, a teoria da reabilitação, reforma e correcção, em que a ideia é reformar deficiências do indivíduo (não o sistema) para que ele regresse à sociedade como um membro produtivo, é a regra. Isto é, a reabilitação é obrigatória, não uma opção.

O sistema de execução penal da Noruega exclui a ideia de vingança, que não funciona, e foca-se na reabilitação do criminoso, que é estimulado a fazer sua parte através de um sistema progressivo de benefícios — ou privilégios — dentro dos estabelecimentos prisionais. O país tem prisões comuns, e duas "instituições"

que seriam lugares para se passar férias, não fosse pela privação da liberdade: a prisão de Halden e a prisão de Bostoy, numa ilha.

O SISTEMA PRISIONAL PORTUGUÊS

1. Apresentação geral do país

Portugal é um país do sudoeste da Europa, situado na parte ocidental da Península Ibérica, abrangendo uma superfície de 92391 km². Faz fronteira a norte e a este com a Espanha e a sul e a oeste é banhado pelo oceano Atlântico. O território português é composto por três unidades territoriais: Portugal continental, a Região Autónoma dos Açores e a região Autónoma da Madeira, tendo estas últimas regiões órgãos de poder próprios, embora subordinados aos órgãos supremos da Nação. A capital da República Portuguesa é Lisboa.

O relevo de Portugal apresenta uma grande diversidade de formas. A norte do rio Tejo, apresenta-se muito acidentado, com exceção das planícies litorais, e com uma altitude média superior a 400 metros. Por sua vez, a sul do Tejo, o relevo é suavemente ondulado, com altitudes fracas, onde predominam as planícies. O relevo do território português completa-se com uma franja de planícies litorais. Os arquipélagos dos Açores e Madeira têm origem vulcânica e contam com um relevo acidentado. A altitude máxima de Portugal é atingida no Pico, com 2351 metros.

Portugal continental apresenta um clima temperado mediterrânico. O Norte do País apresenta um clima mais húmido, com temperaturas mais baixas no Inverno e suaves no Verão. Nas áreas insulares, a ilha da Madeira apresenta um clima oceânico na vertente norte e um clima subtropical na vertente sul. Os Açores registam características de um clima temperado marítimo.

Economicamente, o país apresenta uma elevada terciarização, devido ao desenvolvimento dos serviços e do comércio. O sector terciário emprega mais de metade da população ativa e o seu contributo para o PIB é de aproximadamente 2/3. A indústria, o segundo sector mais importante tanto no emprego como na produção, encontra-se concentrada em poucos distritos, e o mais importante tem sido a exportação de produtos (têxteis e confeções, calçado, celulose e cortiça

assim como a indústria automobilística). O sector primário atravessa maiores dificuldades tais como a insuficiente modernização, a falta de preparação técnica da mão-de-obra, entre outros.

A região litoral portuguesa tem a maioria da população concentrada nas duas áreas metropolitanas do país, Lisboa e Porto. A população portuguesa tem vindo a aumentar, mas não devido a um crescimento natural mas sim ao aumento da esperança média de vida, o que leva a uma população envelhecida. Nos últimos tempos a imigração tem vindo a aumentar em consequência da entrada de africanos dos PALOP e europeus de Leste.

A História de Portugal começa em 1095, quando o Conde D. Henrique recebeu como recompensa pelos seus feitos o Condado Portucalense. O seu filho, D. Afonso Henriques, proclamado rei em 1143, iniciou a conquista de território aos muçulmanos, que termina apenas em 1249, com a conquista do Algarve. Uma vez completo o território continental, inicia-se uma época de organização, que dará lugar à expansão ultramarina, com início no século XV. Assim se descobriram os arquipélagos da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde; atingiram a Índia por via marítima, descobriram o Brasil em 1500 e foi mesmo um português, Fernão de Magalhães, a realizar a primeira viagem de circum-navegação ao globo entre 1519 e 1521. Portugal atinge o máximo de poderio com D. Manuel I. A seguir, inicia-se um período de decadência que culminará com a perda de independência a favor de Espanha, em 1580. Portugal vê-se assim submetido ao domínio espanhol durante sessenta anos, até que é restaurada a soberania em 1640.

Em 1910 é proclamada a República. Em 1926, porém, um golpe militar impõe ao país uma ditadura que, consolidada por António de Oliveira Salazar, viria a durar 48 anos. Na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974 implanta-se um regime democrático, que concede a independência às colónias de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

A adesão, em 1986, à Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia, representou uma nova etapa.

Portugal é uma República constitucional de regime parlamentar e multipartidária, tendo como principais órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia da República e o Governo, que entre si e em conjunção com outros órgãos (o Tribunal Constitucional, o Tribunal de Contas e o Supremo Tribunal Administrativo) asseguram o desempenho dos poderes legislativo, executivo e judicial.

2. A prisão e as alternativas

Constituem alternativas medidas e sanções penais, executadas na comunidade, quer à própria prossecução do processo penal, quer à aplicação de penas de prisão de curta duração ou à continuidade da execução de penas de prisão mais longas. Têm conteúdo probatório, caracterizando-se pela possibilidade de imposição de injunções de diversa natureza, como condição da sua aplicação.

2.1. Suspensão provisória do processo (artigos 281.º e 282.º do Código do Processo Penal)

Trata-se de uma medida pré-sentencial que visa evitar o prosseguimento do processo penal até à fase de julgamento.

É aplicada por iniciativa do Ministério Público, com a concordância do Juiz de Instrução Criminal, verificados, entre outros, os seguintes pressupostos:

- O crime ser punível com pena de prisão não superior a 5 anos ou com sanção diferente da prisão;
- Ausência de condenação anterior por crime da mesma natureza;
- Ausência de aplicação anterior de suspensão provisória do processo por crime da mesma natureza;
- Concordância do arguido e da vítima;
- O carácter diminuto da culpa.

Pode ser determinada pelo tribunal a intervenção dos serviços de reinserção social para vigiar e apoiar o arguido. Findo o período de suspensão (regra geral até 2 anos e excepcionalmente até 5 anos para os crimes de violência doméstica e contra a liberdade e autodeterminação sexual de menor), e desde que

não tenham ocorrido anomalias, o processo judicial será definitivamente arquivado.

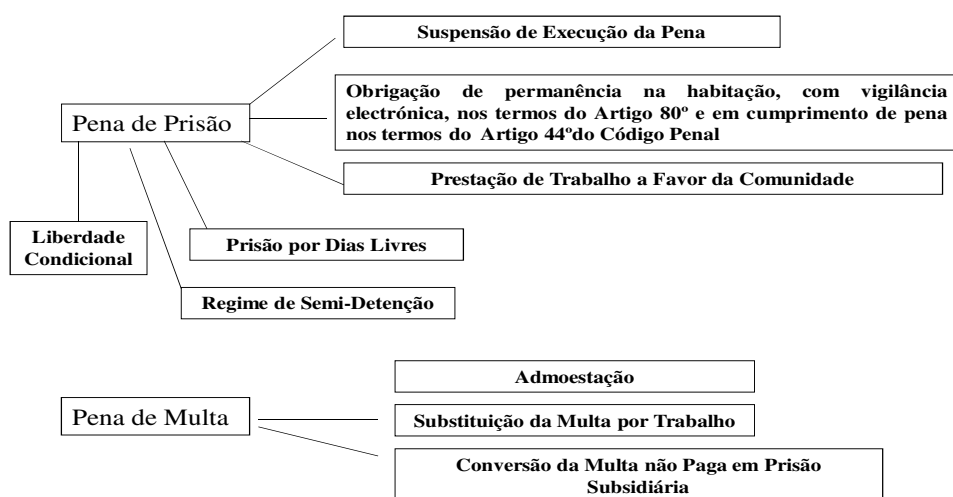
2.2. Suspensão de execução de pena (artigos 50.º a 57.º do Código Penal) - uma vez determinada a culpa do agente e encontrada a medida concreta da pena de prisão (não superior a 5 anos) o tribunal suspende a sua execução se concluir que a simples censura do facto e a ameaça da prisão são suficientes para satisfazer as necessidades de reprovação e prevenir a prática de futuros crimes.

O Código Penal prevê, no que respeita à aplicação de penas a pessoas singulares, três tipos de penas: **as privativas de liberdade**, as **não privativas de liberdade** e as **acessórias**.

A pena de prisão pode cumprir-se em regime contínuo, por dias livres ou semi-detenção.

De acordo com o art.º 41.º do código penal a pena de prisão pode ter uma duração mínima de um mês e a duração máxima de 25 anos.

A execução da pena de prisão tem por objectivo, servir a defesa da sociedade e prevenir a prática de crimes, deve orientar-se no sentido da reintegração social do recluso, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes (n.º 1 do art.º 42.º).



A pena de prisão aplicada em medida não superior a um ano pode ser substituída por pena de multa ou por outra pena não privativa da liberdade (n.º 1 do art.º 43).

Entre as penas **não privativas de liberdade**, contam-se designadamente a:

2.3. Pena de multa (art.º 47) - a multa é uma das modalidades das penas adotadas pelo Código Penal, que é fixada em dias, de acordo com os critérios estabelecidos no n.º 1 do artigo 71.º, sendo, em regra, o limite mínimo de 10 dias e o máximo de 360.

2.4. Substituição de multa por trabalho (artigo 48.º do Código Penal) - trata-se de uma sanção pecuniária, aplicável segundo o regime de dias-multa e fixada até um limite máximo de 480 horas. A cada dia-multa corresponde um montante a fixar entre 5 e 500 euros.

A pena de multa pode ser total ou parcialmente substituída por dias de trabalho, modalidade de execução cujo regime segue de perto o da Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade.

2.5. Conversão da multa não paga em prisão subsidiária (art.º49.º) – nos casos em que o condenado em pena de multa, não efectue o pagamento devido, nem a multa seja substituída por trabalho, é a mesma convertida em prisão subsidiária. A prisão subsidiária pode a todo o tempo ser evitada, efectuando-se o pagamento correspondente, ou, caso o condenado prove que o pagamento da multa não lhe é imputável, pode a execução da mesma ser suspensa, sendo esta suspensão sujeita a deveres ou regras de conduta.

2.6. Prestação de trabalho a favor da comunidade (artigos 58.º do Código Penal e 496.º do Código de Processo Penal) - trata-se de uma pena de substituição da prisão até 2 anos e necessita do consentimento do arguido para ser aplicada.

Consiste na prestação de serviços gratuitos ao Estado, a outras pessoas colectivas de direito público ou a entidades privadas cujos fins o tribunal considere de interesse para a comunidade.

A quantidade de trabalho é fixada até 480 horas. O trabalho pode ser executado em dias úteis, aos sábados, domingos e feriado, não podendo cada período de trabalho prejudicar a jornada normal de trabalho de quem possui um emprego.

A pena privativa de liberdade inclui ainda os regimes de **prisão por dias livres e semidetenção**:

2.7. Prisão por dias livres (artigo 45.º do código penal) - a pena de prisão aplicada em medida não superior a um ano, que não deva ser substituída por pena de outra espécie, é cumprida em dias livres sempre que o tribunal concluir que, no caso, esta forma de cumprimento realiza de forma adequada e suficiente as finalidades da punição. A prisão por dias livres consiste numa privação da liberdade por períodos correspondentes a fins-de-semana, não podendo exceder 72 períodos.

2.8. Regime de semi-detenção (artigo 46.º do código penal) - o regime de semi-detenção traduz-se na privação da liberdade que permite ao condenado continuar a sua actividade profissional normal, a sua formação profissional ou os seus estudos, por via de saídas limitadas ao cumprimento das suas obrigações e tem aplicação na situação em que a pena de prisão aplicada não seja superior a um ano, nem cumprida em dias livres e se o condenado nisso consentir.

2.9 Liberdade Condicional (artigos 61.º a 64.º do Código Penal) - consiste na antecipação da liberdade de um condenado a pena de prisão durante um período não superior a 5 anos, depois de aquele haver cumprido um período mínimo legal de reclusão e mediante o seu consentimento.

A liberdade condicional consiste na substituição parcial de um certo período detentivo por outro não detentivo.

Tal como a suspensão de execução da pena de prisão, a liberdade condicional, pode ser aplicada nas seguintes modalidades:

- Liberdade condicional simples;
- Liberdade condicional subordinada ao cumprimento de regras de

conduta;

- Liberdade condicional com regime de prova.

O condenado em prisão superior a seis meses pode vir a beneficiar da liberdade condicional em três etapas do cumprimento da pena: a meio da pena (1/2); a dois terços da pena (2/3) ou a cinco sextos do termo da pena (5/6) conforme a natureza e gravidade dos crimes e se razões de prevenção geral e especial o não desaconselharem.

Esta medida é aplicada em processo judicial próprio por um tribunal de competência especializada, o Tribunal de Execução das Penas.

2.10. Obrigação de permanência na habitação, com **vigilância electrónica**, nos termos do Artigo 80.º e em cumprimento de pena nos termos do Artigo 44.º do Código Penal - é meio de controlo e fiscalização à distância dispõem da Vigilância Eletrónica (VE) que desde 2002 está ao dispor da justiça portuguesa. Atualmente pode ser usada na fiscalização da medida de coação de obrigação de permanência na habitação, na execução da pena de prisão em regime de obrigação de permanência na habitação e na execução da adaptação à liberdade condicional. Pode ainda ser usada na fiscalização da proibição de contactos entre vítima e agressor no âmbito do crime de violência doméstica.

A fiscalização de uma determinada decisão judicial constitui o objectivo da VE, no caso presente relativamente à presença ou ausência de um arguido na sua habitação. Este é um contributo para reduzir a pressão do excesso da população prisional e os seus custos; controlar de modo rigoroso e permanente o cumprimento de decisões judiciais; reduzir a reincidência criminal através da supervisão intensiva inerente à VE e da retirada do arguido ou condenado de meios criminogéneos; proporcionar novos instrumentos ao serviço da ressocialização dos delinquentes.

A Vigilância Eletrónica permite a fiscalização permanente do cumprimento pelo arguido de obrigações judiciais que impliquem a sua permanência em determinado local nos períodos fixados pelo tribunal, detetando imediatamente os incumprimentos e permitindo desencadear os procedimentos necessários para os corrigir. Independentemente do enquadramento processual,

todas as experiências mostram que a Vigilância Eletrónica permite a diminuição de custos relativamente à solução prisional, pois não implica infraestruturas pesadas, recursos humanos intensivos e elevados encargos de funcionamento.

Para os **inimputáveis** o código penal prevê um regime específico de execução de pena, nomeadamente a :

2.11. Substituição da execução do internamento - consiste na suspensão condicional do internamento de imputável. Esta medida pode ser aplicada antes do internamento ou após o cumprimento de um período mínimo de internamento, de 3 anos, conforme a gravidade e natureza do crime.

Trata-se, assim, de uma substituição total ou parcial da privação de liberdade por um regime de tratamento probatório executado na comunidade.

Esta medida segue um regime de execução semelhante ao da suspensão da execução da pena de prisão.

2.12. Liberdade para prova (artigos 94.º e 95.º do Código Penal) - funciona para a medida de segurança de internamento de inimputáveis como o instituto da liberdade condicional para a pena de prisão.

O tribunal, posta a questão da cessação do estado de perigosidade do inimputável, se entender não ser possível alcançar um juízo de prognose definitivo, coloca o inimputável seja precedida de um período de reintegração na comunidade, com controlo e em meio livre. Esta medida segue um regime de execução semelhante ao da suspensão da execução da pena de prisão.⁵⁰

As medidas alternativas às penas curtas de prisão e visa combaterem os seus inconvenientes, assegurando que o preso não perca o seu lugar profissional nem a sua inserção no seio familiar.

3. Caracterização do sistema prisional

A Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, o qual assinalou o fim da Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS) e da Direcção-Geral dos Serviços

⁵⁰ Direcção-Geral de Reinserção Social - DGRS [Em linha]. Consultado a 16 Abril de 2014. Disponível na internet:<URL:<http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/index>>

Prisionais (DGSP), passando estas duas áreas a estar sobre a alçada da mesma Direcção-Geral.

Tal como esclarece o artigo 2.º do diploma referido, “A DGRSP tem por missão o desenvolvimento das políticas de prevenção criminal, de execução de penas e medidas e de reinserção social e a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional, assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social.”

A unificação das duas Direcções-gerais (de Reinserção e de Serviços Prisionais) veio permitir uma intervenção centrada no indivíduo, desde a fase pré-sentencial até à libertação, preparando, em colaboração com os serviços do setor público e privado, oportunidades de mudança e reinserção social, diminuindo as consequências negativas da privação da liberdade e reduzindo os riscos de reincidência criminal.

Os estabelecimentos prisionais na dependência da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais perfazem o total de 49, dos quais 2 são femininos, 8 mistos e os restantes masculinos, sendo que os mesmos estão distribuídos pelos 4 distritos judiciais existentes no país. O Distrito Judicial do Porto é composto por 14 Estabelecimentos Prisionais. O Distrito Judicial de Coimbra é composto por 9 Estabelecimentos Prisionais. O Distrito Judicial de Lisboa é composto por 15 Estabelecimentos Prisionais. Este distrito engloba também as ilhas dos Açores e Madeira. O Distrito Judicial de Évora é composto por 11 Estabelecimentos Prisionais.

A organização dos estabelecimentos prisionais assenta no princípio da separação de reclusos, sendo que nesta matéria, o legislador destaca, no n.º 2 do artigo 9.º do Código de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade, o dever de existência de estabelecimentos prisionais ou unidades especialmente vocacionados para presos preventivos, reclusos que cumpram pena de prisão pela primeira vez, jovens até aos 21 anos ou, sempre que se revele benéfico para o seu tratamento prisional, até aos 25 anos, para mulheres e reclusos que careçam de especial protecção.

Para além destes casos, podem ainda ser constituídas unidades, diferenciadas em função da situação jurídico-penal dos reclusos, da idade, saúde física e mental e outros factores legalmente previstos, bem como em função de exigências de segurança e regimes de execução da pena.

Em 11 de Janeiro de 2013 foi publicada a Portaria n.º 13/2013, a qual estabelece a classificação dos estabelecimentos prisionais em função do nível de segurança e do grau de complexidade de gestão.

Em função do nível de segurança, os estabelecimentos prisionais são classificados em três tipos: nível de segurança especial, nível de segurança alta e nível de segurança média. A sua diferença tem por base o regime em que decorre a execução da pena e medida privativa da liberdade, sendo que no nível de segurança especial a execução decorre, exclusivamente no regime de segurança, havendo somente um Estabelecimento Prisional nesta situação (EP de Monsanto), no nível de segurança alta, a execução decorre predominantemente em regime comum e no nível de segurança médio decorre em regime aberto.

Relativamente à classificação dos estabelecimentos prisionais em função do grau de complexidade, o legislador teve em consideração o nível de segurança, a existência de serviços e/ou programas específicos, a gestão financeira e a lotação ou ocupação do estabelecimento em causa.

Para melhor esclarecimento, vejamos o artigo 2.º da Portaria em análise:

Critério de classificação de estabelecimento prisional em função do grau de complexidade de gestão (artigo 2 da Portaria n.º 13/2013)

1 - É de grau elevado de complexidade de gestão:

- a) O estabelecimento prisional de nível segurança especial;*
- b) O estabelecimento prisional de nível de segurança alta com unidade prisional de segurança especial;*
- c) O estabelecimento prisional de natureza hospitalar ou com unidade de saúde mental;*
- d) O estabelecimento prisional de nível de segurança alta com lotação ou ocupação superior a 500 reclusos;*

e) O estabelecimento prisional de nível de segurança alta com lotação ou ocupação superior a 250 reclusos, com mais do que um regime de execução, dotado de centro financeiro, com exploração económica.

2 - É também de grau elevado de complexidade de gestão o estabelecimento prisional de nível de segurança alta, com lotação ou ocupação superior a 250 reclusos, predominantemente em regime comum, que aplique em cada ano civil todos os programas identificados nas alíneas seguintes:

a) Programas de reabilitação dirigidos a:

- i. Problemáticas criminais ou grupos de reclusos específicos, entre outros, programas dirigidos a agressores sexuais ou dirigidos a reclusos jovens;*
- ii. Problemáticas transversais, entre outros, programas de treino de competências e de prevenção da reincidência.*

b) Programas de formação e qualificação nas áreas do ensino e formação profissional visando a:

- i. Certificação escolar de nível básico e/ou a qualificação profissional de nível 2;*
- ii. Certificação escolar de nível secundário ou superior e/ou a qualificação profissional de nível 3 ou 4;*
- iii. Obtenção de certificações e qualificações profissionais para a empregabilidade;*
- iv. Aquisição e/ou desenvolvimento de competências escolares e/ou profissionais.*

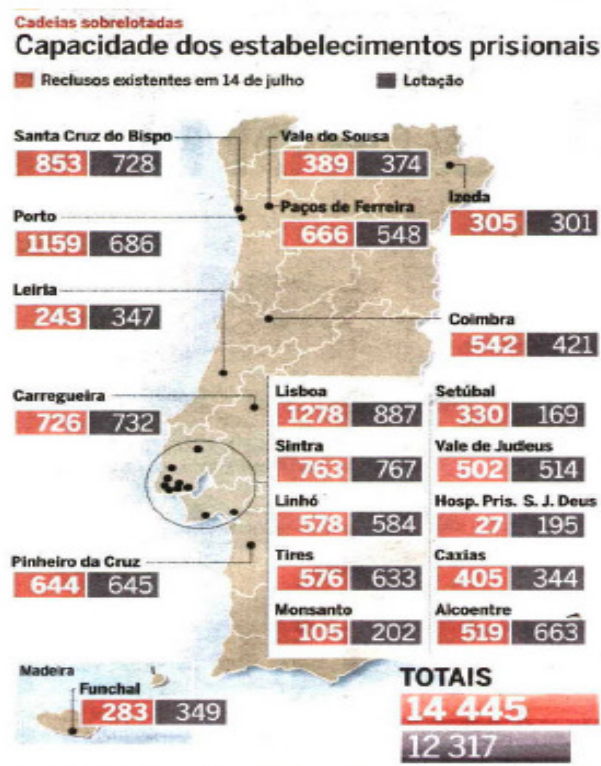
c) Programas de promoção da saúde e prevenção da doença enquadrados em:

- i. Planos de promoção da saúde.*
- ii. Planos específicos de intervenção clínica.*

3 - É de grau médio de complexidade de gestão o estabelecimento prisional de nível de segurança alta ou média com lotação ou ocupação até 250 reclusos.

Segundo dados constantes do site oficial da DGRSP, a lotação global prevista para os estabelecimentos prisionais é de 12280⁵¹ reclusos, no entanto, a taxa de ocupação tem sido superior.

Veja-se a título de exemplo, o mapa e o gráfico abaixo, os quais traduzem a taxa de ocupação em comparação com a lotação, no dia 14 de Julho de 2014⁵².



Fonte: DGRSP - Correia da Manhã –
22-09-2014

3.1 Gestão do sistema prisional

A execução das penas e medidas privativas da liberdade é essencialmente regulada pela Lei nº115/2009, de 12 Outubro, a qual aprova o Código de Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade (CEP), tendo assim início a última reforma do Sistema Prisional Português.

O referido código tem como principais objectivos: a congregação e esclarecimento das competências do sistema prisional português, a explanação dos direitos, deveres e garantias a que os reclusos estão sujeitos, o reforço da

⁵¹ Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Estatísticas Prisionais, lotação [Em linha]. Consultado a 23 Setembro de 2014. Disponível na internet:<URL:http://www.dgsp.mj.pt/>.

⁵² PINTO, Magali, CARRILHO, Sara - Há 2128 reclusos a mais. Correio da manhã jornal. Ed. de 22 Setembro 2014, pág. 16.

necessidade de proteção da vítima, a qual assume agora um papel de maior relevância, uma definição mais clara dos regimes de execução da pena e uma maior preocupação com a prevenção da reincidência.

A Lei 115/2009, de 12 de Outubro, adopta e reforça, em relação à anterior Decreto-Lei 265/79, de 1 de Agosto, um sistema de planificação individualizada, o qual se baseia na ideia da adequação às necessidades socializadoras do recluso. Da leitura da lei salientamos a particular importância que é dada à individualização da execução. Para além da sua identificação como princípio orientador no artigo 3.º, é de novo frisado no n.º 1 do artigo 5.º que *“a execução das penas e medidas privativas de liberdade orienta-se pelo princípio da individualização do tratamento prisional e tem por base a avaliação das necessidades e riscos próprios de cada recluso”*. A própria avaliação do recluso, prevista no art.º 19.º, vem plasmar esse mesmo princípio de individualização, bem como o alargamento de casos em que se elabora Plano Individual de Readaptação face à lei anterior. Sendo que a evolução da execução é apreciada à luz dos objectos definidos no plano que pode ser alterado em função de avaliações de progresso.

Este enraizamento da ideia de especialização e de individualização é, alias, desde logo, acolhido, em 2004, no anteprojecto da Reforma do Sistema Prisional (RSP), que no âmbito do seu enquadramento valorativo e dos fins que o sistema prisional deve prosseguir, defende *“a criação das oportunidades necessárias e adequadas para o desenvolvimento do processo individual de reinserção social de cada condenado; f) a satisfação das necessidades quotidianas dos reclusos, designadamente em matéria de saúde, educação, trabalho, segurança social, cultura e desporto, bem como em matéria de assistência religiosa, conforme as opções individuais de cada um”*. Enunciando ainda como medida concreta a adoptar na execução da reforma *“a criação de condições efectivas para a generalidade a todos os reclusos condenados do plano individual de readaptação social”*.

O anteprojecto da Reforma do Sistema Prisional, no seu artigo 7º, sob a epígrafe “Organização”, defende ainda *“e) um sistema de adequada gestão da*

população prisional, segundo critérios legais, abrangendo, designadamente, a recolha e tratamento da informação, a adopção de procedimentos inerentes à afectação de reclusos a estabelecimento prisionais, a existência de um processo único por recluso e a orientação geral do uso do plano individual de readaptação social”.

A individualização e a especialização estão intrinsecamente ligadas à afectação a estabelecimento prisional, pois este deve ser adequado às necessidades individuais do recluso, de forma a proporcionar-lhe condições que lhe permitam conduzir a sua vida de forma socialmente responsável sem praticar novos crimes.

Existe ainda uma preocupação de evitar a dessocialização transporta para o texto da lei, no n.º 5 do artigo 3.º do CEP, “ *A execução, na medida do processo, evita as consequências nocivas da privação da liberdade e aproximação das condições benéficas da vida em comunidade.*”

Quando um individuo é preso, existe, num primeiro momento, a preocupação do levantamento das suas necessidades mais prementes e dos riscos individuais e, numa fase posterior, projecta-se e elabora-se o plano individual de readaptação (PIR). Embora este plano já estivesse previsto na lei anterior, a sua aplicação não era tão alargada, pois com a nova lei aplica-se a todos os condenados em pena de prisão superior a 1 ano, conforme o disposto n.º1 e 2 do artigo 21 do CEP.

Plano individual de readaptação (artigo 21.º do CEP)

1 — Sempre que a pena, soma das penas ou parte da pena não cumprida exceda um ano, o tratamento prisional tem por base um plano individual de readaptação, o qual é periodicamente avaliado e actualizado, nos termos previstos no Regulamento Geral.

2 — Independentemente da duração da pena, o plano individual de readaptação é obrigatório nos casos de reclusos até aos 21 anos ou de condenação em pena relativamente indeterminada.

A avaliação do recluso está prevista no artigo 19º do CEP e vem colmatar o interregno entre a entrada do recluso e o início da execução do PIR. A avaliação é pois mais uma das expressões do princípio da individualização e da

planificação, permitindo identificar riscos e necessidades, tal como vinha sendo previsto no “ Modelo e Estratégia de Intervenção Técnica em Meio Prisional”, após o ingresso do recluso, numa primeira avaliação – 72 Horas.

Avaliação do recluso (artigo 19.º do CEP)

1 — Após o ingresso no estabelecimento prisional, o recluso é alojado em sector próprio destinado à admissão, onde permanece por período não superior a 15 dias, iniciando -se de imediato a sua avaliação através da recolha de elementos que, no prazo de 72 horas após o ingresso, permitam ao director do estabelecimento determinar:

- a) Os cuidados de saúde a prestar ao recluso, mediante avaliação clínica;*
- b) As exigências de segurança, tendo em conta o eventual perigo de fuga, os riscos para a segurança de terceiros ou do próprio e a particular vulnerabilidade do recluso;*
- c) O apoio a prestar ao recluso na resolução de questões pessoais, familiares e profissionais urgentes.*

2 — A avaliação do recluso condenado tem em conta, designadamente, a natureza do crime cometido, a duração da pena, o meio familiar e social, as habilitações, o estado de saúde, o eventual estado de vulnerabilidade, os riscos para a segurança do próprio e de terceiros e o perigo de fuga e os riscos resultantes para a comunidade e para a vítima.

3 — A informação actualizada sobre o meio familiar e social do recluso, bem como sobre a eventual execução anterior de penas, é recolhida e transmitida pelos serviços de reinserção social, podendo ser solicitados elementos adicionais junto de outras entidades.

4 — Se o recluso der entrada no estabelecimento prisional já condenado por sentença transitada em julgado, a avaliação e a programação do tratamento prisional adequado ou a elaboração do plano individual de readaptação, sempre que este seja obrigatório, são concluídas no prazo de 60 dias.

5 — A avaliação do recluso preventivo, tendo presente o princípio da presunção da inocência, é completada no prazo de 60 dias e visa a recolha de informação necessária à afectação adequada, à escolha do regime de execução e, com o seu consentimento, à inclusão em actividades e programas de tratamento.

6 — Para efeitos de reexame dos pressupostos ou de decisão sobre revogação ou substituição da prisão preventiva, nos termos do Código de

Processo Penal, o juiz pode ter em conta a avaliação referida no número anterior.

7 — Se o recluso preventivo vier a ser condenado por sentença transitada em julgado, procede -se, no prazo de 60 dias, à actualização da respectiva avaliação e à programação do tratamento prisional adequado ou à elaboração do plano individual de readaptação, sempre que este seja obrigatório.

O Plano Individual de Readaptação (PIR) é elaborado pelos técnicos dos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena em simultâneo com os serviços de vigilância e segurança e pelos serviços clínicos. A elaboração do PIR depende da adesão voluntária do recluso ou da participação dos pais, de um representante legal ou daquele que detenha a guarda caso este seja menor e desde que haja benefício para a reinserção social.

Este plano consiste numa serie de intervenções previamente planeadas e calendarizadas, ancoradas na prossecução de objectivos previamente definidos, tendo em vista a preparação para a liberdade, estabelecendo as medidas e actividades adequadas ao tratamento prisional, nomeadamente nas áreas de ensino, formação, trabalho, saúde, actividades socioculturais e contactos com exterior.

Desta forma procede-se à delineação das estratégias necessárias ao tratamento do recluso, em especial no que diz respeito ao ensino formação e actividade laboral, de acordo com os princípios de dignificação do trabalho, de protecção dos reclusos contra interesses económicos e de defesa contra condições insalubres ou perigosas nas actividades laborais, tal como estipulado no CEP, considerando ainda o princípio de que o trabalho tem fins formativos e de preparação para a vida em liberdade.

A valorização do Ensino e a formação profissional do recluso, em meio prisional é extremamente importante, para que o mesmo adquira, capacidades futuras de reinserção social e estimule o seu compromisso numa vivência ordenada durante a execução de pena. Importa referir a vantagem de que em meio livre possa ingressar no mercado de trabalho, com competências e

conhecimentos técnicos próprios de uma determinada área na qual se encontra integrado.

Na área da saúde, a nova lei 115/2009, de 12 de Outubro, nos termos do artigo 32.º, obriga a que o recluso disponha do acesso a cuidados de saúde em condições de qualidade e de continuidade idênticas às que são asseguradas a todos os cidadãos; o recluso é, para todos os efeitos, utente do Serviço Nacional de saúde; o acesso e a prestação de cuidados de saúde são assegurados nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do CEP. Enquanto não vigorar o diploma previsto no n.º 3 do artigo 32.º, podem ainda existir estabelecimentos prisionais ou unidades de natureza hospitalar ou destinados à prestação de cuidados especiais de saúde, nomeadamente saúde mental, bem como destinados a inimputáveis ou a imputáveis internados, por decisão judicial, em estabelecimento destinado a inimputáveis, quando estes não devam ser internados em unidade de saúde mental não prisional, nos termos do n.º 2 do artigo 126.º devendo o recluso ser acompanhado pelo seu processo individual durante todo o percurso prisional sendo este confidencial, distinto e autónomo como está previsto no artigo 18.º da referida lei.

Neste contexto a assiduidade, comportamento e o empenho de funções, para cada uma das actividades, designadamente no ensino, formação profissional e trabalho, realizadas no interior ou no exterior do estabelecimento prisional, são sempre tidos em conta para efeitos de flexibilidade da execução das penas (que compreende: concessão das licenças de saídas jurisdicionais ou de curta duração; opção por regime aberto e atribuição de liberdade condicional), recompensando assim de algum modo o recluso.

Outro aspeto a ter em consideração é a segurança da vítima. No momento do ingresso em meio prisional, o recluso é avaliado, tendo em conta, além do mais, os riscos que o mesmo apresenta para terceiros, para a comunidade e para a vítima (n.º2 do artigo 19.º do CEP), bem como na concessão de medidas de flexibilização, ponderam-se, entre outras, as necessidades de proteção da vítima (artigo 78.º do CEP) e mediante consentimento, o recluso pode participar em

programas de justiça restaurativa e de reparação da sua ofensa (n.º 4 do artigo 47.º do CEP).

A colaboração com a comunidade é uma das diretrizes orientadoras pelo que é da responsabilidade da administração prisional promover a participação de instituições particulares e de voluntários em actividades culturais, ocupacionais, de apoio social e económico e na reinserção social, em matérias de alojamento e emprego (n.ºs 1, 2 e 3 artigo 55.º) e a fim de conseguir a adesão e o interesse da comunidade, devem os serviços prisionais promover ações de informação sobre os objectivos e resultados que desenvolve (n.º 4 do artigo 55.º do CEP).

A lei 115/2009, de 12 de Outubro incumbe o Tribunal de Execução das Penas (TEP) do acompanhamento e fiscalização da execução de pena de prisão e da detenção preventiva, por três motivos: evitar-se um tratamento menos favorável do preso preventivo, proporcionar igualdade de tratamento de todos os indivíduos privados de liberdade e proceder a uma uniformização da jurisprudência dos Tribunais de Execução das Penas.

Com a promulgação do Código de Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade, o TEP assume não só o poder de controlar as matérias inerentes à execução, bem como de alguns atos da administração prisional. Competindo paralelamente ao Ministério Público (MP) entre outros: a visita de estabelecimentos prisionais, a audição de reclusos, a verificação da legalidade das decisões da administração prisional, ao mesmo tempo que lhe é conferida legitimidade para recorrer das decisões do Tribunal de Execução das Penas e para poder participar nos Conselhos Técnicos.

A lei 115/2009, de 12 de Outubro define ainda que para cada recluso deverá ser organizado no TEP, um processo único partindo dos autos principais aos quais serão apensados todos os outros, visando-se deste modo a unidade do critério de decisão e acesso facilitado à evolução do processo de reinserção social.

4. Lei dos Estrangeiros – Crimes cometidos por estrangeiros em território nacional e vice-versa.

Com o objectivo de actuar perante a criminalidade praticada por estrangeiros em Território Nacional, o ordenamento jurídico português, prevê na Lei dos Estrangeiros – Lei 23/2007, que um indivíduo estrangeiro que cometa um crime em Território Nacional, deva ser afastado coercivamente ou expulso (alínea b do n.º1 do artigo 134.º da Lei 23/2007), não sendo no entanto afastada a sua responsabilidade criminal (n.º2 do artigo 134.º da Lei 23/2007), competindo ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o processo de expulsão administrativa, após o cumprimento de pena. É no entanto possível que na condenação pelos factos praticados, o juiz, para além da condenação por esses factos, aplique a pena acessória de expulsão (artigo 151.º da Lei 23/2007).

Concomitantemente às imposições legais, e contemplando as necessidades culturais e familiares dos reclusos, o Estado Português, tem vindo a assinar, com outros países, Tratados de Transferência de Pessoas Condenadas, possibilitando que aquando do preenchimento de determinados requisitos, reclusos estrangeiros possam cumprir a sua pena no seu país de origem.

Em Setembro de 2001, a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinaram o Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas, aprovado em 2003, pela Assembleia da República na Resolução n.º45/2003.

Em Agosto de 2009, este Tratado foi substituído pela Convenção sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre Estados Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CTPC), assinada a 23 de Novembro de 2005 na Cidade da Praia, pela República de Moçambique, República Democrática de São Tomé e Príncipe, República Federativa do Brasil, República de Portugal, República de Angola, República Democrática de Timor Leste, República de Cabo Verde e República da Guiné Bissau.

A transferência de pessoas condenadas, cujo os procedimentos e fases dos processos expostos através de fluxogramas I e II ⁵³, em anexo, constitui desta forma uma forma de cooperação internacional, que possibilita a criação de

⁵³ www.gddc.pt/CPLP/manual/PDF

condições para que um indivíduo condenado num país estrangeiro possa cumprir no Estado da sua nacionalidade ou residência legal permanente, a pena de prisão que lhe foi imposta. Assim, procura-se garantir não só uma boa administração da justiça bem como melhores condições para a reinserção social do indivíduo.

Para ser possível, a transferência deve obedecer às seguintes condições (artigo 3º da CTPC):

- a) O condenado deve ser nacional ou residente legal e permanente no Estado onde pretende executar a pena;*
- b) A sentença condenatória tem de ser definitiva, não podendo admitir recurso;*
- c) Quando o Estado de condenação for Portugal, o requerente não deve ter qualquer processo pendente, todas as decisões têm de já ter transitado em julgado (conforme o artigo 118º da Lei 144/99);*
- d) Na data de recepção do pedido, a duração da pena de prisão por cumprir deve ser superior a um ano ou indeterminada;*
- e) O condenado deve consentir a transferência, sendo o próprio a solicitá-la;*
- f) Deve verificar-se a dupla incriminação, ou seja, os factos que estão na base da condenação devem constituir infracção penal no ordenamento jurídico do Estado de execução (conforme artigo 119º da Lei 144/99);*
- g) O Estado de condenação e o Estado de execução deverão estar ambos de acordo com a transferência.*

Desta forma, percorridos os trâmites legais e com a concordância de ambos os Estados, a entrega do recluso deve ser efectuada no mais curto prazo possível (conforme o artigo 27º da Lei 144/99), ficando os encargos da remoção à responsabilidade do Estado onde será executada a pena (conforme o artigo 15º da CTPC). Durante a execução da pena, esta fica suspensa no país onde ocorreu o processo-crime, até ao seu cumprimento integral no Estado executor (conforme o n.º 2 do art.8º da CTPC e o n.º1 do art.121º da Lei 144/99). Ainda de acordo com o (CTPC artigo 9º), a transferência de qualquer indivíduo condenado efectuar-se-á apenas se a sentença for exequível no Estado para o qual seja

transferido, sendo a legislação aplicável à execução da pena, a do Estado de condenação, observando-se no entanto a legislação e os procedimentos do Estado que irá executar a pena. Nestes casos, o Estado de execução não poderá agravar a pena aplicada, nem proceder a alterações na matéria de facto da condenação. No caso de existir a interposição de qualquer recurso, apenas o Estado da condenação tem o direito de decidir sobre qualquer recurso interposto tendo em vista revisão ou alteração da sentença aplicada.

Em regime de liberdade condicional serão aplicadas as regras estabelecidas na lei interna do Estado de execução (CTPC artigo 5º nº3).

5. Formação dos guardas prisionais

De acordo com o Decreto-Lei n.º 3/2014 de 09 de Janeiro⁵⁴, as regras e princípios que regem a formação profissional dos trabalhadores do Corpo da Guarda Prisional (CGP) passaram a ser: os trabalhadores do CGP têm direito à formação profissional e o dever de frequentar as ações de formação para que sejam designados. As matérias de formação obrigatória dos trabalhadores do CGP são as seguintes:

- Função do CGP, nomeadamente pelo conhecimento da orgânica e funcionamento da DGRSP, bem como do regime jurídico do CGP e de deontologia profissional;
- Legislação penal e prisional, através do conhecimento da evolução do sistema prisional, da legislação sobre a execução das medidas privativas da liberdade e aplicabilidade do expediente prisional;
- Segurança, através da aprendizagem, recolha e tratamento de informações em meio prisional, segurança em meio prisional e métodos operacionais práticos de ação e atuação nos estabelecimentos prisionais, bem como armamento e tiro, sistema de informação prisional de vigilância e tecnologias de segurança;

⁵⁴ Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de Janeiro. (acedido a 3 de Janeiro de 2014).

- Comportamento em meio prisional, através do conhecimento e aprendizagem de relacionamentos interpessoais com os reclusos, comunicação e higiene e segurança no trabalho;
- Tratamento prisional, através do conhecimento sobre a problemática do sistema prisional, criminologia e comportamentos desviantes, programas de intervenção junto da população reclusa, actividades laborais ou formativas dos reclusos e respetiva reinserção social;
- Saúde, mediante conhecimento sobre prevenção de doenças em meio prisional, comportamentos aditivos e psicopatologias, doenças mentais ou inimizabilidade.

Nos cursos de formação inicial devem, ainda, ser ministradas as seguintes disciplinas de componente prática: Educação física e Defesa pessoal.

A formação inicial dos trabalhadores do CGP visa dotá-los de competências que constituam garantia de um eficaz exercício do conteúdo funcional da respetiva categoria e carreira, tem componentes teórica e prática e obedece às seguintes condições: a duração do curso é de nove meses, não podendo a formação prática ter duração inferior a três meses; o processo de formação inicial é sempre objecto de avaliação e de classificação.

Para além das matérias de formação obrigatórias mencionadas anteriormente, na formação inicial devem, ainda, ser ministradas as seguintes: Legislação penal e prisional; Direitos humanos; Língua inglesa; Comunicação com os reclusos; Interação com os reclusos; Informática geral e do sistema prisional; Segurança e meios auxiliares de segurança, videovigilância e telecomunicações; Defesa pessoal; Técnicas operacionais de manutenção da ordem, buscas e revistas, dispositivos de proteção e segurança; Segurança e higiene no trabalho; Saúde, doenças transmissíveis e primeiros socorros; Psicopatologias; Criminologias; Perfis criminais dos reclusos; História do sistema prisional e das penas.

Os trabalhadores do CGP têm direito à formação contínua, que engloba todos os processos formativos organizados e institucionalizados subsequentes à formação inicial, visando a adaptação às transformações tecnológicas e técnicas,

bem como às alterações decorrentes da implementação da legislação prisional, tendo em vista favorecer a promoção e a aquisição de saberes fundamentais para o desempenho do seu conteúdo funcional. Aos trabalhadores deve ser assegurada, anualmente, uma formação prática de armamento e tiro e, pelo menos, 12 horas de formação numa das matérias de formação obrigatória.

A formação especializada visa conferir, desenvolver e aprofundar conhecimentos e aptidões profissionais relativamente a determinada técnica ou área do saber, proporcionando o exercício especializado de funções nos correspondentes domínios. Deve ser ministrada formação de especialização aos trabalhadores do CGP que exerçam actividades que derivem do seu conteúdo funcional, ou que sejam necessárias ao bom funcionamento de determinado serviço.

6. Análise Comparativa dos sistemas prisionais

6.1 A reincidência criminal

Após a caracterização dos sistemas prisionais Português, Francês, Inglês e Norueguês, importa agora reflectir sobre dados estatísticos referentes à taxa de reincidência criminal de cada um destes países e assim verificar a eficácia dos seus sistemas prisionais e de reinserção social.

De acordo com o Conselho Europeu através do Council of Europe Annual Penal Statistics⁵⁵, a Noruega apresenta uma taxa de 20% de reincidência criminal até dois anos após a libertação.

Em França a taxa geral de reincidência criminal nos 6 primeiros anos após o cumprimento da pena é de 41.6%⁵⁶. Porém, a taxa reincidência diminui consideravelmente com a idade do indivíduo. Os menores de 18 anos são mais reincidentes com uma taxa de 63% ao longo de 6 anos de observação. As taxas seguintes, diminuem com a idade, 51,1% entre os 18 e os 29 anos, de 39,7%

⁵⁵ CONSELHO EUROPEU- Annual Penal Statistics [Em linha]. Consultado a 05 Fevereiro 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www3.unil.ch/wpmu/space/publications/recidivism-studies/>>.

⁵⁶ Governo Francês - Ministère de la Justice-Secrétariat général - SDSE Mesurer la recidive [Em linha]. Contribution à la conférence de consensus de prévention de la récidive. Consultado a 15 Maio 2014. Disponível na internet: <URL:http://www.justice.gouv.fr/art_pix/stat_recidive_2013.pdf>.

entre os 30 a 39 anos, 30,3% entre os 40 e os 49 anos, 20,8% entre os 50 a 59 anos e acima dos 60 anos é de 11,6%.

Em Inglaterra os menores de 18 anos possuem uma taxa de reincidência de 57,92%. Entre 2001 e 2011 a taxa de reincidência global aumentou 15%, em 2001 era de 29% passando para 44% em 2011. Actualmente a taxa de reincidência é de 58% para os ex-condenados libertados há menos de um ano, 36% para libertados entre 1 a 4 anos, 28% entre os 4 e os 10 anos e 17% para reincidentes após mais de 10 anos após a libertação.

Em Portugal os dados oficiais mais recentes⁵⁷ apontam para uma taxa de reincidência na população masculina de 48% em 1998 tendo esta aumentado para 51% em 2003. Quanto aos dados relativos à população feminina, a reincidência foi de 4% em 1998 e de 15% em 2003.

Os dados estatísticos apresentados, apesar de importantes, não nos permitem efectuar uma comparação da eficácia dos sistemas prisionais em análise uma vez que estes dados não são idênticos relativamente ao espaço temporal da taxa de reincidência, diferindo a forma de apresentação consoante o país. Assim, face aos dados disponíveis, podemos aferir que o sistema prisional norueguês surge como aquele que porventura será o sistema mais eficaz no âmbito da reinserção social, com uma taxa de reincidência de 20% à qual corresponde uma reinserção de 80% dos reclusos na sociedade. Outros dados relevantes referem-se à percentagem da reincidência na população mais jovem, 63% em França e 57,92% em Inglaterra, diminuindo consoante o aumento da idade dos indivíduos. Esta diminuição da reincidência criminal face ao aumento da idade deve-se em grande parte, segundo Skardhamar & Telle (2012)⁵⁸, à empregabilidade dos ex-reclusos e à sua situação familiar, principalmente se são casados ou têm filhos. Este estudo revela uma correlação positiva entre os níveis de ensino, o emprego, o casamento e a existência de filhos na diminuição da

⁵⁷ Provedoria de Justiça, Provedor da Justiça - As Nossas Prisões – III Relatório [Em linha] Lisboa: Provedoria de Justiça - Divisão de Documentação e Composição, 2003. Consultado a 05 de Janeiro de 2014. pág. 24. Disponível na internet: <URL:http://www.provedor-jus.pt/site/public/archive/doc/AsNossas_Prisoes_IIIRelatorio.pdf>.

⁵⁸ SKAROHAMAR, Torbjørn, KJETIL, Telle - Post-release employment and recidivism in Norway. *Journal of Quantitative Criminology*, vol 28, n° 4, 2012, pp 629-649.

reincidência criminal. Face a estes aspectos, podemos considerar que a grande maioria da reincidência encontra-se centrada na população mais jovem, com níveis de ensino mais baixos, sem emprego após a libertação e sem vínculo matrimonial ou com filhos. Neste sentido podemos depreender que as medidas de reinserção e de diminuição da reincidência, devem passar pelo aumento da formação educacional e profissional dos reclusos, o acompanhamento pós-libertação onde os pontos-chave são a obtenção de emprego e a estabilidade familiar e social em que é de importância vital a aceitação pela família e pela sociedade para que o ex-recluso não se sinta excluído e marginalizado.

O modelo norueguês assenta mais na reabilitação do criminoso e menos na sua punição. Esta filosofia parte da premissa de que o culpado não foi o individuo que cometeu o crime mas sim a sociedade que falhou ao não lhe possibilitar as condições necessárias para evitar o desvio relativamente às normas de conduta e convivência em sociedade. Este modelo, considera ainda que a melhor forma de a justiça servir a sociedade não é através de prisões tradicionais repressivas mas sim pelo tratamento dos reclusos que lhes permita um cumprimento da pena de uma forma o mais próximo possível da vida em liberdade ao mesmo tempo que promovem o seu desenvolvimento dos níveis de ensino e de formação profissional que segundo a Direcção dos Serviços Prisionais Noruegueses, este tipo de tratamento aumenta as possibilidades de reintegração na sociedade.

Apesar do modelo norueguês poder ser considerado um sucesso e alvo de tentativas de aplicação em outros países, têm vindo a surgir nos últimos 10 anos diversos problemas que têm colocado em causa a eficácia deste modelo, nomeadamente o aumento dos crimes cometidos por cidadãos estrangeiros levando ao aumento da população prisional bem como o surgimento de alguns focos de contaminação e interacção de culturas criminais entre os reclusos nacionais e os estrangeiros, ou seja, as autoridades norueguesas e a sociedade norueguesa têm em mãos uma nova realidade criminal para a qual não se encontravam preparados. Este tipo de ocorrência é muito semelhante ao percebido pelas autoridades portuguesas aquando da entrada de um grande

fluxo de emigrantes originários da Europa de Leste e da América Latina que trouxeram igualmente novos tipos de criminalidade até então apenas conhecidas através dos meios de comunicação. Assim, a solução encontrada pelas autoridades norueguesas para prevenir a sobrelotação das prisões e a contaminação da sua população reclusa e dessa forma continuar a garantir a eficácia do seu modelo foi o aumento da deportação de estrangeiros e o aluguer de celas a países europeus, nomeadamente à Suécia e à Holanda⁵⁹. Relativamente ao aluguer de celas, o parlamento da Suécia negou o pedido norueguês devido a inconstitucionalidades enquanto a Holanda está disponível pois não existem impedimentos legais, albergando actualmente cerca de 550 reclusos oriundos da Bélgica. Neste momento decorrem negociações entre a Noruega e a Holanda, prevendo-se a efectivação do acordo em 2015 sendo intenção dos responsáveis noruegueses enviar para a Holanda principalmente reclusos estrangeiros, que já possuem uma ordem de deportação⁶⁰. Quanto às deportações, 3142 estrangeiros foram deportados do país em 2011, 3.958 em 2012 e 5198 em 2013⁶¹. Destes, a sua grande maioria eram imigrantes ilegais e condenados por crimes.

7. A realidade portuguesa

Após ter sido efectuada uma comparação ao tipo de serviço prisional dos países em análise bem como à sua eficácia apoiada em alguns dados estatísticos relevantes, verificou-se que o modelo proposto pela Noruega é aquele que apresenta melhores resultados na reinserção do ex recluso na sociedade. Assim, importa agora reflectir e analisar se esse modelo poderá ser exequível em

⁵⁹ Visão - Noruega quer arrendar celas em prisões da Suécia, [Em linha] Revista Visão, Notícias Online, 12 de Dezembro de 2013. Consultado a 20 Setembro 2014. Disponível na internet: <URL:<http://visao.sapo.pt/noruega-quer-arrendar-celas-em-prisoas-da-suecia=f761410#ixzz3GzeiKTB>>.

⁶⁰ BALAZS, Koranyi - Norway to rent Dutch prisons to cut convict queue [Em linha]. Reuters, 08 Setembro 2014. Consultado a 22 Setembro 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.reuters.com/article/2014/09/08/us-norway-netherlands-prison-idUSKBN0H325820140908>>.

CILENE, Bonfin - Noruega vai alugar prisão na Holanda [Em linha]. CbNews. 10 Setembro 2014. Consultado a 20 Setembro 2014. Disponível na internet: <URL:<http://cbnewsplus.com/noruega-vai-alugar-prisao-na-holanda/47880/>>.

⁶¹ BERGLUND, Nina - Record number of foreigners deported, Views and News from Norway [Em linha]. newsinenglish.no. 27 Janeiro 2014. Consultado a 14 Março 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.newsinenglish.no/2014/01/27/record-number-of-foreigners-deported/>>.

Portugal sendo para tal necessário efectuar uma caracterização à população reclusa portuguesa, tendo em conta vários dados estatísticos, nomeadamente a média de idades, o nível de ensino e a nacionalidade dos reclusos, o tipo de crimes cometidos e as condições técnicas e logísticas das prisões portuguesas.

Como verificado anteriormente, em Portugal a taxa de reincidência na população masculina aumentou de 48% em 1998 para 51% em 2003 enquanto para a população feminina, a reincidência foi de 4% em 1998 e de 15% em 2003.

Segundo a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais⁶², a média de idades da população prisional em 2006 era de 36 anos passando a 35 anos em 2013⁶³. Comparando estes dados com os dados do quadro n.º2 constatamos que após 7 anos a população prisional continua a ser na sua maioria jovem e em idade adulta.

Quanto ao número de reclusos, a 15 de Outubro de 2014⁶⁴ estes eram 13188 homens e 822 mulheres (incluindo os presos preventivos) totalizando 14010 reclusos para apenas 12167 vagas. Apesar da diminuição do número de reclusos face ao ano anterior (14284 reclusos em 2013) temos assim uma sobrelotação de 1843. Relativamente à nacionalidade dos reclusos verificou-se que em 2013⁶⁵ a população prisional (ambos os sexos incluindo os presos preventivos) repartiu-se entre 11637 portugueses e 2647 estrangeiros. Quanto aos dados referentes a 2012⁶⁶, estes consistem em 11012 portugueses e 2602 estrangeiros para uma população prisional de 13614 reclusos. Transpondo alguns destes dados para o quadro n.º1 podemos assim verificar que entre 2012 e 2013 a população prisional aumentou.

⁶² Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Estatísticas Prisionais 2006.

⁶³ Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Reclusos existentes em 31 de Dezembro de 2013, segundo o escalão etário, sexo e nacionalidade. Direcção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas.

⁶⁴ Direcção-Geral dos Serviços Prisionais - População Prisional, por tipo de estabelecimento, segundo o sexo. Direcção de Serviços de Planeamento e Relações Externas.

⁶⁵ Direcção-Geral dos Serviços Prisionais - Reclusos existentes a 31 de Dezembro de 2013, segundo a situação penal, por sexo e nacionalidade. Direcção de Serviços de Planeamento e Relações Externas.

⁶⁶ Direcção-Geral dos Serviços Prisionais - Reclusos existentes a 31 de Dezembro de 2012, segundo a situação penal, por sexo e nacionalidade. Direcção de Serviços de Planeamento e Relações Externas.

População Prisional por ano e nacionalidade					
2012		2013		A 15 de Outubro de 2014	
Port.	Estrang.	Port.	Estrang.	Port.	Estrang.
11012	2602	11637	2647	Sem dados	Sem dados
Total		Total		Total	
13614		14284		14010	

Quadro n.º1 (População Prisional por ano e nacionalidade)

Reclusos a 31 de Dezembro de 2013, segundo o escalão etário e nacionalidade											
16 a 18 anos		19 a 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		50 a 59 anos		> 60 anos	
Port.	Estrang.	Port.	Estrang.	Port.	Estrang.	Port.	Estrang.	Port.	Estrang.	Port.	Estrang.
51	12	3054	943	3858	853	2799	575	1346	221	529	43
Total		Total		Total		Total		Total		Total	
63		3997		4711		3374		1567		572	
TOTAL 8771 < 40 anos						TOTAL 5513 > 40 anos					

Quadro n.º2 (Reclusos existentes em 31 de Dezembro de 2013, segundo o escalão etário e nacionalidade)

Apesar dos valores aferidos para o corrente ano poderem indiciar uma ligeira diminuição da população prisional o facto é que continua a existir uma sobrelotação nas prisões portuguesas. Outro dado importante é o aumento da população reclusa estrangeira devendo-se em parte à imigração proveniente de África, dos países de língua oficial portuguesa, à vaga de imigrantes que nos últimos anos têm vindo da América Latina e à abertura das fronteiras comunitárias que permitiu a imigração de indivíduos do leste europeu. Assim temos 1468 reclusos de países da África, 424 de países da América do Sul, 687 de países europeus e 68 de outros países⁶⁷.

Relativamente à sobrelotação das prisões, os dados estatísticos indicados no quadro n.º3 revelam que a forma de punir em Portugal tem negligenciado a aplicação das penas alternativas, especialmente a prestação de trabalho comunitário ou a “substituição, na medida do possível, das penas de prisão de curta duração por outras medidas que tenham a mesma eficácia”⁶⁸.

⁶⁷ Direcção-Geral dos Serviços Prisionais - Reclusos condenados existentes em 31 de Dezembro de 2013, segundo as penas e medidas aplicadas, por sexo e nacionalidade. Direcção de Serviços de Planeamento e Relações Externas.

⁶⁸ CONSELHO EUROPEU - Alínea i, do ponto I (Princípios Básicos), da Recomendação (81) 914, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, de 29 de Janeiro 1981.

Reclusos condenados existentes em 31 de dezembro de 2013, segundo as penas e medidas aplicadas, por sexo e nacionalidade				
Sexo/Nacionalidade	Homens		Mulheres	
	Portugueses	Estrangeiros	Portugueses	Estrangeiros
Penas				
Total	9391	1704	482	115
Penas e medidas aplicadas:				
Por dias livres	460	43	8	1
Prisão não substituída e não suspensa	8931	1661	474	114
Até 6 meses	279	37	10	2
De 6 a 12 meses	416	38	10	1
De 1 a 3 anos	1454	179	59	6
De 3 a 6 anos	2723	614	179	78
De 6 a 9 anos	1859	451	124	15
De 9 a 12 anos	686	133	37	4
De 12 a 15 anos	482	79	12	5
De 15 a 20 anos	478	76	14	1
De 20 a 25 anos	281	45	14	2
Prisão relativamente indeterminada	46	0	0	0
Medidas de segurança	227	9	15	0

Quadro n.º3 (Reclusos condenados existentes em 31 de Dezembro de 2013, segundo as penas e medidas aplicadas)⁶⁹

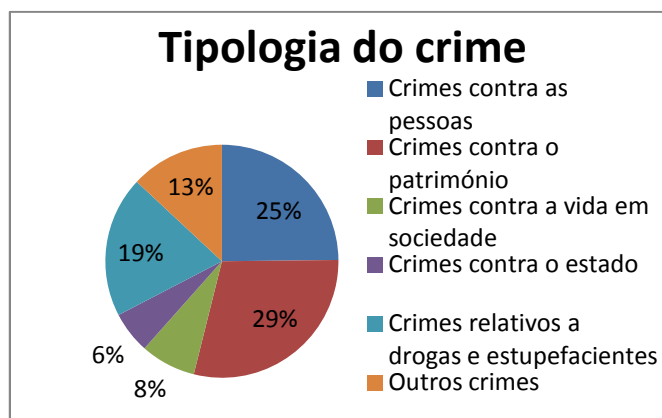
O elevado número de condenados aos quais foram aplicadas medidas privativas de liberdade de longa duração, deve-se em parte ao agravamento das molduras legais para alguns tipos de crime para além do aumento do número de condenações relativas aos crimes de furto qualificado e de tráfico de droga onde as penas aplicadas são na sua grande maioria penas privativas de liberdade, nomeadamente a prisão efectiva. Este tipo de pena é reservada para os casos de criminalidade mais grave, devendo ser aplicada quando todas as outras medidas se revelarem inadequadas conforme o Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março “Devendo a pena de prisão ser reservada para situações de maior gravidade e que mais alarme social provocam, designadamente a criminalidade violenta e ou organizada, bem como a acentuada inclinação para a prática de crimes revelada por certos agentes, necessário se torna conferir às medidas alternativas a eficácia que lhes tem faltado”⁷⁰. Neste sentido, e de acordo com os

⁶⁹ Direcção-Geral dos Serviços Prisionais - Reclusos condenados existentes em 31 de Dezembro de 2013, segundo as penas e medidas aplicadas, por sexo e nacionalidade. Direcção de Serviços de Planeamento e Relações Externas.

⁷⁰ Decreto-Lei n.º 48/95 de 15 de Março que aprova o Código Penal - Ponto 4 do Preâmbulo.

dados referidos no quadro n.º 4 podemos verificar que a maioria da população prisional situa-se nas tipologias dos crimes mais graves.

Tipologia do crime	Total
Crimes contra as pessoas	2904
Crimes contra o património	3398
Crimes contra a vida em sociedade	894
Crimes contra o estado	678
Crimes relativos a drogas e estupefacientes	2290
Outros crimes	1528



Quadro n.º4 (Tipologia dos crimes cometidos)⁷¹

Podemos desta forma aferir que a maioria dos reclusos foi condenada pelo cometimento de três grandes tipos de crime. Em primeiro lugar surgem os crimes contra o património, seguido dos crimes contra as pessoas e dos crimes relativos a estupefacientes.

7.1 Níveis de ensino da população prisional

Quanto aos níveis de ensino da população prisional, à semelhança do que se tem verificado em anos anteriores, continua a revelar níveis de escolaridade baixos. Esta deficiência na educação de base vem colocar problemas à reintegração dos reclusos na sociedade.

2006	
	Total
Não sabendo ler nem escrever	671
Sabendo ler e escrever	729
Possuindo o ensino:	
1º Básico (1º, 2º, 3º e 4º anos)	4544
2º Básico (5º e 6º anos)	2840
3º Básico (7º, 8º e 9º anos)	2360
Secundário (10º, 11º e 12º anos)	989
Superior	284
Outros cursos	17
Ignorado ou não especificado	202

2013	
	Total
Não sabendo ler nem escrever	530
Sabendo ler e escrever	502
Possuindo o ensino:	
1º Básico (1º, 2º, 3º e 4º anos)	4057
2º Básico (5º e 6º anos)	3533
3º Básico (7º, 8º e 9º anos)	3621
Secundário (10º, 11º e 12º anos)	1681
Superior	160
Outros cursos	26
Ignorado ou não especificado	174

Quadro n.º5 (Reclusos existentes em 2006⁷² e 2013⁷³, segundo a instrução)

⁷¹ Direcção-Geral dos Serviços Prisionais - Reclusos condenados existentes em 31 de Dezembro 2013, segundo o sexo, os escalões de idade e a nacionalidade, por crimes. Direcção de Serviços de Planeamento e Relações Externas.

Segundo os dados apresentados verificamos no quadro n.º5 que em sete anos diminuiu o número de reclusos que não sabem ler nem escrever, os que sabendo ler e escrever não possuem qualquer tipo de certificação académica, os que possuem o 1º ensino básico bem como os que possuem ensino superior. Inversamente têm um acréscimo de reclusos com o 2º e 3º ensino básico, ensino secundário e outros cursos.

A diminuição do número de analfabetos, de reclusos que apesar de saberem ler e escrever não possuem frequência académica e dos que têm apenas o 1º ensino básico, vem beneficiar o universo recluso na medida em que a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e os seus técnicos não necessitam de despender recursos financeiros e humanos na instrução desses reclusos. Desta forma esses recursos poderão ser canalizados para evoluir o grau de instrução dos reclusos e ou adaptar a instrução e formação que estes já possuem, tendo em vista a preparação para a futura reinserção na sociedade. Assim, e segundo o Comité de Ministros do Conselho da Europa “*a educação na prisão deve ter como objectivo o desenvolvimento da pessoa como um todo, tendo em atenção o seu contexto social, económico e cultural*”⁷⁴.

Segundo a Social Exclusion Unit no seu relatório Reducing Re-offending by Ex-prisoners ⁷⁵ o ensino e a formação profissional têm, igualmente, efeitos muito importantes sobre a taxa de reincidência. Os reclusos que frequentam aulas ou cursos de formação profissional durante o período de reclusão têm menor probabilidade de, uma vez libertos, reincidirem. Apesar das vantagens enunciadas, os estudos denunciam que a educação e a formação em meio prisional têm sido encaradas, quer pelas administrações prisionais, quer pelos próprios reclusos, apenas como uma forma de ocupação durante o período de

⁷² Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Estatísticas Prisionais 2006.

⁷³ Direcção-Geral dos Serviços Prisionais - Reclusos existentes em 31 de Dezembro de 2013, segundo a instrução, sexo e nacionalidade. Direcção de Serviços de Planeamento e Relações Externas.

⁷⁴ CONSELHO EUROPEU - Ponto 3 da Recomendação (89) 12, do Comité de Ministros do Conselho da Europa, de 13 de Outubro de 1989.

⁷⁵ United Kingdom Government, Social Exclusion Unit - Reducing Re-offending by Ex-prisoners [Em linha]. Office of the Deputy Prime Minister 2002. Consultado a 18 Junho 2014. Disponível na internet: <URL:http://www.socialexclusionunit.gov.uk/what_is_SEU.htm>.

reclusão. O relatório da Social Exclusion Unit refere que até à relativamente pouco tempo, em Inglaterra, a educação e a formação eram percepcionadas como um meio de manter os reclusos ocupados, ao invés de ser considerado uma oportunidade para a aquisição das competências necessárias tendo em vista obtenção de emprego após a libertação. No mesmo sentido, estudos de King e McDermott (1995)⁷⁶, alertavam para a pouca importância que os reclusos atribuíam aos cursos de formação profissional que lhes eram ministrados durante o período de reclusão. Os investigadores constataram que apesar da oferta variada em termos de formação, os reclusos inscreviam-se nos cursos de formação com o objectivo de terem um meio de passar o tempo para além de este lhes proporcionar conhecimentos úteis e servir para a obtenção da concessão da liberdade condicional, ao invés de considerarem a formação como uma aprendizagem e assim adquirirem competências que pudessem utilizar no mercado de trabalho após o cumprimento da pena, de forma a lhes permitir ser economicamente independentes sem ter que recorrer novamente a actos criminosos.

⁷⁶ KING, Roy, McDERMOTT, Kathleen - The State of Our Prisons. Oxford: Clarendon Press. 1995, Pág. 205.

Conclusão

O objectivo central deste estudo é a comparação entre os Sistemas Prisionais de Portugal, França, Reino Unido e Noruega, tendo em conta o Estado Social, com vista a um conhecimento do sistema normativo português referente ao sistema prisional e de reinserção social, procurando identificar os problemas e as dificuldades do sistema, apresentando algumas propostas em pontos-chave que poderiam promover a diminuição da reincidência criminal e melhoria e efectivação do serviço de reinserção social.

Assim e antes de passarmos às conclusões, importa referir que os sistemas prisionais aqui analisados, embora façam parte de países do continente europeu onde três deles são Estados-Membros da União Europeia, apresentam culturas e formas de abordar o sistema prisional diferentes. Nesse sentido procuramos retirar os aspectos mais relevantes de cada sistema e que têm contribuído para a melhoria das condições dos reclusos e do aumento da reinserção destes na sociedade, bem como na diminuição da taxa de reincidência. Assim, e face aos dados apresentados, o sistema prisional que tem apresentado melhores resultados na reinserção de ex reclusos na sociedade é o modelo norueguês. Porém, este modelo apesar do seu sucesso, não se torna num futuro próximo exequível em Portugal devido a diversos factores, nomeadamente:

- A cultura e sociedade distintas;
- Portugal atravessa uma grave crise económica e social que impede o desenvolvimento e implementação de novas políticas relativas à remodelação do sistema prisional;
- A Noruega possui uma taxa de desemprego de 3,3% e um salário entre os mais altos da Europa, cerca de 4500 euros, enquanto em Portugal a taxa de desemprego situa-se nos 14,2% e o salário médio português em 2013 foi de 984 euros, um dos mais baixos de toda a União Europeia;
- A Noruega foi considerada pela ONU, em 2013, o país com o melhor índice de desenvolvimento humano. Portugal obteve a 41.^a posição;

- A população da Noruega contabiliza cerca de cinco milhões de habitantes, metade da população portuguesa;
- Segundo dados do Eurostat⁷⁷, a percentagem de população prisional por 100 000 habitantes é de 70.9 na Noruega e de 104.4 em Portugal.

A não exequibilidade de uma remodelação do sistema prisional português num futuro próximo, não retira a possibilidade de se efectuar uma análise profunda do sistema tendo em vista a sua melhoria, com o objectivo de providenciar as condições necessárias a fim de evitar a reincidência criminal.

Este aspecto poderá levar alguns também a deferem, como alternativa, a privatização ou a empresarialização de partes do sistema prisional em Portugal, como seja a gestão de estabelecimentos prisionais ou a organização do trabalho dos reclusos numa lógica produtiva (mobiliário para escolas e outros serviço públicos, fardas para as forças de segurança e militares, etc.), para além do fornecimento de bens e serviços, aplicando os lucros obtidos por este meio na melhoria das condições do sistema prisional, face à crescente dificuldade do seu financiamento exclusivamente pelo Estado.

Um dos maiores problemas com que o nosso sistema se debate prende-se com a sobrelotação e a falta de recursos financeiros e técnicos. Como forma de atenuar este problema, recomendam-se diminuição das penas de prisão e sua duração ou substituídas por medidas alternativas como por exemplo o trabalho comunitário, indo ao encontro das Recomendações do Conselho da Europa e do que se pratica em outros países europeus. Esta substituição das penas poderá em parte possibilitar o alívio da sobrelotação e permitir uma melhor gestão da população prisional tendo em vista as regras específicas que existem para a separação de reclusos, de acordo com a tipologia do crime, categorias especiais, presos preventivos e reclusos com perturbações mentais. Outra forma de combater a sobrelotação, embora polémico, proceder à extradição de reclusos estrangeiros, respeitando os acordos internacionais.

⁷⁷ COMISSÃO EUROPEIA - Eurostat, Estatísticas sobre a criminalidade [Em linha]. Agosto 2012. Consultado a 05 Fevereiro 2014. Disponível na internet: <URL:http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Crime_statistics/pt>.

Para os reclusos devem ser estabelecidas medidas preparatórias para o seu regresso à sociedade. Estas medidas devem numa primeira fase aquando do início do cumprimento da pena, consistir em Planos Individuais de Readaptação onde se verificam as necessidades do recluso de forma a dotá-lo com um apoio social efectivo.

Outro factor importante e facilitador do seu regresso à comunidade, é a educação e a formação do recluso, incluindo formação em competências sociais que lhe permitam lidar melhor com o seu dia-a-dia na prisão preparando-o para o regresso à sociedade. Apesar das vantagens enunciadas na educação e na formação em meio prisional, convém lembrar a reduzida coordenação que existe entre os programas de ensino e formação em meio prisional com as reais necessidades do mercado de trabalho. Outro aspecto a ter em conta é o facto de não existirem programas de apoio a ex reclusos que lhes permitam arranjar emprego bem como continuar os estudos e a formação após saírem da prisão, inviabilizando desta forma, o esforço do recluso e do sistema prisional em evitar a reincidência.

A reforma do sistema prisional e a reinserção social dependem, não só das políticas definidas, mas também do sistema judiciário e da disponibilidade de meios financeiros, técnicos e humanos. Ainda relativamente à reinserção social, esta depende igualmente das políticas definidas e que afectam todos os sectores do sistema prisional, nomeadamente as políticas relativas à formação profissional e de ensino, de saúde e de emprego. Quanto aos funcionários que compõem o quadro de pessoal do sistema prisional, considero que o corpo de guarda prisional deveria possuir uma formação que compreendesse mais temáticas nomeadamente a psicologia social e a psicologia comportamental de forma a dotar os guardas de ferramentas que lhes permitam constituir-se como um elemento no processo de ressocialização e reinserção do recluso na sociedade. Para além desta formação, os guardas deveriam possuir ainda uma formação complementar de acordo com o tipo de estabelecimento e população reclusa.

Outro aspecto importante e muitas vezes negligenciado que afecta em grande parte a reinserção do recluso, consiste no preconceito e receio da

sociedade em acolher ex-reclusos e principalmente em conceder-lhes emprego. Face a este problema, muitos dos ex-reclusos não encontram um lugar na sociedade, restando-lhes infelizmente o regresso à vida do crime. Uma das formas de atenuar o problema seria através da legislação, obrigando ou atribuindo benefícios fiscais às empresas que possuam uma cota de ex-reclusos entre os funcionários.

Este estudo constituiu assim um meio de comparação entre diversos sistemas prisionais de forma a verificar qual deles seria o mais eficaz. De entre todos e face aos dados estatísticos apresentados, o modelo de sistema prisional a seguir é o norueguês, porém este modelo poderá não ser exequível em muitos países devido a diversos factores mas é claramente um modelo a ter em conta como ponto de partida para todos os países que queiram efectuar uma reforma ao seu sistema prisional. Não nos podemos esquecer que a reincidência criminal constitui a face mais visível da não efectividade de um sistema prisional e de reinserção social. A diminuição da reincidência passa em grande parte pela força de vontade e pelo esforço conjunto dos reclusos, dos seus familiares e amigos, dos funcionários do sistema prisional, dos técnicos de reinserção social, dos governantes e da sociedade.

Se todos trabalharem em conjunto, o amanhã poderá ser um dia diferente para os nossos reclusos e para a nossa sociedade.

Bibliografia

Fontes primarias

CONSELHO EUROPEU - Alínea i, do ponto I (Princípios Básicos), da Recomendação (81) 914, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, de 29 de Janeiro 1981.

CONSELHO EUROPEU - Ponto 3 da Recomendação (89) 12, do Comité de Ministros do Conselho da Europa, de 13 de Outubro de 1989.

COMISSÃO EUROPEIA - Livro Verde sobre a aplicação da legislação penal da UE no domínio da detenção. Bruxelas: Comissão Europeia, 2011.

Decreto-Lei n.º 3/2014.

Decreto-Lei n.º 48/95 de 15 de Março que aprova o Código Penal - Ponto 4 do Preâmbulo.

Obras

BRITES, Isabel - A centralidade de Vigiar e Punir. História da violência nas prisões, na obra de Michel Foucault. Rev. Lusófona de Educação, 2007, n.10.

CLEMENTE, Pedro José Lopes - Cadernos INA N.º 26 - Políticas Públicas. A Polícia em Portugal, INA - Instituto Nacional De Administração, Almedina, 2006.

GOUVEIA, Jorge Bacelar, PEREIRA, Rui - Estudos de Direito e Segurança Volume I, 2ª ed, Almedina, 2014.

GOUVEIA, Jorge Bacelar - Estudos de Direito e Segurança Volume II, 2ª ed, Almedina, 2014.

JÚNIOR, Arno Dal Ri - Da Europa dos mercados à Europa das prisões quando terrorismo, xenofobia e paranóia tentam entrar no direito da União Europeia. Revista Seqüência, 2006

KING, Roy, McDERMOTT, Kathleen - The State of Our Prisons. Oxford: Clarendon Press. 1995.

SARMENTO, Cristina Montalvão – Políticas de Segurança: Novas Configurações do Poder, Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MONET, Jean-Claude - Polícias e Sociedades na Europa – Vol. 3 Série "Polícia e Sociedade". Ford Foundation, 2001.

NETO, Pedro Rates Gomes - A Prisão e o Sistema Penitenciário - uma visão histórica. ULBRA, 2000.

PINTO, Magali, CARRILHO, Sara – Há 2128 reclusos a mais. Correio da manhã jornal. Ed. de 22 Setembro 2014.

OLIVEIRA, José Ferreira de - As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento, A Emergência do Policiamento de Proximidade, Monografias, Almedina, 2006.

Referência eletrónicas

BALAZS, Koranyi - Norway to rent Dutch prisons to cut convict queue [Em linha]. Reuters, 08 Setembro 2014. Consultado a 22 Setembro 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.reuters.com/article/2014/09/08/us-norway-netherlands-prison-idUSKBN0H325820140908>>.

BERGLUND, Nina - Record number of foreigners deported, Views and News from Norway [Em linha]. newsinenglish.no. 27 Janeiro 2014. Consultado a 14 Março 2014. Disponível na internet:<URL:<http://www.newsinenglish.no/2014/01/27/record-number-of-foreigners-deported/>>.

Central Intelligence Agency CIA - The World Factbook: France [Em linha]. Consultado a 25 Janeiro 2014. Disponível na internet: <URL:<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/fr.html>>.

Central Intelligence Agency CIA - The World Factbook: Norway [Em linha]. Consultado a 19 Janeiro 2014. Disponível na internet: <URL:<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/no.html>>.

CILENE, Bonfin - Noruega vai alugar prisão na Holanda [Em linha]. CbNews. 10 Setembro 2014. Consultado a 20 Setembro 2014. Disponível na internet: <URL:<http://cbnewsplus.com/noruega-vai-alugar-prisao-na-holanda/47880/>>.

COMISSÃO EUROPEIA - European Comitee for the Prevention of Torture an Inhuman or Degrading Treatment or Punishment [Em linha]. Consultado a 14 Junho 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.cpt.coe.int/portuguese.htm>>.

COMISSÃO EUROPEIA - Eurostat, Estatísticas sobre a criminalidade [Em linha]. Agosto 2012. Consultado a 05 Fevereiro 2014. Disponível na internet: <URL:http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Crime_statistics/pt>.

CONSELHO EUROPEU- Annual Penal Statistics [Em linha]. Consultado a 05 Fevereiro 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www3.unil.ch/wpmu/space/publications/recidivism-studies/>>.

Direcção-Geral de Reinserção Social - DGRS [Em linha]. Consultado a 16 Abril de 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/index>>.

Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Estatísticas Prisionais 2006.

Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Estatísticas Prisionais, lotação [Em linha]. Consultado a 23 Setembro de 2014. Disponível na internet:<URL:<http://www.dgsp.mj.pt/>>.

EXOCOP - The Reintegration of Ex-Offenders Community of Practise [Em linha]. Consultado a 15 Junho 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.exocop.eu>>.

Fundo Monetário Internacional FMI - Fundo Monetário Internacional: Dados Económicos Mundiais [Em linha]. Outubro de 2013. Consultado a 25 Janeiro 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/02/weodata/weoselgr.aspx>>.

Governo Francês - Ministère de la Justice-Secrétariat général - SDSE Mesurer la recidive [Em linha]. Contribution à la conférence de consensus de prévention de la récidive. Consultado a 15 Maio 2014. Disponível na internet: <URL:http://www.justice.gouv.fr/art_pix/stat_recidive_2013.pdf>.

Governo Francês - França Valores: Instituições e. [Em linha]. Website Oficial da França. Consultado a 25 Janeiro 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.france.fr/pt/instituicoes-e-valores/franca>>.

INFOPÉDIA - França [Em linha]. Porto: Porto Editora. Consultado a 19 Janeiro 2014. Disponível na internet: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$franca](http://www.infopedia.pt/$franca)>.

INFOPÉDIA - Noruega [Em linha]. Porto: Porto Editora. Consultado a 19 Janeiro 2014. Disponível na internet: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$noruega](http://www.infopedia.pt/$noruega)>.

INFOPÉDIA - Reino Unido [Em linha]. Porto: Porto Editora. Consultado a 13 Março 2014. Disponível na internet: <URL:[http://www.infopedia.pt/\\$reino-unido](http://www.infopedia.pt/$reino-unido)>.

Kriminalomsorgen - Directorate of Norwegian Correctional Service. [Em linha]. Consultado a 15 Março 2014. Disponível na internet:<URL:<http://www.kriminalomsorgen.no/english.293899.en.html>>.

MELO, João Ozorio de - Crime e Castigo [Em linha]. Consultor Jurídico. 27 de Junho de 2012. Consultado a 12 Fevereiro 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.conjur.com.br/2012-jun-27/noruega-reabilitar-80-criminosos-prisoos>>.

MUFFITT, Eleanor - The old debate: punish prisoners, or rehabilitate them? [Em linha]. The Telegraph. 18 de Dezembro de 2013. Consultado a 7 de Julho de 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.telegraph.co.uk/news/uknews/crime/10514678/The-old-debate-punish-prisoners-or-rehabilitate-them.html>>.

Provedoria de Justiça, Provedor da Justiça - As Nossas Prisões – III Relatório [Em linha] Lisboa: Provedoria de Justiça - Divisão de Documentação e Composição, 2003. Consultado a 05 de Janeiro de 2014. Disponível na internet: <URL:http://www.provedor-jus.pt/site/public/archive/doc/AsNossas_Prisoes_IIIRelatorio.pdf>.

Prison Observatory - <URL:<http://www.prisonobservatory.org/>>.

Prison Reform Trust - Private Sector Prisons [Em linha]. Consultado a 05 Julho 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.prisonreformtrust.org.uk/ProjectsResearch/PrivateSectorPrisons>>.

Prison Reform Trust - Privatisation will not rehabilitate our prisons. [Em linha] 21 de Janeiro de 2013. Consultado a 07 Julho 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.prisonreformtrust.org.uk/PressPolicy/News/vw/1/ItemID/179>>.

SKAROHAMAR, Torbjørn, KJETIL, Telle - Post-release employment and recidivism in Norway. Journal of Quantitative Criminology, vol 28, nº 4, 2012.

ROTH, Mitchel P. - Prisons and Prison System: A Global Encyclopedia. Westport: Greenwood Press, 2006

UNIÃO EUROPEIA – Síntese de legislação [Em linha]. Consultado a 05 Janeiro 2014. Disponível na internet: <URL:http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/judicial_cooperation_in_criminal_matters/index_pt.htm>.

UNIÃO EUROPEIA [Em linha]. Consultado a 05 Janeiro 2014. Disponível na internet: <URL:http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm>.

UNIÃO EUROPEIA - Europa - Sínteses da Legislação da UE- Mandado de Detenção Europeu [Em linha]. Consultado a 18 Março 2014. Disponível na internet: <URL:http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/judicial_cooperation_in_criminal_matters/133167_pt.htm>.

United Kingdom Government, Department of Justice - Northern Ireland Prison Service [Em linha]. Consultado a 23 Junho 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.dojni.gov.uk/index/ni-prison-service/nips-about-us.htm>>.

United Kingdom Government, Social Exclusion Unit - Reducing Re-offending by Ex-prisoners [Em linha]. Office of the Deputy Prime Minister 2002. Consultado a 18 Junho 2014. Disponível na internet: <URL:http://www.socialexclusionunit.gov.uk/what_is_SEU.htm>.

United Kingdom Government - Scottish Prison Service. [Em linha]. Consultado a 23 Junho 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.sps.gov.uk/AboutUs/spis-about-us.aspx>>.

United Kingdom Government - The National Archives of the United Kingdom Government - Prison Service [Em linha]. Consultado a 23 Junho 2014. Disponível na internet: <URL:<http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20110206184958/>>.<URL:<http://www.hmprisonservice.gov.uk/prisoninformation/privateprison>>.

United Kingdom Government, The National Archives of the United Kingdom - Prison Information. [Em linha]. Consultado a 15 Março 2014. Disponível na internet: <URL:<http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20110206184958/>><URL:<http://www.hmprisonservice.gov.uk/prisoninformation/howprisonsareregulated>>.

United Kingdom Government, The National Archives of the United Kingdom - Prison Industries. [Em linha]. Consultado a 15 Março 2014. Disponível na internet: <URL:<http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20110206184958/>><URL:<http://www.hmprisonservice.gov.uk/abouttheservice/prisonindustries>>.

United Kingdom Government, Government Justice - Prison Finder [Em linha]. Consultado a 7 de Julho de 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.justice.gov.uk/contacts/prison-finder/prisonfinder-a-z>>.

United Kingdom Government, Ministry of Justice - 2012 Compendium of re-offending statistics and analysis [Em linha]. Consultado a 23 Junho 2014. Disponível na internet: <URL:<https://www.gov.uk/government/statistics/compendium-of-reoffending-statistics-and-analysis>>.

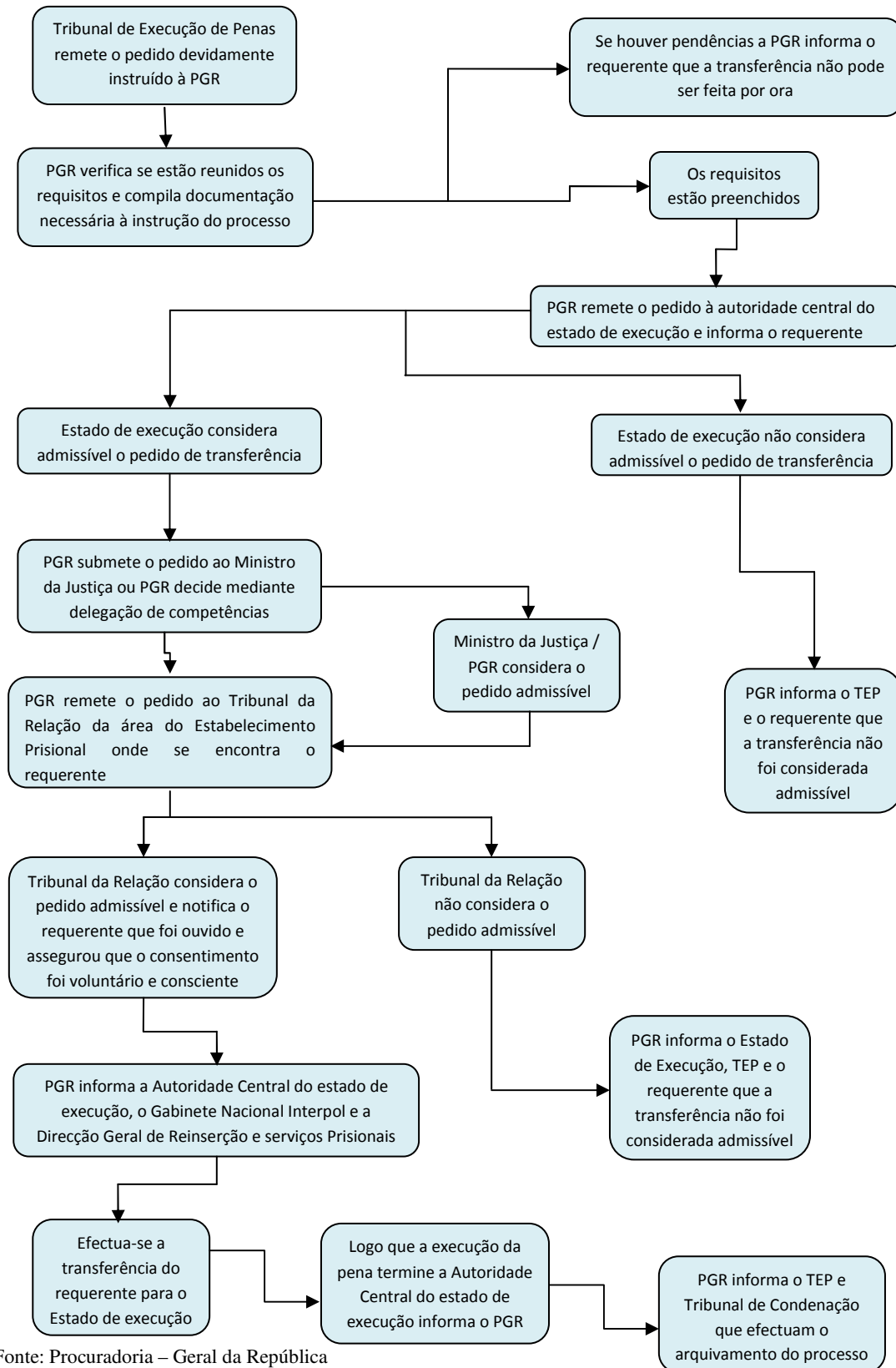
United Kingdom Government, Ministry of Justice - Prisons. [Em linha]. Consultado a 15 Março 2014. Disponível na internet: <URL:<http://www.justice.gov.uk/about/hmi-prisons>>.

United Kingdom Government, Ministry of Justice - Reducing reoffending and improving rehabilitation. [Em linha]. Gov.uk. 11 de Junho de 2014. Consultado a 15 Julho 2014. Disponível na internet: <URL:<https://www.gov.uk/government/policies/reducing-reoffending-and-improving-rehabilitation>>.

Visão - Noruega quer arrendar celas em prisões da Suécia, [Em linha] Revista Visão, Notícias Online, 12 de Dezembro de 2013. Consultado a 20 Setembro 2014. Disponível na internet: <URL:<http://visao.sapo.pt/noruega-quer-arrendar-celas-em-prisoas-da-suecia=f761410#ixzz3GzeiKTBY>>.

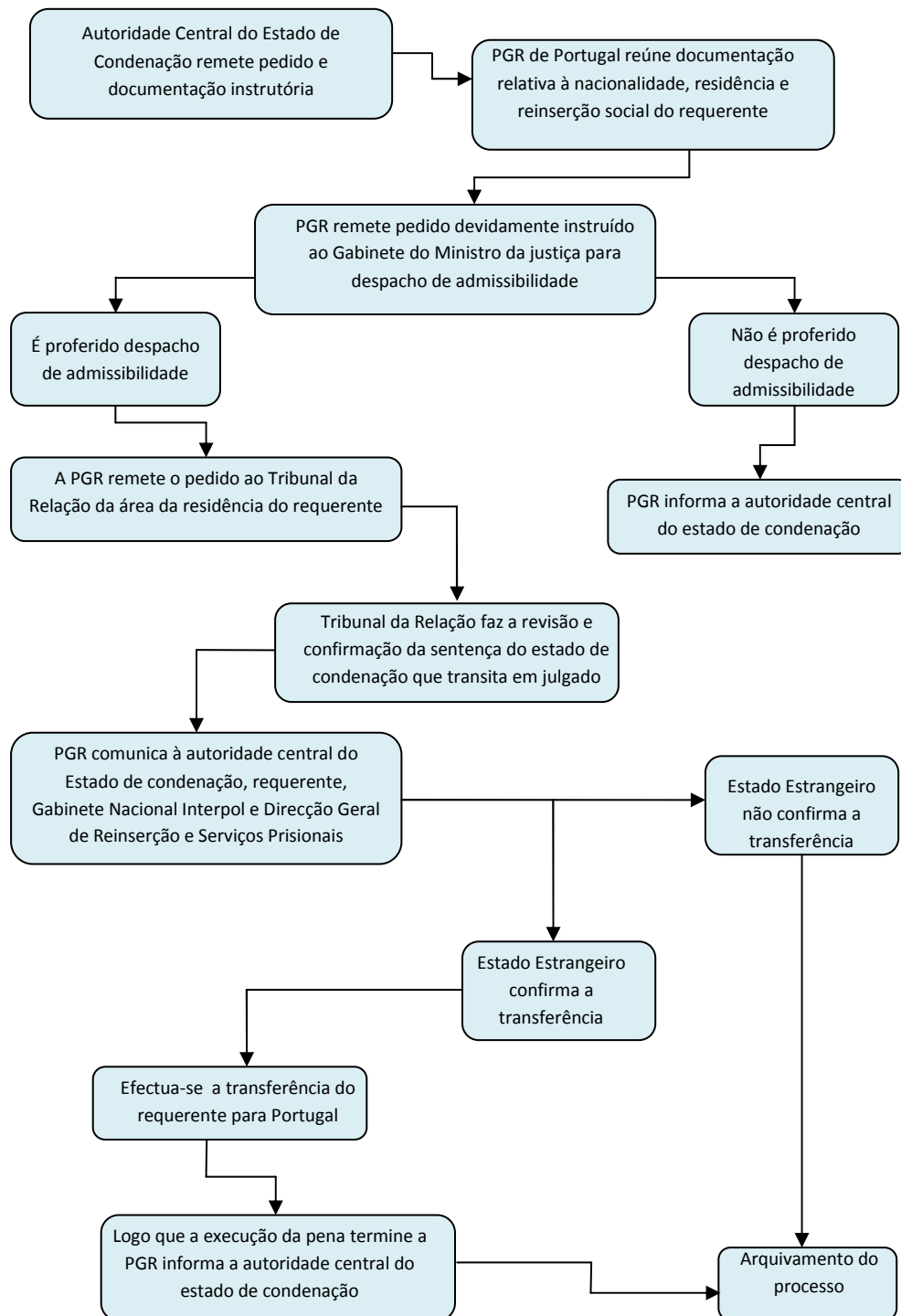
Anexos

Fluxograma I – transferência de pessoas condenados (Portugal para Estrangeiro)



Fonte: Procuradoria – Geral da República

Fluxograma II- Transferência de pessoas condenadas (Estrangeiro para Portugal)



Fonte: Procuradoria – Geral da República